



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**RAYANNI CORRÊA CABRAL**

**PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA MICRORREGIÃO DE  
CAMETÁ: Indicação Geográfica e a perspectiva do  
desenvolvimento territorial.**

Belém-Pará  
2023



RAYANNI CORRÊA CABRAL

**PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ:** Indicação Geográfica e a perspectiva do desenvolvimento territorial.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA (PPGG), Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

**Área de concentração:** Análises socioespaciais e territoriais na Amazônia

**Linha de pesquisa:** Análises socioespaciais e territoriais do campo na Amazônia

**Orientador:** Dr. Benedito Ely Valente da Cruz (UEPA)

Belém-Pará

2023





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -  
PPGG/UEPA

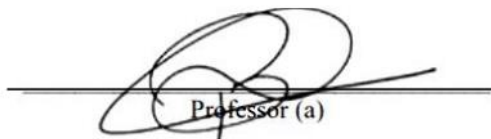


### Formulário de Composição de Banca de Defesa de Dissertação

|   |  |
|---|--|
| Nome do(a) mestrando(a)                   | Rayanni Corrêa Cabral  |
| Título do Trabalho                        | <i>Produção de açaí na Microrregião de Cametá: Indicação Geográfica e a perspectiva do desenvolvimento territorial</i>   |
| Título em Inglês                          | <i>Açaí production in the Cametá Microregion: Geographical Indication and the perspective of territorial development</i> |
| Nome do(a) Orientador(a)                  | Benedito Ely Valente da Cruz   |
| Data agendada para a realização da Defesa | 29 de junho de 2023  |
| Avaliador interno                         | Rodrigo Rafael Souza Oliveira  |
| Avaliador externo                         | Gilberto de Miranda Rocha  |
| Suplente do avaliador interno             |  |
| Suplente do avaliador externo             |  |

*Rayanni Corrêa Cabral*

Mestrando(a)

  
Professor (a)

## **Dedicatória**

*Em lágrimas dedico este trabalho em memória de meus amados avós paternos, **Raimundo de Oliveira** e **Verediana Cabral** que partiram ao longo dessa produção, deixando marcas de extrema saudade, mas também de seus legados de amor, fé e incentivo nos estudos de seus filhos e netos.*

## **AGRADECIMENTOS**

*“Tudo posso naquele que me fortalece”  
(Filipenses 4:13)*

Com a passagem bíblica acima início meus agradecimentos a Deus, por quem tenho grande esperança e fé, e quem me concedeu direcionamento necessário para poder concluir esse trabalho. Agradeço meu Deus pela força, equilíbrio e sabedoria a mim oferecida para superar as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA (PPGG) na pessoa do coordenador professor Dr. Fabiano Bringel, e todo corpo docente pelos esforços no acesso a formação *stricto sensu* oferecida no PPGG.

Em especial, agradeço ao professor Dr. <sup>o</sup> Benedito Ely Valente da Cruz, como professor orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. O trabalho não teria a qualidade que tem se não fosse seus valiosos direcionamentos e orientações.

Estendo meus agradecimentos aos entrevistados da pesquisa, que disponibilizaram seus conhecimentos de vivência e prática na cultura do açaí e confiaram a mim a escrita teórica desse conhecimento.

Finalizo agradecendo aos principais incentivadores dessa trajetória, a minha BASE. Meus amados pais, Raimundo Cabral e Sônia do Amaral por todo amparo e apoio prestado, e por não medirem esforços para que eu alcançasse meus objetivos. Meus queridos irmãos: Rayanna Cabral, Rayanne Cabral e Willyan Álvaro do Amaral pelos auxílios prestados e sempre torcerem por mim durante todo esse percurso. Ao meu namorado e amigo Breno Corrêa, pela paciência, compreensão e incentivo ajudando-me a não desistir dos meus sonhos.

Palavras somente não são capazes de expressar o sentimento de gratidão de realização deste trabalho. Mas trago esse singelo reconhecimento no texto o meu sentimento de gratidão e admiração a todos que, de alguma forma, contribuíram para realização desse feito. Reconheço essa vitória como conquista conjunta o qual compartilho com todos vocês. Gratidão.

## **Igarapé-Miri Capital Mundial do Açaí**

Venha comigo conhecer Igarapé-Miri  
A Capital Mundial do Açaí  
Na Vila Maiauatá (tem Açaí)  
No Cají no Meruú (também tem Açaí)  
Na festa da Boa União (você toma Açaí)  
No Icatú e Panacauera (tem muito Açaí)  
Tem Açaí pra todo lado  
Tem o festival do Açaí  
Anapu e Pindobal têm pesca de Mapará  
É só saborear com uma cuia de Açaí  
No Mamangal e no riozinho  
Tem polo exportação de Açaí  
A Rainha do Festival, bela moça do lugar.  
Representa o Açaí no Estado do Pará

## RESUMO

CABRAL, Rayanni Corrêa. **Produção de açaí na Microrregião de Cametá**: Indicação Geográfica e a perspectiva do desenvolvimento territorial. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

O açaí é um dos principais componentes da dieta alimentar do paraense, e nos últimos tempos passou a figurar como um dos principais frutos na pauta de exportação do Estado do Pará. O presente trabalho discutir a relevância de uma Indicação geográfica (IG) do açaí produzido na Microrregião de Cametá. Para atingir esse objetivo o trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa-quantitativa, pois visou a utilização de questionários, entrevistas, análises e produção de dados estatísticos, partindo do ponto de vista de relatos sociais de natureza discursiva. Foram adotados os procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica levantamentos de dados (fontes secundárias e primárias) e trabalho de campo realizado no mercado do Ver-Peso, como principal centro comercial do Estado do Pará e nas indústrias de processamento de açaí da Microrregião de Cametá. Foi utilizado levantamento de dados oficiais em órgãos governamentais, além da pesquisa documental como instrumento metodológico de coleta de informações muito importante para realização da análise de relatórios do IBGE, associação e demais instituições. A base teórico-conceitual da pesquisa está fundamentada no conceito de indicação geográfica entendida como um registro de qualidade que garante proteção ao nome do produtor, ao produto e ao seu território de produção, sendo apontada assim, como uma ferramenta de indução de desenvolvimento de base local-territorial. Os principais resultados da pesquisa apontam a relevância da potencialidade de uma indicação geográfica do açaí para Microrregião de Cametá, tendo como base os dados coletados de reconhecimento do fruto no comércio e nas indústrias. Foram apontadas localidades de preferência que possuem características semelhantes de produção na região. Constatou-se ainda que o processo de qualificação de produção do açaí na região ainda é precário e precisam vencer etapas na erradicação do trabalho infantil e na informalização de extração do produto que ainda é muito arriscado. A Indicação Geográfica é apontada como solução dessa problemática, uma vez que, ela obedece a critérios legislativos, sociais e possibilita a ampliação da qualificação da produção por todo território.

**Palavras chave:** Indicação Geográfica. Açaí. Microrregião de Cametá.

## ABSTRACT

CABRAL, Rayanni Correa. Açaí production in the Cametá Microregion: Geographical Indication and the perspective of territorial development. 2023. Dissertation (Master in Geography) – State University of Pará, Belém, 2023.

Açaí is one of the main components of the diet of people from Pará, and in recent times it has become one of the main fruits in the export basket of the State of Pará. The present work discusses the relevance of a Geographical Indication (GI) of the açaí produced in the Microregion of Cametá. To achieve this objective, the work was developed through a qualitative-quantitative research, as it aimed at the use of questionnaires, interviews, analyzes and production of statistical data, starting from the point of view of social reports of a discursive nature. Methodological procedures of bibliographical research were adopted, data surveys (secondary and primary sources) and field work carried out in the Ver-Peso market, as the main commercial center of the State of Pará and in the açaí processing industries of the Microregion of Cametá. A survey of official data from government agencies was used, in addition to documentary research as a very important methodological instrument for collecting information to carry out the analysis of reports from the IBGE, association and other institutions. The theoretical-conceptual basis of the research is based on the concept of geographical indication, understood as a quality record that guarantees protection to the name of the producer, the product and its production territory, thus being pointed out as a tool to induce grassroots development local-territorial. The main results of the research point to the relevance of the potentiality of a geographical indication of açaí for the Microregion of Cametá, based on data collected from the recognition of the fruit in commerce and industries. Preference locations were identified that have similar production characteristics in the region. It was also found that the açaí production qualification process in the region is still precarious and steps need to be taken in the eradication of child labor and in the informalization of the extraction of the product, which is still very risky. The Geographical Indication is pointed out as a solution to this problem, since it obeys legislative and social criteria and makes it possible to expand the qualification of production throughout the territory.

Keywords: Geographical Indication. Açaí. Microregion of Cametá.

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – (A) Palmeiras de Açai ( <i>Euterpe Oleácea</i> ), (B) Cachos de açai.....   | 55  |
| <b>Figura 2</b> – (A) Agroindústria Açai Miriense, (B) Agroindústria Dapancol, (C) Agroindústria Vitanat, (D) Agroindústria Nutrilatino, (E) Agroindústria Bony Açai, (F) Agroindústria Açai Tapajós..... | 74  |
| <b>Figura 3</b> – (A) Lavagem e seleção do produto, (B) Despulpamento nas bateadeiras, (C) Embalagem do produto, (D) Congelamento na Câmara fria.....   | 75  |
| <b>Figura 4</b> – (A e B) Festival do Açai em Igarapé-Miri.....   | 87  |
| <b>Figura 5</b> – (A) Livro Igarapé-Miri “A capital mundial do açai”, (B) Revista Ver-o-Pará Açai marca registrada do Pará (C e D) Revista PAZ Igarapé-Miri do Açai.....                                  | 88  |
| <b>Figura 6</b> – Outdoor de divulgação de açai empresa grupo Líder.....  | 89  |
| <b>Figura 7</b> – (A) Comercialização de açai <i>in natura</i> no Mercado do Ver-o-Peso, (B) Embarcações com produção de açai, (C) produção de açai em cestos e (D) desembarque do açai em sacas.....     | 92  |
| <b>Figura 8</b> – Organograma de representação da comercialização do fruto do açai comercializado no Mercado do Ver-o-Peso (Belém/PA) .....   | 94  |
| <b>Figura 9</b> – Açaisal, na comunidade Nazarézinho, Rio Meruú, Igarapé-Miri.....  | 99  |
| <b>Figura 10</b> – Processo de colheita (A), processo de retirada dos frutos do cacho de açai (B).....  | 102 |
| <b>Figura 11</b> – Barcos de transporte de Açai.....  | 102 |
| <b>Figura 12</b> – Abastecimento dos caminhões para o transporte do açai até as agroindústrias.....   | 103 |
| <b>Figura 13</b> – Organograma de representação de fluxo do registro de pedido de IG no INPI.....   | 117 |
| <b>Figura 14</b> – (A) Logomarca AMPRUNAM, (B) Reunião dos produtores.....  | 120 |
| <b>Figura 15</b> – (A) Seleção dos frutos, (B) Carregamento da produção e (C) Caminhões abastecidos pela produção associação AMPRUNAM.....  | 121 |
| <b>Figura 16</b> – (A, B) notícias de divulgação do açai do Pará comercializado no Oriente Médio e (C) notícia de relevância do açai de Igarapé-Miri.....   | 124 |

## ÍNDICE DOS MAPAS

|   |    |
|---|----|
| <b>MAPA 1</b> – Localização da Microrregião de Cametá do estado do Pará.....                        | 23 |
| <b>MAPA 2</b> – Localização das áreas de Várzeas da Microrregião de Cametá/PA.....                  | 64 |
| <b>MAPA 3</b> – Localização das indústrias de processamento de açaí na Microrregião de Cametá ..... | 72 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 1-</b> Aspectos populacionais da Microrregião de Cametá.....  | 50  |
| <b>Tabela 2</b> – PIB Municipal por Setor para os municípios da Microrregião de Cametá.....                             | 51  |
| <b>Tabela 3</b> – Dados de Índice de Desenvolvimento Humano da Microrregião de Cametá.....                              | 52  |
| <b>Tabela 4</b> – Dados Econômicos da produção de açaí por município em 2019.....                                       | 53  |
| <b>Tabela 5-</b> Ranking de produção do Açaí-Fruto em 2020 no Brasil – Em Toneladas.....                                | 57  |
| <b>Tabela 6</b> – Ranking de produção do açaí por microrregião no estado do Pará no ano de 2019.....                    | 58  |
| <b>Tabela 7</b> – Ranking Municipal de produção do açaí no estado do Pará no ano de 2020.....                           | 59  |
| <b>Tabela 8</b> – Evolução da produção do açaí na Microrregião de Cametá por área colhida (Hectares).....               | 60  |
| <b>Tabela 9</b> – Classificação do açaí quanto a nomenclatura, textura e preço comercializado pelas agroindústrias..... | 76  |
| <b>Tabela 10</b> – Quantidade de produção declarada por agroindústria.....  | 78  |
| <b>Tabela 11</b> - Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo.....                     | 107 |
| <b>Tabela 12</b> – Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo.....                     | 108 |
| <b>Tabela 13</b> - Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo.....                     | 108 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 14</b> – Balanço Comercial Anual de entrega de açaí da associação AMPRUNAM para as Indústrias de processamento de açaí..... | 122 |
|---|-----|

## ÍNDICE DE QUADRO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Produtos e serviços registrados como IG pelo INPI na Região Norte do Brasil em 2021.....           | 36  |
| <b>Quadro 2</b> – Genealogia e dinâmica municipal da Microrregião de Cametá.....                                     | 48  |
| <b>Quadro 3</b> – Distribuição das indústrias de processamento de açaí por municípios na Microrregião de Cametá..... | 70  |
| <b>Quadro 4</b> – Preferência do açaí utilizado pelas Indústrias de processamento.....                               | 98  |
| <b>Quadro 05</b> - Respostas dos entrevistados sobre o conhecimento de Indicação geográfica.....                     | 118 |

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1</b> – Evolução da Produção de açaí na Microrregião de Cametá.....   | 61 |
| <b>Gráfico 2</b> – Açaí utilizado nas Agroindústrias da Microrregião de Cametá por município.....  | 77 |
| <b>Gráfico 3</b> – Principais locais que são comercializadas a polpa de açaí das Agroindústrias da Microrregião de Cametá por regiões brasileiras..... | 79 |
| <b>Gráfico 4</b> – Fonte de renda dos produtores/Comerciantes de açaí.....   | 90 |
| <b>Gráfico 5</b> – Principais atores envolvidos no processo de compra do açaí no Mercado do Ver-o-Peso.....  | 93 |
| <b>Gráfico 6</b> – Preferência de açaí comercializado por localidade período da Safra (junho a novembro) no Mercado do Ver-o-Peso.....                 | 96 |
| <b>Gráfico 7</b> – Preferência de açaí comercializado por localidade período da entressafra (dezembro a maio) no Mercado do Ver-o-Peso.....            | 96 |

## ÍNDICES DAS ABREVIATURAS

- ACAD:** Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
- AMPRUNAM** - Associação de Moradores e Produtores Rurais de Nazarezinho do Meruú
- ANVISA:** Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- BASA:** Banco da Amazônia
- CAEPIM:** Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri
- CAMTA** – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
- CET:** Caderno de especificações técnicas
- CF:** Constituição Federal
- CUP:** Convenção União de Paris
- DO:** Denominação de Origem
- ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMATER:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
- EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPI-** Equipamento de Proteção Individual
- FNO:** Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- GRU:** Comprovante de pagamento
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IG:** Indicação Geográfica
- INFOSANBAS:** Informações contextualizadas sobre saneamento básico no Brasil
- INPI** – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- IP:** Indicação de Procedência
- LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LPI:** Lei de Propriedade Industrial
- MAPA:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDIC:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior
- OCA:** Observatório Costa Amazônica
- OMC:** Organização Mundial do Comércio
- OMPI:** Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- ONGs:** organizações não governamentais
- PA-**Pará
- PI:** patentes de invenção

**PRODEX:** Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo  
**PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PRORURAL-** Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural  
**SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SEDAP-** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca  
**SEFA:** Secretaria da Fazenda  
**SEMMA:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
**SENAR:** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
**TRIPS ou ADIPC:** Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio  
**UEPA:** Universidade do Estado do Pará.  
**UFPA:** Universidade Federal do Pará  
**UM:** modelo de utilidade

## ÍNDICES DOS PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS

**Bases de Dados da pesquisa agropecuária:**

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>

**Censo Agropecuário IBGE:** <https://censos.ibge.gov.br/agro/>

**Caracterização socioeconômica dos municípios IBGE:**

<https://cidades.ibge.gov.br/>

**Informações contextualizadas sobre saneamento básico no Brasil –**

**INFOSANBAS:** <https://infosanbas.org.br>

**Observatório Costa Amazônica – OCA:** [https://oca.eco.br/pt\\_br/](https://oca.eco.br/pt_br/)

**Portal da EMBRAPA:** <https://www.embrapa.br/>

**Secretaria de estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca- SEDAP:**

<http://www.sedap.pa.gov.br/>

**Sistema IBGE de recuperação automática- SIDRA:** <https://sidra.ibge.gov.br/>

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 14  |
| 1.1 Objetivos.....  | 18  |
| 1.2 Justificativa.....  | 19  |
| 1.3 Procedimentos metodológicos e caracterização da pesquisa.....   | 20  |
| 1.4 Estrutura do trabalho.....  | 29  |
| <b>2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL</b> .....  | 30  |
| 2.1 Indicação geográfica: aspectos normativos e teóricos.....   | 30  |
| 2.2 A relação entre IG e geografia: do território “dado” ao construído.....   | 38  |
| 2.3 Indicação geográfica, ativação de recursos e o desenvolvimento territorial.....   | 41  |
| <b>3 A PRODUÇÃO DE AÇAÍ E A SUA RELEVÂNCIA NA MICORREGIÃO DE CAMETÁ/PA</b> .....  | 47  |
| 3.1 Conhecendo a Microrregião de Cametá.....  | 47  |
| 3.2 A geografia do açaí na Amazônia e o lócus de pesquisa (microrregião de Cametá/PA) .....   | 53  |
| 3.3 Processo histórico de expansão e valorização do açaí na Microrregião de Cametá/PA.....  | 65  |
| 3.4 Açaí: uma atividade que se globaliza, mas que não consegue romper com sua herança extrativista e baixa internalização de pique e desenvolvimento..... | 80  |
| <b>4 RELEVÂNCIA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AÇAÍ DA MICORREGIÃO DE CAMETÁ</b> .....  | 84  |
| 4.1 Reconhecimento e fama do açaí da Microrregião de Cametá.....  | 84  |
| 4.2 Processo de qualificação da produção a agregação de valor ao produto.....   | 104 |
| 4.3 Construindo o território da IG: atores, cooperação e políticas públicas.....  | 112 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 126 |
| <b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 129 |
| <b>7 APÊNDICES</b> .....  | 135 |

## INTRODUÇÃO

O açaí é um fruto extraído de palmeiras nativas das florestas tropicais da Amazônia, sendo naturalmente encontrado em áreas de várzeas e igapós e largamente consumido e valorizado pelo mercado interno da Amazônia. Entretanto, a partir da década de 1980 esse produto chegou em novos espaços, tendo atualmente um amplo destaque no mercado e consumo não só mais na escala local, como também na mundial, o que levou sua expansão para áreas de terra-firme na Amazônia e de outros estados brasileiros que tem visto na atividade uma excelente opção de investimento.

O Brasil é o maior produtor mundial do fruto e 99,7% dessa produção está concentrada na região amazônica, sendo que somente o estado do Pará produz 1.389.941 toneladas, o que representa 94,03% da produção nacional (IBGE, 2020).

A Microrregião de Cametá, composta pelos municípios Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, em 2019 teve produção de 764.256 toneladas destacando-se como a maior região produtora do estado do Pará, o que equivalente a 56,6% da produção do estado (IBGE 2020).

Essa região é considerada uma das mais produtivas do ecossistema Amazônico com alto índice de produção do fruto, principalmente no período de safra, que corresponde aos meses de junho a novembro. Essa produtividade está relacionada aos aspectos físicos da região e também, de um amplo exercício de cooperação entre produtores, entidades públicas, privadas e não governamentais que tem investido no melhoramento genético e manejo do produto.

Nessa região o fruto açaí é extremamente valorizado, pois faz parte do consumo alimentício diário da população e contribui economicamente direto e indiretamente na vida de da população. Dentre os municípios componentes da Microrregião, destacam-se o município de Igarapé-Miri e Cametá como os principais municípios produtores da região. Esses municípios, sobretudo, o município de Igarapé-Miri, revelam um cotidiano extremamente ligado com essa atividade, seja pelo consumo, comércio e cultura, que traz através da produção do açaí marcas que caracteriza a população local, seja através de eventos festivos, culinária, empresas, indústrias de processamento, que tem no fruto do açaí a base material e simbólica para suas atividades econômicas.

Na microrregião de Cametá muitas pessoas se dedicam à produção de várias culturas, entre essas a principal a do açaí. Em relação ao beneficiamento, historicamente era feito à mão<sup>1</sup>, atualmente é feito em pequenas máquinas (batedeiras) e em indústrias de processamento modernas que realizam o despulpamento do fruto e comercializam para outros mercados nacionais e internacionais, sendo Igarapé-Miri o principal polo agroindustrial da Microrregião de Cametá.

Visto a expressividade e importância econômica-social dessa produção há cada vez mais a necessidade qualificá-la e diferenciá-la no contexto da produção local, regional, nacional e internacional. Dessa forma, o trabalho busca analisar e discutir a relevância de uma Indicação Geográfica (IG) para o açaí produzido na Microrregião de Cametá como uma forma de diferenciação/qualificação do produto e de seu território.

Entende-se por Indicação Geográfica, um registro de qualidade que garante proteção a um determinado produto e o seu território de produção. A indicação Geográfica é um meio eficaz para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado em um território ou localidade (CALDAS,2013) e, portanto, classificá-lo e diferenciá-lo de produtos semelhantes oriundos de outros espaços.

O estado do Pará vem ganhando cada vez mais visibilidade em seus produtos e com possíveis produtos em potenciais a indicação geográfica, conforme destaca Silva e Cruz (2021) “O estado de Pará possui uma grande quantidade de produtos potenciais específicos que carregam consigo atributos humanos e naturais que “contam” e projetam a geograficidade dos seus espaços”.

Contudo, apesar da rica biodiversidade existente no estado do Pará e na região amazônica, ainda existe uma extrema dificuldade de produtores, empresários e comerciantes garantir um selo de indicação ao produto como sinal geográfico, pois tal fato necessita de organização do setor produtivo, estudos específicos e incentivo de políticas públicas.

Segundo Velloso et al (2014) a implementação de uma IG é um processo coletivo e participativo, que envolve os atores locais que devem ser os protagonistas, mas além disso agrega outros atores do território, que podem auxiliar na construção e sucesso da IG.

---

<sup>1</sup>Outrora o fruto era apanhado, colocado de molho em água quente e após amassado com as mãos em uma bacia, sem utilização de máquinas específicas.

Paz (2019) cita que é essencial que o Estado auxilie para que produtores e comerciantes tenham condições de realizar os pedidos junto ao INPI. Além do estado, podemos destacar a participação de instituições públicas de pesquisa, universidades, secretarias estaduais e/ou municipais, ONGs<sup>2</sup> e outras que auxiliem a criação e sustentação dessa certificação no território.

O açaí é um produto que vem ganhando cada vez mais visibilidade no cenário nacional e internacional, com maior produção no estado do Pará, sendo assim um importante fornecedor do fruto. Os municípios que melhor contribuem para essa produção, seja extrativista ou manejada, estão localizados na microrregião de Cametá, região do estado do Pará, Pará, com uma produção expressiva no período de safra, principalmente nas áreas de várzea.

Desse modo, o lócus de pesquisa, a Microrregião de Cametá, foi escolhido como ponto principal de investigação para uma IG do açaí, pois apresenta aspectos relevantes de produção, qualidade e fama que se adéquam a discussão de sua potencialidade e relevância para certificação. Na Microrregião de Cametá os produtores de açaí encontram-se localizados principalmente em zonas rurais dos municípios, tanto de várzea quanto de terra-firme, mas sobretudo, em torno dos rios, por isso são chamados popularmente de ribeirinhos. A população ribeirinha envolvida nesta atividade, é o principal elo no circuito produtivo deste produto, contudo, em função da forma como o mercado está organizado são os que menos se beneficiam da valorização do produto em comparação aos outros atores envolvidos na comercialização do fruto e seu beneficiamento.

Ultimamente vem ocorrendo a valorização deste produto, tanto a produção *in natura* como a processada, contudo as indústrias de processamento controlam grande parte do circuito produtivo, definindo valores e quantidade do produto produzido na região. Isso é devido às empresas de açaí da região apresentarem uma estrutura organizacional e tecnológica que possibilita a compra da produção em grande escala para ser comercializada no mercado externo. Dessa forma ocasionam monopolização do capital no território.

Corrêa (2017) destaca que as comunidades da Microrregião de Cametá ainda não conseguiram formas de agregar valor ao produto, devido às limitações

---

<sup>2</sup> ONGs- organizações não governamentais.

tecnológicas, financeiras e organizacionais de beneficiar e armazenar o produto, o que é feito por empresas que atuam no ramo.

A aquisição do produto é feita predominantemente por intermediários e os preços monopolizados pelas fábricas não induzem a um processo de qualificação e diferenciação da produção. Isso porque o produto utilizado pelas fábricas não modifica sua qualidade, uma vez que as empresas realizam o despulpamento do fruto, da mesma maneira que é consumido internamente na região.

Até os anos 2000, o produto era conhecido e famoso somente entre os consumidores locais da Amazônia. A partir de então, o açaí cada vez mais se expande para outros mercados que comercializam o produto, e que diante da sua pluralidade, ou seja, as várias formas de uso e consumo tem ganhado destaque como alimento energético. Atualmente o açaí é utilizado de diversas formas na culinária brasileira, nas indústrias de cosméticos, farmacêuticos, shakes energéticos e muitas outras formas. A pluralidade do fruto movimenta diversos setores da economia brasileira, sendo então essencial a identificação e diferenciação do produto. Contudo, apesar da sua relevância econômico e social, e de ser apontado como um produto da sociobiodiversidade importante para conter o desmatamento na amazônica, o mesmo ainda não dispõe de certificação que o diferencie e proteja a origem do produto.

A criação de uma IG do açaí para região reconheceria o produto como único desse território e dos agentes que fazem parte dessa economia, impossibilitando o uso indevido nome do produto e valorizando o saber-fazer da região. Desse modo, o trabalho possibilitará conhecer mais de perto a dinâmica e relação existente do produto e seu território.

Nessa perspectiva, esta dissertação de mestrado consiste em um estudo no qual se busca verificar a importância de uma indicação geográfica (IG) voltada para o açaí da Microrregião de Cametá na medida em que pode agregar valor ao produto/território e induzir processos de desenvolvimento territoriais.

Dessa forma, a pesquisa busca identificar a singularidade territorial voltada à produção do açaí, por reunir formas de viver e se relacionar de diferentes realidades identitárias (ribeirinhos, produtores, associações, comerciantes, empresas) e articula importantes traços da vida cotidiana tradicional e moderna, através das formas de organização e ação entre os sujeitos.

Deste modo, tendo a necessidade teórica e empírica em estudar a relevância de uma IG do açaí para Microrregião de Cametá, apresenta-se a seguinte inquietude:

De que forma uma Indicação Geográfica poderia contribuir para agregação de valor ao açaí produzido na microrregião de Cametá e induzir processos de desenvolvimento territorial?

Essa questão geral possibilitou o direcionamento para alcançar o objetivo proposto neste trabalho e estimular novas inquietudes. Para tanto, buscou-se responder ainda:

a) Quais as principais áreas de produção de açaí na Microrregião de Cametá e como estão caracterizadas do ponto de vista socioprodutivo?

b) Quais são as regiões produtivas que se destacam pela notoriedade e/ou qualidade dos frutos *in natura* e processado?

c) Como uma IG poderia agregar valor ao produto/território e induzir processos de desenvolvimento territorial na região da Microrregião de Cametá, em especial nas regiões com potencial uso de uma IG?

Buscar responder essas indagações é importante para fomento de futuras pesquisas sobre IG do açaí na região, assim também para compreender as práticas cotidianas de produção e comércio e as relações desenvolvidas a partir dela. Destaca-se então que essas práticas cotidianas se dão a partir de grupos sociais de culturas diferentes, que promovem um saber-fazer que necessita de uma IG para possibilitar uma forma estruturada do processo de qualidade, articulada e controlada com finalidade de gerar mudanças quali-quantitativas que apontem para o desenvolvimento no território.

## 1.1 OBJETIVOS

### **Objetivo geral:**

Analisar e discutir a relevância de uma Indicação geográfica (IG) do açaí produzido na Microrregião de Cametá.

### **Objetivos específicos:**

a) Identificar e caracterizar as principais áreas de produção na Microrregião de Cametá

b) Identificar e analisar as regiões produtivas que se destacam pela notoriedade e/ou qualidade dos frutos *in natura* e processado

c) Explicar como uma IG poderia agregar valor ao produto/território e induzir processos de desenvolvimento territorial na região da microrregião de Cametá, em especial nas regiões com potencial uso de uma IG.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento dessa pesquisa contextualiza-se, primeiramente, por uma ligação pessoal com os espaços pesquisados. A temática do açaí desperta interesse, pois faz parte do cotidiano, vivência e principalmente da minha formação acadêmica, social e cultural. Sendo assim, instigar debates e discussões sobre as problemáticas que estão especializadas na realidade dessas cidades da Microrregião de Cametá é dar ênfase à condição de estar inserida nesse cenário e buscar querer contribuir com o mesmo.

O estudo das IGs para o açaí aparece como forma eficaz e prática de contribuir com o estado do Pará e em especial a Microrregião de Cametá, que vive e se sustenta diariamente na produção do açaí. Isso acarretaria inúmeros avanços de pesquisa e ação para o desenvolvimento da região. Essa realização encontra-se justificada em vários fatores relevantes:

a) Preciso gerar pesquisa que identifiquem a importância do açaí para o estado do Pará e, sobretudo, para a Microrregião de Cametá, principal região produtora do estado e que se destaca pela notoriedade do fruto muito famoso entre os consumidores, e aclamado nacionalmente, através da ação de várias empresas que comercializam o produto para vários mercados. Entretanto, o produto não possui uma certificação que o identifique como produto autêntico e exclusivo de sua região e que lhe garanta a proteção e diferenciação de produtos similares.

b) A certificação de uma IG do açaí na região poderia ocasionar aumento do valor agregado e beneficiará todos os integrantes do circuito produtivo do fruto do açaí da microrregião cametaense (produtores, peconheiros<sup>3</sup>, comerciantes, empresas e etc.) diante da mídia espontânea gerada, proporciona maior visibilidade e um maior acesso do nicho de mercado, assim como aumento do fluxo de turistas, fomentando o desenvolvimento territorial.

c) A aquisição de uma IG resulta na preservação e valorização de sua tradição cultural das comunidades amazônicas e ribeirinhas que devem ser valorizadas através dos

---

<sup>3</sup> Peconheiros é o nome dado aos sujeitos (crianças, adolescentes ou adultos) das comunidades tradicionais que fazem a coleta do açaí.

seus produtos. A proposta da IG demonstra, de forma geral, a importância de valorizar um produto dando-lhe certa identidade que o caracterize como oriundo de seu local de origem.

d) Historicamente o Brasil passou por vários ciclos econômicos através de atividades desenvolvidas com riquezas naturais exploradas e culturas agrícolas que foram implementadas no País e que devido à falta de estrutura técnica e competição de mercado acabaram tendo o seu declínio. A economia do açaí vem crescendo constantemente, porém de forma desorganizada e pouco estruturada e muitos países estão se interessando pela sua técnica de produção. O advento de uma IG possibilitaria formalizar uma técnica eficaz de produção do açaí no território, com organização da produção, estudos e incentivos que acarretaria no avanço do comércio, valorizando o produto propício para concorrência de mercado.

e) A Microrregião de Cametá teve sua economia ampliada com o comércio do açaí, tornando as indústrias de açaí e seus fornecedores os principais agentes beneficiários da economia deste produto. A criação de uma IG do açaí para uma região possibilitaria que os pequenos produtores conseguissem ampliar e desenvolver técnicas de aperfeiçoamento a sua produção e articular com indústrias gerando mais rendimento financeiro a esses grupos menos favorecidos, bem como poderiam buscar processar seus próprios produtos e assim romper com as dependências dos intermediários e fábricas locais.

Diante de um possível movimento em busca de uma indicação geográfica para o açaí da microrregião de Cametá, instiga a necessidade de explorar o açaí dessa região e discutir a relevância de sua potencialidade. Espera-se que através desta pesquisa, haja maior incentivo científico sobre a temática do açaí na região e também sobre a indicação geográfica, que é um tema ainda pouco discutido e conhecido pela população em geral, com a finalidade de garantir a proteção da qualidade de seus produtos e sua valorização, como no caso do açaí na Microrregião de Cametá.

### **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Primeiramente, deve-se entender que a metodologia é sobre a forma de fazer pesquisa. A pesquisa, por sua vez, explica-se como “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 14). Essa resolução deve contribuir com a sociedade no sentido de ajudá-la na compreensão da realidade, a fim de entender o funcionamento de determinados

fenômenos, sua origem e desenvolvimento, quais as possíveis implicações, dentre outros fatores.

Desse modo, para solucionar o objetivo proposto de uma pesquisa é necessário um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais de investigação e análise que fomentaram toda a pesquisa. Essa abordagem é denominada como Metodologia, diz respeito ao “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência” (DEMO, 1995, p. 11).

Prodanov; Freitas (2013, p. 14) destaca que “Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.”, ou seja, trata-se de uma área do conhecimento que instrumentaliza os procedimentos a serem seguidos na pesquisa. Com isso, a capacidade de conhecer e interferir na realidade.

O estudo sobre a relevância de uma Indicação Geográfica do açaí na Microrregião de Cametá abordará uma realidade ainda pouco conhecida e investigada pela sociedade. Tal fato, portanto, determinou várias etapas metodológicas em busca de informações secundárias, documentais e empíricas a fim de (re)conhecer a realidade-problema pesquisada. Para tanto, recorreu-se as informações sobre as dinâmicas do território (sociais, econômicas, culturais e produção), o saber-fazer, relações organizacionais, ou seja, a geograficidade da produção do açaí.

Considerando a problemática da pesquisa, o lócus de pesquisa foi escolhido à área com maior excedência natural da palmeira de açaí, além do recente cultivo em área de terra firme na região. Essa área possui grande influência de rios, tendo como rio principal o rio Tocantins que assume um papel extremamente importante dentro dessa potencialidade do açaí na região, pois é rico em nutrientes e, portanto, contribui para o crescimento dessa produção.

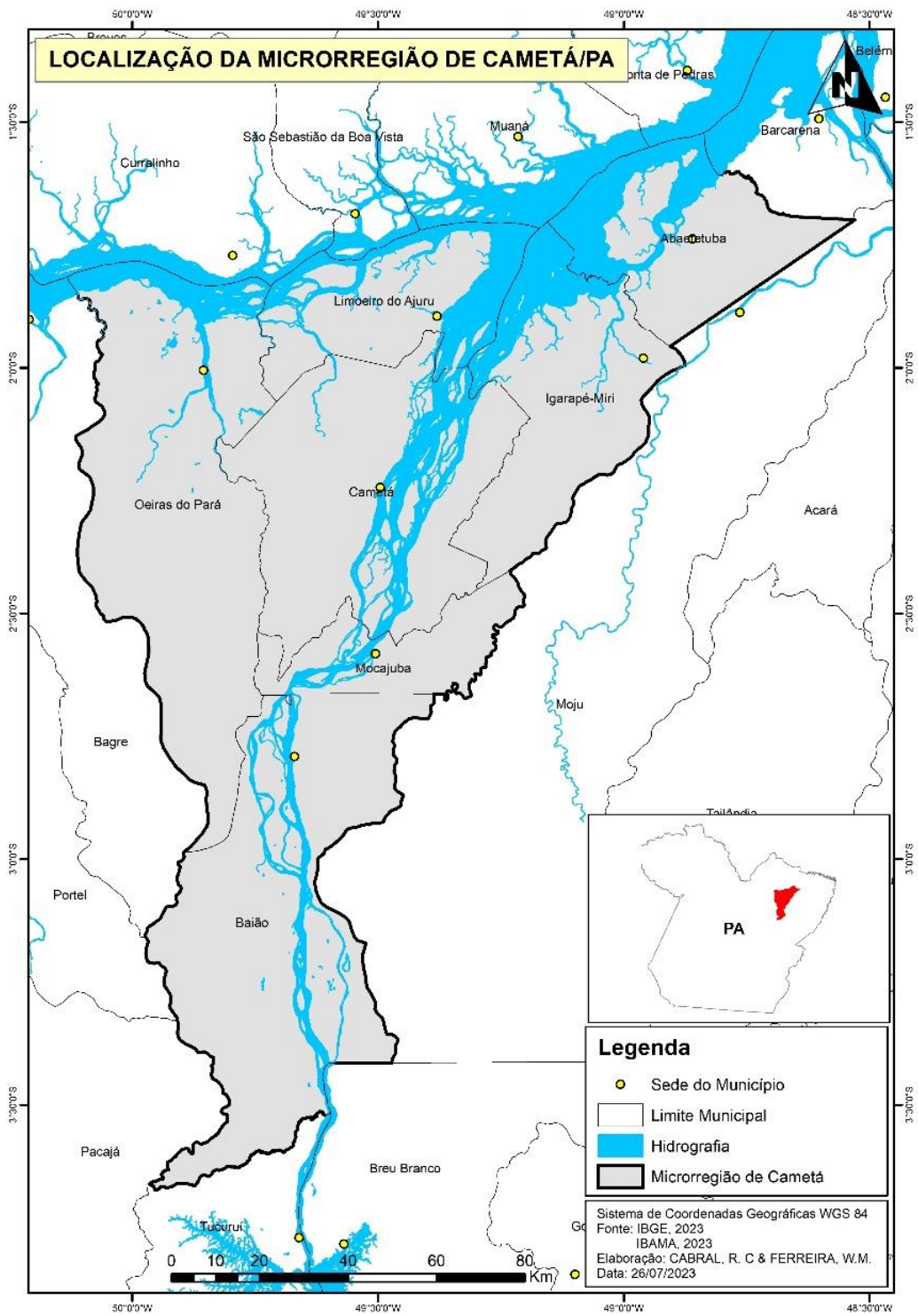
A delimitação da área de investigação da IG do açaí para Microrregião de Cametá levou em consideração a regionalização institucionalizada e estabelecida pelo IBGE em 1990. Segundo o Instituto “As Microrregiões” foram definidas como parte de Mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço [...] Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca” (IBGE, 1990, p. 8).

O lócus de pesquisa Microrregião de Cametá é uma divisão regional que engloba aspectos econômicos, sociais, político-administrativos e ambientais

semelhantes e apresenta uma dinâmica de produção fortemente ligada à economia do açaí no estado. Segundo dados do IBGE (2020) a microrregião apresenta-se como maior região produtora do fruto do estado do Pará, chegando a produzir 746.585 toneladas, equivalente a 56,6% da produção do estado no ano de 2019. Nessa região, ocorre um alto índice de produtividade do fruto (no período de safra), que corresponde aos meses de junho a novembro.

A Microrregião de Cametá, localizada ao nordeste do estado do Pará (Mapa 1) é composta por 7 municípios que se destacam pela produtividade do fruto, são eles: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

### MAPA 1 – Mapa Localização da Microrregião de Cametá do estado do Pará



Fonte: IBGE. Elaboração: CABRAL, R. C & FERREIRA, W. M.

Considerando os objetivos, problemática e questões norteadoras a presente pesquisa apresenta dados quantitativos e qualitativos baseando-se no caráter subjetivo dos indivíduos, através do relato de ideias e experiências dos participantes nas entrevistas e observação em campo e dados métricos e estatísticos apresentados em gráficos e tabelas presentes principalmente nos resultados da pesquisa. Prodanov; Freitas (2013, p.71) ressaltam que “esses tipos de pesquisa, de acordo com as diversas classificações, são abertos e podem ser usados de forma concomitante, isto é, uma mesma pesquisa pode adotar característica de mais de um tipo, no entanto, um deles será predominante”. Entretanto, neste caso apresentará uma maneira de pesquisa complementar de forma articulada para melhor compreensão dos leitores.

Dessa maneira a metodologia desta pesquisa contou com etapas metodológicas concretas que visam garantir o bom resultado da mesma, levando em consideração a pesquisa quanto os seus procedimentos de base bibliográfica, documental e de pesquisa de campo.

### **Pesquisa Bibliográfica**

Inicialmente neste trabalho foi realizado o levantamento bibliográfico, para embasar teoricamente a pesquisa, através da leitura e interpretação de livros, teses e dissertações. Prodanov; Freitas (2013) ressaltam que é nessa etapa da pesquisa que é trabalhado os assuntos que dão embasamento teórico à pesquisa com a composição de diversos autores e também são explanados os principais conceitos e termos técnicos utilizados na pesquisa.

Gil (2007) explica que na pesquisa bibliográfica os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são: investigações sobre ideologias ou pesquisas que se propõem à análise das diversas posições sobre um problema. É através desse diálogo entre os autores que é fundamentada uma nova visão sobre o problema proposto e auxilia a investigação do mesmo.

Nessa etapa foram priorizados referenciais sobre a temática dos conceitos de indicação geográfica (IG), ativos, recursos territoriais e desenvolvimento territorial no âmbito da ciência geográfica assim como no da economia e estudos sobre a temática do açaí na Amazônia, sobretudo na Microrregião de Cametá. Essa etapa se constituiu ao longo de toda pesquisa em um processo contínuo de produção, revisão e análise.

## **Pesquisa Documental**

Ressaltamos que os estudos fundamentados em documentos exprimem uma análise que possibilita organizar e interpretar determinadas informações em conformidade com os objetivos propostos pela pesquisa, assim sendo, o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais e humanas (CELLARD, 2008).

De acordo com Prodanov; Freitas (2013, p. 55), a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica principalmente no fato de que “a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Lakatos e Marconi (2020) também ressaltam que esses documentos advêm da coleta de dados pelos próprios órgãos designados pelas observações e que a análise e interpretação dos materiais acontecem de acordo com o pesquisador.

Nessa pesquisa documental, foi utilizada como instrumento metodológico a coleta de dos principais órgãos e instituições que compõem a Microrregião de Cametá. Os dados secundários coletados na pesquisa demonstraram uma visão mais completa da região, com seu aspecto produtivo e fisiológico, ou seja, aspectos naturais da região, através das análises de relatórios referente aos indicadores demográficos, econômicos e sociais da Microrregião de Cametá obtidos junto: ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados estatísticos de produção pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca (SEDAP); dados de análise de certificações existentes pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); e outros.

Os dados primários da pesquisa focaram em uma localidade no Rio Meruú distrito do Município de Igarapé-Miri/PA, através da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Nazarezinho do Meruú – AMPRUNAM, apresentada como ponto de partida para investigação da relevância de uma IG na região. Pois como esclarece Santos (1997, p.131) “o nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do mundo e do lugar. Mas o acontecer local é referido ao acontecer global” (SANTOS, 1997, p. 131). Através disso, foi possível compreender a potencialidade de açaí na região. Foi realizado levantamento documental à Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente (SEMMA); Associações, Cooperativas e demais instituições.

Ademais é válido ressaltar que muitos dos documentos, foram obtidos durante o trabalho de campo, por isso, é fundamental, em particular para aqueles que iniciam uma pesquisa, pensar a forma de realização deste, que compreende a segunda etapa de operacionalização da pesquisa.

### **Pesquisa de Campo**

Suetegaray (2002, p.2) ressalta que “campo é a expressão das diferentes leituras de mundo”, “é o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro”, e é o campo de “interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto” e “a pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação”. Assim, a partir desse contexto, entende-se que o campo apresenta diversas realidades por meio do conhecimento adquirido pelo sujeito e pela vivência, e desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo em que o campo, dotado de signos e significados.

Para Prodanov; Freitas (2013), o trabalho de campo propõe reflexão crítica e vincula ação e teoria, simultaneamente, apontando para a realidade da pesquisa, ou seja, a pesquisa de campo vai além da limitação da descrição tendo grande contribuição na pesquisa.

Tendo em vista esse contexto, a pesquisa de campo utilizada nesta pesquisa, buscou-se apresentar uma realidade ainda pouco investigada no que diz respeito à contextualização teórica e de campo sobre a temática de IG do açaí para a região escolhida para pesquisa. Para tanto, essa etapa foi realizada como instrumento metodológico de suma importância para o trabalho, pois através da pesquisa de campo foi possível observar e coletar dados relevantes que demonstra uma importância do IG para o desenvolvimento social e econômico a todos os integrantes do circuito espacial de açaí da microrregião de Cametá.

Nessa etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com produtores de açaí, peconheiros, atravessadores, comerciantes e representantes agroindustriais da região, a fim de constatar a realidade vivenciada por esses grupos que demonstram seu papel dentro do circuito produtivo, assim como a relevância de uma IG para esses agentes. As entrevistas ocorrem por meio do discurso oral com uso de questionários, fotografias e gravação de voz, com permissão e autorização do entrevistado, tudo semiestruturado no local de pesquisa.

Dentre as áreas pesquisadas, destaca a comunidade Nazarezinho localizada no Rio Meruú distrito do Município de Igarapé-Miri/PA, com presença da Associação

de Moradores e Produtores Rurais de Nazarezinho do Meruú – AMPRUNAM, como importante alvo de investigação, por observar a organização produtiva dessa associação, um possível movimento de acesso a uma IG para o açaí na região. Apesar de ter ainda pouca técnica e investimento já se destaca como grupo organizado e bem estruturado no comércio de vendas com o fruto do açaí.

A pesquisa também consistiu em visita ao principal centro de comercialização do fruto do açaí no estado do Pará no mercado do Ver-o-Peso, localizado na capital Belém, a fim de buscar perceber a relevância e “fama” do fruto oriundo da microrregião de Cametá no comércio. Com finalidade de provar o seu destaque e merecimento dessa certificação para o fruto do açaí.

Foi realizada entrevista com 25 produtores/comerciantes de açaí oriundos de várias localidades do estado do Pará, a fim de buscar identificar a diferenciação da qualidade de açaí do estado e diagnosticar uma possível relevância do açaí da Microrregião de Cametá no comércio. A escolha dos produtores entrevistados foi feita de forma aleatória, abrangendo pequenos, médios e grandes produtores. Também foi realizada entrevista com atravessadores locais que comprem produção de açaí para comercialização com as Indústrias de processamento de açaí.

Nessa mesma perspectiva, foram realizadas visitas e entrevistas nas principais agroindústrias de processamento de açaí da região, sobretudo o município de Igarapé-Miri, por ser o município com maior quantidade de fábricas de açaí que atende a produção da microrregião de Cametá, a fim de diagnosticar a qualidade do açaí da região e, sobretudo a sua preferência. Nessa visita, foram direcionadas entrevistas com aos gerentes e/ou representantes das fábricas com intuito de extrair maiores fontes de informações possíveis que pudessem ser utilizados na pesquisa.

De posse dessas informações, procedeu-se o levantamento cartográfico com intenção de investigar a partir de imagens de satélites a elaboração de uma cartografia das principais áreas produtivas da microrregião de Cametá, assim como da localização das principais indústrias de processamento de açaí da Microrregião.

Por fim, procedeu-se a tabulação dos dados coletados e análise dos dados, respectivamente. Este percurso metodológico, traduziu-se na dissertação acadêmica aqui apresentada.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa parte de uma abordagem nos conceitos de indicação geográfica (IG), ativos, recursos territoriais e desenvolvimento territorial,

suas principais bases interpretativas, além de buscar entender o processo histórico de implantação do açaí na microrregião até a etapa atual.

O conceito de Indicação Geográfica é discutido por um conjunto de autores que contribuem para maior entendimento e análise do mesmo, apresentando aspectos normativos e teóricos que demonstram sua eficácia ou não, baseado nas pesquisas de Caldas (2013), Paesani (2015), Paz (2019), assim como, as definições atribuídas pela Lei de Brasileira de Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Dentre as definições sobre Indicação geográfica, a lei de propriedade Industrial, define como um produto como originário do território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída a sua origem geográfica (BRASIL, 1994, anexo IC, art. 22). A indicação geográfica compreende um meio eficaz para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado em um território ou localidade (CALDAS,2013) e, portanto, classificá-lo e diferenciá-lo de produtos semelhantes oriundos de outros espaços.

O conceito de desenvolvimento fundamentado na pesquisa, por sua vez, apresentou uma abordagem focalizada no território, baseado especialmente nos autores: Hespanhol (2014), Pecqueur (2005) e Dallabrida (2014), por considerar que ambos trazem uma análise do conceito que relaciona com a produção no território e apresenta mecanismo que implica no desenvolvimento e valorização do território a partir de uma IG.

O território de uma IG representa a delimitação de uma área que ficou conhecida pela qualificação de um produto ou serviço que pode ser dado em várias escalas desde que compreendam as mesmas características semelhantes do produto ou serviço. Essa área geográfica constará como instrumento oficial, estabelecido no art. 15º da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, sobre o poder de uso de quem produz ou presta um serviço idêntico assinalado pela IG, caso se encontre fora da área delimitada, não poderá fazer uso do sinal.

Atualmente no estado do Pará, alguns produtos foram reconhecidos com registro de Indicação Geográfica e demonstraram desenvolvimento no estado. As certificações da farinha de Bragança e do queijo do Marajó, cacau de Tomé-Açu, apesar de recentes, já apresentam um potencial de credibilidade e visibilidade aos produtos sendo reconhecidos por toda região, o que impacta diretamente no crescimento turístico e econômico na região.

O açaí, apesar de sua grandiosidade em território paraense, ainda não há registro vinculado ao INPI, contudo alguns estudos e pesquisas científicas elaborados pela UEPA já vem demonstrando a relevância de uma possível IG para o açaí na região. Como “Circuito espacial da produção do açaí e indicação geográfica: análise do município de Cametá-PA” (CUNHA. F. P. O, 2021) e “Produtos potenciais à indicação geográfica no estado do Pará: Estudo de caso das feiras na cidade de Belém/PA” (SILVA. O. S & CRUZ E. V, 2021) com apontamento da relevância da IG do açaí para os municípios de Cametá e Igarapé-Miri.

Desse modo, estudos como esses serviram como conhecimento base e de importante estímulo e motivação para a pesquisa de IG do açaí para a Microrregião de Cametá no estado do Pará. Este trabalho permite além de possibilitar a agregação de valor ao local, a valorização cultural, por ressaltar aspectos importantes sobre a cultura, território e seus indivíduos.

#### **1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO**

A estruturada dessa pesquisa está dividida em quatro capítulos por entender que fica mais acessível e organizado a leitura, para um bom entendimento do leitor.

O primeiro capítulo é considerado capítulo metodológico da pesquisa, no qual é apresentado aspectos introdutórios e metodológicos da pesquisa a fim de apresentar o objetivo proposto, problemática e o percurso da mesma com detalhamento das etapas metodológicas.

O segundo capítulo da obra apresenta aspectos teóricos, conceituais e normativos sobre a Indicação Geográfica e os apontamentos teóricos de diversos autores que sugerem que as IGs podem induzir processos de desenvolvimento territorial.

O terceiro capítulo apresenta os principais estudos sobre a temática do açaí na Amazônia, no estado do Pará e no Lócus de pesquisa Microrregião de Cametá/PA, como palco principal para desenvolvimento de uma IG, abordando aspectos físico-químicos da espécie do açaizeiro, onde se propõe-se entender o processo histórico de implantação do açaí na região a partir da pesquisa bibliográfica e de campo, além de dados secundários extraídos de órgãos, instituições e sites oficiais para construir uma visão geral do processo produtivo, assim como a relevância do fruto na região.

O quarto e último capítulo tem como intuito apresentar os resultados obtidos sobre a relevância de na Indicação Geográfica do açaí para Microrregião de Cametá,

através da tabulação dos dados apresentados em gráficos e tabelas, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo onde foram mantidos os aspectos éticos dos entrevistados (produtores, comerciantes, representantes agroindustriais da região, e outros.) que foram identificados com pseudônimos, e suas respostas foram instrumento de estudo e finalidade do resultado.

Ao longo do terceiro e quarto capítulo buscou-se contemplar os objetivos propostos na pesquisa. Nos capítulos é descrito os principais estudos sobre a temática do açaí na Amazônia, no estado do Pará e no lócus de pesquisa, a Microrregião de Cametá/PA, abordando aspectos econômicos, sociais e físico-químicos da espécie, assim como apresentação de dados que comprova a relevância de uma IG para o açaí na Microrregião de Cametá, através de pesquisa bibliográfica e de campo que demonstra a fama do açaí já existente nesses locais e descrição do saber-fazer local de áreas de produção da Microrregião de Cametá que ficaram conhecidas pela sua qualidade.

## **2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Esse capítulo abordará a propriedade intelectual, que precisa ser entendida para que haja uma compreensão sobre o mundo das certificações, em especial as coletivas a exemplo das indicações geográficas. Entende-se que as IGs são capazes de gerar consequências positivas que possuem um impacto social importante para o espaço a ser protegido e, sobretudo, a sua dimensão territorial. Diante disso, serão discutidos os fundamentos teóricos conceituais que balizam o uso das IGs como uma ferramenta de proteção, diferenciação, qualificação e de desenvolvimento.

### **2.1 Indicação geográfica: aspectos normativos e teóricos**

O Brasil é um país de dimensão territorial que se caracteriza por uma elevada diversidade de produtos em seu vasto território. Cada recorte territorial possui produtos específicos de importante valor econômico, social e cultural que se distinguem dos seus similares disponíveis no mercado. Na busca de classificar e lhe conferir um registro que lhe atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, foi criada a proposta de Indicação Geográfica (IG) para estabelecer esse mérito. Caldas (2013) classifica Indicações Geográficas (IGs) como

[...] as IGs são um meio eficaz para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado em um território, região ou localidade, com características específicas, homogêneas e bem demarcadas, com o objetivo de garantir sua procedência e, o mais importante, firmar a relação de confiança que se estabelece entre o consumidor, o produtor e o seu local de produção (CALDAS, 2013, p.12).

Segundo Caldas (2017) a IG estabelece o reconhecimento através de sua notoriedade/originalidade, sejam bens de consumo, produtos alimentícios ou mesmo prestação de serviços, tendo assim, relação de competição com seus concorrentes por meio de diferenciação de qualidade.

Paz (2019) classifica Indicação Geográfica como um tipo de proteção da propriedade intelectual, pois relaciona com a proteção da propriedade da criação humana, uma vez que, essa criação surgiu através de um pensamento autêntico e exclusivo.

A proteção da propriedade intelectual estimula o desenvolvimento de atividades inventivas e criativas, tendo como consequência um beneficiamento econômico dessa proteção, seja de forma direta ou indireta, e assegura ao titular o seu livre uso e vedando a sua utilização por terceiros.

Dentre as classificações designadas pela lei de propriedade Industrial destaca-se a Indicação geográfica, ponto principal deste trabalho. Conforme decretado pela TRIPS/ADIPC (Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial), no artigo 22 do Decreto de nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994, as IGs são definidas como

[...] Indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída a sua origem geográfica (BRASIL, 1994, anexo IC, art. 22).

A partir dessa definição, entende-se que as indicações geográficas envolvem a valorização dos produtos desenvolvidos no território. Essa valorização é marcada pelo seu valor cultural, econômico, sendo capaz de enaltecer um território por produzir um determinado elemento que se distingue pela qualidade, tradição, técnica e valor histórico de outros similares.

Cruz (2017) chama a atenção que ao proteger o nome do produto as IGs protegem (in)diretamente o produto e o seu território, daí sua importância em projetos que visam o território e não apenas o produto em si. O território apresenta características únicas que devem ser valorizadas, seja pelos seus aspectos físicos, naturais, ou aspectos atribuídos na natureza pelos atores sociais que lá residem.

A proteção ao nome de um produto garante usos diversos, mas um dos aspectos que tem ganhado destaque na justificativa e motivação ao uso das IGs é ser um importante instrumento na qualificação.

Os produtos protegidos pela IG apresentam qualidades peculiares e particulares, explorando características naturais, humanas (manufatura, tratamento e cultivo), meteorológicas (clima) e geográficas (vegetação e solo), que demonstram de onde são provenientes. Trata-se de bens que têm um certificado de qualidade, o qual atesta sua origem e garante o controle rígido da qualidade.

Caldas (2013) esclarece que as IGs são normatizadas por organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e no Brasil pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA). Esta normatização estabelece critérios e regulamentos essenciais de uso e funcionamento dos produtos ou serviços que possuem qualidades únicas. Tais atributos possuem dois elementos preponderantes: a notoriedade do saber-fazer, ligado às técnicas repassadas entre diferentes gerações na produção de um determinado produto; e a qualidade relacionada às características físico-geográficas, que os franceses denominam de *terroir*, ou seja, as particularidades físicas e ambientais que uma localidade, região ou território possuem, e que se encontram presentes nos produtos por meio dessas características ligadas a aspectos pedológicos (solo), clima, vegetação, dentre outros.

Atualmente (2023) existem 88 produtos registrados no INPI com esse signo de Origem (INPI, 2023). Conforme a INPI, as IGs podem ser classificadas em duas modalidades: aquelas que se referem à Indicação de Procedência (IP), e àquelas que dizem respeito à Denominação de Origem (DO). Em relação à primeira, a Lei nº 9.279/96 define Indicação de Procedência, no artigo 177, como

[...] o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (BRASIL, 1996).

Essa mesma Lei define em seu art. 178, Denominação de Origem enquanto

[...] o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996).

A partir dessas definições, percebe-se que a indicação geográfica, em ambas as modalidades, apresenta uma área geográfica produtora de um determinado produto ou prestadora de um serviço. A principal diferença entre as duas modalidades é que a denominação de origem possui a exigência da comprovação através da influência do meio geográfico na qualidade ou nas características do produto ou do serviço, enquanto a indicação de procedência está relacionada a fatores locais que integram características humanas e que necessita da comprovação da reputação da área, ou seja, comprovação da fama (PAZ, 2019).

A notoriedade e a fama do território juntamente com o seu produto, são identificados pelos consumidores, constituídos no tempo e na história, seja a nível local, regional ou internacional (VELLOSO et al, 2014). Em muitos casos, a notoriedade está ligada à forma de produzir resultante de conhecimentos tradicionais, advindos de saber-fazer de uma cultura ou sociedade específica.

O surgimento desse mecanismo de diferenciação e proteção dos produtos se materializou no decorrer da história, na medida em que produtores e consumidores observaram que seus produtos possuíam um diferencial que se destacava de outros produtos semelhantes no mercado, desta forma, atribuíam a este produto como sendo típico de uma determinada região, recebendo assim o nome de sua procedência geográfica (KAKUTA et al, 2006.). A partir disso, a necessidade de proteger a procedência dos produtos se intensificou no decorrer do tempo.

O grande marco histórico desse mecanismo foi o registro do vinho do Porto em meados no século XVIII em Portugal, criado para assegurar a qualidade dos vinhos da vinícola portuguesa diante das versões adulteradas do vinho que geraram prejuízos econômicos aos produtores portugueses. Com isso, foi necessária que o primeiro-ministro do reino, Marquês de Pombal, fizesse a primeira intervenção de proteção do vinho do Porto, ação que foi de fato efetivada com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que realizou a demarcação das terras juntamente com a gestão do controle da qualidade e comércio do vinho produzido na região (SOUSA, 2003).

Ao decorrer do tempo muitas medidas e ações legais foram tomadas para proteção da qualidade de produtos diferenciados em diversas regiões do mundo. Atualmente, a proteção da propriedade intelectual ocorre em níveis nacionais e internacionais, isso devido ao fenômeno da globalização, com a grande circulação de

pessoas e de produtos entre os países, a matéria ultrapassou o tratamento nacional dado a grande internacionalização dos seus objetos de proteção (SILVEIRA, 2014).

No âmbito internacional, entre os acordos e convenções realizados para o avanço da proteção da propriedade intelectual, destaca-se entre as mais importantes: a Convenção União de Paris (CUP) em 1883, que regulou os direitos de invenção de marcas, desenhos industriais e indicações geográficas, garantindo o privilégio exclusivo de exploração do objeto protegido; a Convenção de Berna de 1886, criada para proteção de obras literárias e artísticas; e a Conferência de Estocolmo, realizada em 1967, que criou a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) designado como principal órgão integrante do sistema das nações unidas que promove a proteção da propriedade intelectual internacionalmente.

A OMPI surgiu com os objetivos de buscar a assinatura dos acordos de proteção à propriedade intelectual, pelos países, com a finalidade de melhorar os serviços acentuados pelas convenções de Paris e de Berna. Além disso, a OMPI fornece assistência técnica aos estados, para realizar estudos e publicações sobre a propriedade intelectual (PAESANI, 2015).

Em 1995, foi criado o Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS ou ADIPC), principal influenciador da lei brasileira de Propriedade Industrial. Esse acordo estabeleceu regras para a proteção internacional da propriedade industrial com o objetivo de fixar o padrão de existência, abrangência e exercício dos direitos intelectuais que possuem relação com o comércio internacional. Assim, o TRIPS passou a ser o modelo de critério mínimo exigido dos direitos da propriedade intelectual a ser absorvido e aplicado nas legislações nacionais dos seus Estados-membros (PAESANI, 2015).

No Brasil, a primeira lei sobre proteção intelectual foi uma lei de patente instituída por um Alvará de D. João VI que também continha o primeiro Plano de Desenvolvimento do país, publicado em 28 de abril de 1809. A partir disso, várias leis foram criadas com influência da OMPI, dentre elas, a Lei da Propriedade Industrial (LPI), Lei nº9.279/96, criada em função aos ajustes e critérios impostos pelo TRIPS, com o principal objetivo de adaptar a legislação às modificações do contexto tecnológico e econômico, além de aperfeiçoar as técnicas e as instituições, e, principalmente realizar a padronização internacional exigidas pela OMPI. (BARBOSA, 2003).

Atualmente, a propriedade intelectual pode ser classificada de várias maneiras, entre essas: os direitos autorais, a proteção *sui generis* e a propriedade industrial. Todos esses objetos de proteção possuem uma descrição definida por lei no Brasil.

Os direitos autorais tratam da proteção das criações humanas, que compreendem as expressões artísticas, obras de arte e obras tecnológicas. Dentre os direitos do autor estão incluídos: obras literárias, artísticas e científicas; os direitos conexos, como as interpretações, fonogramas e transmissão; e os programas de computador, que são regulamentados no Brasil pela Lei de Direito autoral, nº 9.610/98 e pela Lei nº 9.609/98 para programa de computadores (BARBOSA, 2003).

Os *sui generis* são os direitos que fazem parte da propriedade intelectual, mas não são considerados direitos autorais ou propriedade industrial. São exemplos de direitos *sui generis* a proteção de novas variedades de plantas (Lei nº 66 9.456/97), de topografia de circuito integrado (Lei nº 11.484/07) e dos conhecimentos tradicionais (Lei nº 13.123/15).

Por último, apresenta-se a propriedade industrial que é regulamentada pela Lei da Propriedade Industrial nº 9.279 de 14 de maio de 1996 e executado no Brasil pela autarquia federal INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), que corresponde ao conjunto de direitos relacionados às marcas, patentes, às indicações geográficas, aos desenhos industriais e à repressão da concorrência desleal. A lei determina que a proteção deva atender o interesse da sociedade e, também, ao desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil.

Os direitos designados pela propriedade industrial têm como objetivo proteger as invenções humanas, a sua disseminação e a sua aplicação industrial. Em resumo, de acordo com a referida lei, podem ser assim definidos:

- Marcas: são sinais distintivos de nome e/ou imagem que identifica um produto ou serviço de determinadas empresas, tornando exclusivos e distintos um dos outros. No Brasil, são divididas em marcas de produto ou de serviço, marcas coletivas e marcas de certificação.

- Patentes: protegem os produtos ou processos de serem utilizados por terceiros sem seu consentimento, cumprindo com os requisitos de uma atividade inventiva, uma novidade e com possibilidade de aplicação industrial. No Brasil, são divididas em patentes de invenção (PI) e patentes de modelo de utilidade (MU).

- Indicações Geográficas: produtos ou serviços que tem qualidades reconhecidas devido a sua origem geográfica ou que tem origem em um local

conhecido por aquele produto ou serviço. Possuem duas modalidades: indicação de procedência (IP) e denominação de origem (DO).

- Desenhos industriais: a proteção incide sobre a forma, os aspectos ornamentais ou estéticos de um determinado objeto.

- Repressão à concorrência desleal: visa ao combate e proteção contra a ação usurpadora e denegridora de um concorrente de um mesmo segmento.

Dentre as classificações designadas pela lei de propriedade Industrial destaca-se a Indicação geográfica, ponto principal deste trabalho. Atualmente a indicação geográfica no Brasil, encontra-se consolidada por meio legais que são capazes de impulsionar ações de desenvolvimento econômico e social para o território brasileiro. Contudo, autores como Nierdele (2011, 2013) e Froehlich e Dullius (2011, 2015), apontam a necessidade de revisão e ampliação desse marco legal pois segundo eles estes instrumentos podem estimular/instrumentalizar processos de desenvolvimento territorial como também serem utilizados como instrumentos de poder e exclusão socioespacial.

Ainda assim, a IG é um instrumento que vem ganhando cada vez mais força no território brasileiro. O banco de dados INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) apresenta até o ano de 2022 um total de 102 Indicações Geográficas nacionais, sendo 24 denominações de origem e 78 indicações de procedência. Dentre esses, na região Norte do Brasil destacam-se 12 produtos registrados pelo INPI, sendo 3 denominações de origem e 9 indicações de procedência, conforme destacado o quadro 1, abaixo:

**Quadro 1 – Produtos e serviços registrados como IG pelo INPI na Região Norte do Brasil em 2022**

| Classificação   | Produto             | Denominação       | Espécie | Estado   | Ano  |
|-----------------|---------------------|-------------------|---------|----------|------|
| Agroalimentares | Abacaxi             | Novo Remanso      | IP      | Amazonas | 2020 |
|                 | Cacau               | Tomé-Açu          | IP      | Pará     | 2019 |
|                 | Café                | Matas de Rondônia | DO      | Rondônia | 2021 |
|                 | Farinha de Mandioca | Cruzeiro do Sul   | IP      | Acre     | 2017 |
|                 |                     | Bragança          | IP      | Pará     | 2021 |
|                 |                     | Uarini            | IP      | Amazonas | 2019 |
|                 | Guaraná             | Maués             | IP      | Amazonas | 2018 |
|                 |                     | Terra indígena    | DO      | Amazonas | 2020 |

|            |                     |  |    |           |      |
|------------|---------------------|--|----|-----------|------|
|            |                     | Andirá-Marau                                   |    | e Pará    |      |
|            | Queijo              | Marajó   | IP | Pará      | 2021 |
| Artesanais | Capim<br>Dourado    | Região do Jalapão<br>do estado do<br>Tocantins | IP | Tocantins | 2011 |
| Outros     | Peixe<br>ornamental | Rio Negro                                      | IP | Amazonas  | 2014 |
|            | Pirarucu            | Mamirauá                                       | DO | Amazonas  | 2021 |

Fonte: INPI (2022). Elaborado por Rayanni Cabral.

A partir desses dados, é possível identificar que foram registrados quatro produtos no estado do Pará, dois no ano de 2021, sendo, assim, uma conquista considerada relativamente recente, diante do desconhecimento sobre a certificação de indicação geográfica por parte de alguns setores, seja no âmbito institucional ou da sociedade como um todo.

As IGs representam uma importante estratégia para o desenvolvimento cultural e socioeconômico nas regiões do país. Através da valorização e agregação de valor ao longo da cadeia produtiva de um determinado produto, que beneficia todos os integrantes com sua notoriedade e reconhecimento nacional. A proteção que uma Indicação Geográfica pode favorecer a expansão de mercado dos serviços e produtos, a geração de renda no local e a preservação das tradições locais (CALDAS, 2013). A indicação geográfica fornece “um diferencial competitivo importante aos nossos produtos tradicionais, tanto no mercado interno, quanto no exterior” (KAKUTA et al., 2006.).

No ano de 2016 o estado do Pará criou o Fórum de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas com o objetivo de agregar valor e credibilidade aos produtos paraenses, além de buscar a preservação do patrimônio natural e cultural da região. A sua atuação principal foi auxiliar os pedidos, como por exemplo, o da Farinha de Bragança e do Queijo do Marajó.

Entre os produtos já identificados pelo Fórum de Indicações Geográficas no estado do Pará para a sua futura atuação, destaca-se aqui, a importância deste estudo, para a relevância do açaí da Microrregião de Cametá, que apesar de sua extrema importância para a economia local-regional, ainda não existe nenhum registro constatado pelo INPI, sendo que este fruto vem sendo cada vez mais reconhecido

pelos estados nacionais, em detrimento das empresas que comercializam esse produto a nível nacional e internacional e com isso agregam valor ao produto.

O açaí é um produto que vem ganhando cada vez mais visibilidade no cenário nacional e internacional, com maior produção no estado do Pará, sendo assim um importante fornecedor do fruto. Os municípios que melhor contribuem para essa produção, seja extrativista ou manejada, estão localizados na microrregião de Cametá, nordeste do estado do Pará, com uma produção expressiva no período de safra. Contudo, é um produto que é comercializado predominantemente *in natura* e com baixo valor agregado. Somado a isso, outras regiões do país vêm produzindo açaí e conseqüentemente gerando competição de mercado e sem identificação de sua origem de produção, podendo assim ser confundido com os outros produtos da região. Diante do exposto, compreende-se a necessidade de analisar e averiguar a potencialidade dessa produção na região da Microrregião de Cametá de ter uma IG e garantir sua notoriedade e ou qualidade.

## **2.2 A relação entre IG e Geografia: do território “dado” ao construído**

A ciência geográfica é uma ciência humana que estuda entre muitos aspectos o espaço geográfico e suas composições, analisando sobretudo a interação entre sociedade e natureza. Entre essas composições analíticas destacam-se os principais conceitos da geografia como lugar, paisagem, região e território sendo esses cruciais para o entendimento da organização socioespacial. Cada um desses conceitos aborda dimensões da realidade dado por um limite, poder ou grupo social.

Dentre os conceitos da geografia, no que se refere à organização de agentes acerca de uma produção vinculada a um potencial IG, o conceito de território torna-se fundamental para entender as formas de organização, de grupos, poder e valorização do saber-fazer de grupos, pois apresentam características únicas que especificam o território.

Historicamente, um dos primeiros estudiosos a apresentar uma definição para o conceito de território foi Ratzel (1990), que o descreve como um espaço apropriado por um determinado grupo. Considerando as formas de apropriação e transformação, o território pode ser compreendido, a partir de seus usos, como o espaço modificado pela técnica, pelo trabalho, sendo palco e ator nas relações que ali são produzidas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Haesbaert (2004) destaca diversas perspectivas para tentar definir o território, frente à complexidade que o conceito apresenta. Destacando desta forma: O território nas perspectivas materialistas, sendo subdividida em três formas: As concepções naturalistas, a concepção de base econômica e a tradição jurídico-política de território.

Dentro da perspectiva da Indicação geográfica o território é visto, sobretudo, na através da concepção de base econômica, isso porque o território passa a ser palco de controle e usufruto dos recursos, conforme explicitado a seguir:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112 apud HAESBAERT, 2004, p. 56).

Diante disso, é presente a ideia de território associada a uso, controle e acesso, o que não está longe de se dissociar ao poder, delimitação, pois apresenta uma perspectiva de luta e defesa de seu espaço e recursos em uma visão grupo e sociedade. A aquisição e valorização de recursos, por sua vez, apresentam características únicas de seu território e é considerada uma ferramenta crucial para defesa e desenvolvimento do território.

Esta também é uma das dimensões das IGs na medida em que após o reconhecimento por parte do Estado, no caso brasileiro o INPI, somente os indivíduos que habitam e tem uma relação formal e produtiva com o espaço objeto de reconhecimento poderão fazer uso do signo distintivo.

O território surge como palco principal de desenvolvimento de projetos sociais eminentemente coletivos, como a aquisição de uma IG, pois é um espaço que representa a coletividade através das transformações territoriais. Para tanto, entende-se o conceito de territorialidade que passa a ser fundamental, pois o mesmo adquire uma importância em função de assumir, conforme Raffestin (1993) um:

[...] valor bem particular, pois reflete multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A compreensão de território de Raffestin leva em consideração as relações que surgem nesse território, que é constituído culturalmente, expressando uma identidade e de busca coletiva. No território encontram-se inseridos conjuntos de atores que

buscam a proteção e diferenciação de seus produtos, mediante ao processo de Indicação geográfica, uma vez que, a construção de uma IG preconiza organização sociopolítica em torno de um espaço que terá uso coletivo.

As discussões a respeito de território e desenvolvimento territorial surgem do entendimento formado pela dinâmica de atores sociais que ocupam espaço determinado, nomeados por uma identidade individual e social, com referenciais familiares e profissionais. Nesse aspecto, os territórios são, portanto: “[...] entidades socioespaciais, ou relacionadas às atividades humanas conduzidas num dado espaço” (JEAN 2010, p .51). O desenvolvimento territorial, por sua vez, conforme o autor faz referência a espaço geográfico que não é dado, mas construído. O mesmo acrescenta que o espaço é “Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras”. (JEAN 2010, p.51).

Através dessa análise Pecqueur (2000) apresenta a diferenciação entre dois tipos de territórios. O primeiro deles seria aquele estabelecido por decisão político-administrativa, num processo “*topdown*” de decisão, cujos interesses, normalmente, são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida. Nesse caso, o território seria chamado de “território dado” baseado como sendo o espaço-lugar, que resulta como produtos das políticas de organização do território. (PECQUEUR, 1987).

Pecqueur diferencia outro tipo de território, denominado como território construído, ou espaço-território, que, segundo o autor, é formado a partir de “um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum” (PECQUEUR, 2000).

Nesse sentido, o território construído apresenta-se como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores (BRUNET, 1990).

Dentro da análise territorial, os atores locais passam a determinar fronteiras que podem ser conhecidas como fronteiras sociais simbólicas. Essas fronteiras simbólicas ganham limites territoriais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais. É essa análise territorial que Haesbaert (1997) chama de culturalista. Essa abordagem está muito próxima de perspectivas econômicas baseadas na diferenciação identitária.

O saber-fazer local é uma forma de expressão cultural que define a identidade, através das relações estabelecidas de indivíduos e grupos. A cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelece em formas específicas de representação, com códigos comuns (FEATHERSTONE, 1993).

O conhecimento empírico, o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover o desenvolvimento com características endógenas, ou seja, características próprias de seu local a partir da territorialidade presente entre os atores locais formam o que Ostrom (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território.

A partir disso, compreende-se que o saber-fazer e cultura de um local é uma forma de se promover o desenvolvimento territorial. Contudo, muitas localidades, aparentemente, não possuem um patrimônio histórico-cultural-geográfico reconhecido. Para tanto, essas sociedades podem ser estimuladas a explorar seu potencial territorial e o saber-fazer local, num processo de construção coletiva, cujo resultado poderia ser a diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

As IGs representam, portanto, um instrumento que garante a proteção e abre caminho para a valorização das tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens imateriais associados à identidade territorial. Utilizada pelos produtores como um instrumento de agregação de valor e acesso a mercados e reputadas pelos consumidores como um mecanismo de garantia de qualidade. As indicações geográficas são consideradas potenciais instrumentos de desenvolvimento territorial.

### **2.3 Indicação geográfica, ativação de recursos e o desenvolvimento territorial**

O conceito de desenvolvimento é um conceito complexo que possui várias vertentes dentro do debate teórico-metodológico, assumindo, assim, várias acepções e significados. Este conceito é, muitas das vezes, associado a algo novo, moderno, industrializado que contribui com o bem-estar econômico, social e espacial de uma sociedade.

O conceito de desenvolvimento tem sua importância nas ciências sociais, presente também em várias áreas disciplinares, sobretudo, na geografia, por entender que é um processo de transformação que afeta diretamente o espaço abrangendo os aspectos políticos, econômicos, sociais e territoriais. Esse conceito sustentou diversas

teorias de mudanças e estabelece pontes ou rupturas entre a teoria e a prática (AMARO, 2003).

Entre as várias vertentes de associação a este conceito a mais difundida é aquela que associa desenvolvimento a crescimento econômico. Esse caráter economicista assumiu uma postura setorialista e durante muito tempo divulgado como sendo o aumento do PIB associado à renda per capita. Não levando em consideração as demais dimensões da sociedade. Isso serviu para que esse conceito fosse utilizado como instrumento de manipulação política e ideológica. (CORRÊA, 2017), bem como, questionado para medir o nível de qualidade de vida das pessoas, principalmente em países marcados por desigualdades.

Contudo, vale destacar que o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo que um mero crescimento econômico, ele está ligado a diversos fatores que implicam na melhoria das condições de vida dos seres humanos, seja na satisfação das necessidades básicas da população, desenvolvimento dos diferentes ramos da produção, planejamento territorial, redução das desigualdades e outros casos, que, assim, acarretam mudanças dos aspectos quantitativos e principalmente qualitativos. Nesse sentido Santos (2013) destaca que:

O desenvolvimento consiste num processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida numa vida considerada de qualidade, aferida segundo padrões objetivamente estabelecidos e subjetivamente avaliada. (SANTOS, 2013, p.5)

No século XX, muitas abordagens foram elaboradas associadas a este conceito como é o caso do desenvolvimento local, endógeno, regional, social, humano, ecodesenvolvimento e dentre eles o que mais interessa para o presente trabalho o conceito de desenvolvimento territorial, este que apresenta uma abordagem territorial, rompendo com o caráter setorialista (CORRÊA, 2017).

No Brasil, durante muito tempo, as políticas de desenvolvimento estavam centradas apenas no caráter setorial, não levando em consideração o território em suas múltiplas dimensões. A partir da década de 1980 começaram a ser incorporados outros elementos, no qual, o Brasil, seguindo uma matriz europeia integrou os conceitos de desenvolvimento e território, no conceito de desenvolvimento territorial, levando-se em consideração outras dimensões do território na elaboração de políticas públicas, sendo inseridas paulatinamente políticas dessa natureza. (HESPANHOL, 2014)

Contudo a abordagem territorial propriamente dita só foi de fato incorporada no Brasil na década 1990, sendo as primeiras iniciativas de incorporação de elementos territoriais para se pensar o território. Como destaca Hespanhol (2014, p. 6)

No Brasil, a adoção da abordagem territorial tem como marco inicial o programa Comunidade Ativa, instituído pelo governo FHC no ano de 1999. Por meio de tal se procurou fomentar o desenvolvimento local de regiões menos dinâmicas com a implementação de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Para Pecqueur (2005, p. 22) “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

Quando falamos em uma produção vinculada ao espaço, o desenvolvimento territorial é essencial para identificar o enraizamento cultural, pois como cita Pecqueur, “o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico” (2005, p.11). Isso se aplica, nas relações vivenciadas na microrregião de Cametá, que através do açaí, possui a identificação coletiva de vários agentes que produzem e vivem dessa cultura no território.

Dallabrida (2014) destaca que o conceito de desenvolvimento territorial está vinculado a seguinte ideia:

Processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (2014, p.14)

Dentro dessa perspectiva, compreende-se a importância do território como palco de potencialização de recursos e ativos que garantem através de um movimento de territorialidade, ou seja, das relações sociais de atividades de produção do território, o desenvolvimento do local. Segundo Raffestin (1993), o território é derivado do espaço, pois os atores se apropriam do espaço e conduzem suas ações conforme as relações de poder estabelecidas. No território existe a sobreposição de múltiplas relações de poder que produzem efeitos de natureza material, simbólica ou cultural (HAESBAERT, 2010). Dessa forma, o território é resultado da organização dos atores conforme as suas necessidades e interesses, em muitos casos, incentivados pela presença de recursos e ativos territoriais.

Benko e Pecqueur (2001) ressalta que as perspectivas de criação de riquezas nos territórios estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e a elaboração de processos originais de emergência de recursos.

Entende-se por recurso qualquer objeto material que possui um reconhecimento local devido ao seu valor, que pode ser individual ou coletivo (JANIN; PERRON, 2020). Pecqueur (2005) ressalta que os recursos são de naturezas diferentes, segundo que são dados ou construídos. Diante disso, observamos que o valor, ou seja, a valorização dada a um objeto representa um importante mecanismo que determina o recurso, visto que esse objeto pode ser material físico ou não, pois pode ser apresentado com características biofísicas e humanas.

Os ativos territoriais, por sua vez, são fatores em uso, que estão sendo utilizados na produção de mercadorias ou serviços num determinado território. Para Pecqueur (2005, p. 13) os conceitos de ativos são entendidos da seguinte forma:

Por ativos, entendemos fatores 'em atividade', enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitir.

Pecqueur (2005) classifica os recursos e ativos territoriais como genéricos ou específicos. Os genéricos correspondem a um conjunto de fatores tradicionais de definição espacial, ou seja, de localização, definidos pelos preços e custos e que são objetos, por parte dos agentes, de um cálculo de otimização. Esses recursos não mudam de natureza, contudo são "realizados" e, assim, adquirem um valor econômico, valor que pode, em certas condições, ser medido por um preço.

Ainda conforme Pecqueur (2005) os recursos e ativos específicos são definidos como conjunto dos fatores, compatíveis ou não, cujo valor e produção são ligados a um uso particular, seja uma técnica, instrumento ou uma aprendizagem cognitiva coletiva. A produção desses recursos é resultado de normas e costumes de uma cultura que são elaborados em um espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma troca que não é mercantil.

Saber identificar os ativos e recursos específicos é estratégico em qualquer iniciativa coletiva e/ou governamental. Transformá-los em instrumentos para alcançar o desenvolvimento é o grande desafio das organizações. Daí a importância das IG como uma ponte entre ativos e recursos específicos, e o desenvolvimento econômico e social de determinado território.

Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento territorial inclui todas as possibilidades de evolução econômica e social que por vezes não estão diretamente ligadas ao processo ou atividade de maior porte (FROEHLICH; ANJOS; CALDAS, 2009). Sendo assim, registros/certificações como as IGs, neste caso, tratam da riqueza enraizada no território, podendo justificar o desenvolvimento de estratégias locais que se expandem para uma escala mais abrangente (VANDECANDELAERE et al., 2009).

Inicialmente, a IG era vista somente como um instrumento de mercado, após vários estudos principalmente vinculados às áreas de pró-desenvolvimento e pró-cultura, passou a ser associado como uma estratégia para promoção do desenvolvimento e preservação da cultura de comunidades locais (ZAHUE, 2017).

Paz (2019) ressalta que os produtos protegidos pela IG, principalmente classificados como indicação de procedência, estão muito associados ao saber-fazer, relacionados aos fatores locais que integram características humanas, formas tradicionais de produção que precisam dessa especificação para competir. As indicações geográficas são importantes em áreas onde existe um baixo nível de produção, muito associadas às formas tradicionais de produção.

A diversificação e diferenciação dos produtos da agricultura familiar são os meios pelos quais este segmento tem se integrado ao mercado. Assim, iniciativas como as IG precisam ser tomadas para explorar e valorizar o saber-fazer local, para que possam superar as dificuldades decorrentes da evolução tecnológica e de consumo. (PEREIRA, 2018)

Sendo assim, os atores locais podem se apoiar no produto IG e nos seus recursos locais específicos associados (gastronomia, local, tradições, paisagens etc.) e ampliar seus recursos para outras escalas. Além do mais, a sua reputação é alavanca para reforçar a competitividade de todo o sistema econômico e social local. A estratégia do IG poderia reforçar a capacidade do território para atrair empresários, consumidores e turistas e oferecer-lhes uma variedade de produtos e serviços locais, qualidade específica relacionada com os mesmos recursos locais. (CALDAS et al, 2017)

O registro de um produto pela IG poderia, assim, beneficiar o desenvolvimento econômico, social, e territorial diante de um maior alcance escalar. O desenvolvimento e a promoção de um produto IG podem servir como um ponto de partida para promoção do patrimônio geográfico e cultural, podendo incentivar o desenvolvimento

de outras atividades econômicas locais, como por exemplo, a valorização através do turismo que pode facilitar a exploração de novos canais de comercialização. (CALDAS, 2013)

O exemplo disso destaca-se a indicação de procedência (IP) de Witmarsum, localizado na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, que através da certificação para o queijo colonial, alcançou potencial turístico e econômico relevante na região. Segundo os estudos feitos por Goes e Medeiros (2018) a visitação à produção queijeira é uma das atividades de bastantes interesses dos turistas, pela valorização cultural do produto seguida da gastronomia com degustação de queijo. Além de vários empreendedores do ramo investiram no produto, o que garantiu a existência de muitas indústrias e conseqüentemente um bom contingente de visitação e estudo na região.

Outro exemplo no Brasil destaca-se a produção de vinho na região do Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul, que através da indicação geográfica gerou avanços em atividades econômicas com o turismo. Que no ano de 2001 a região recebeu 45 mil visitantes e, no ano de 2017, 415.957, permitindo que os consumidores conheçam o local de produção, o que é uma aproximação muito positiva para a relação de consumo (LAGE; WINTER; BARBOSA, 2013).

No estado do Pará, os projetos de IG em desenvolvimento como o queijo do Marajó e a farinha de Bragança, cacau de Tomé-Açu, vem apresentando um potencial de credibilidade e visibilidade aos produtos sendo reconhecidos por toda região, o que impacta diretamente no crescimento turístico e econômico na região. Esse fator agrega não somente ao valor econômico, mas sim o seu valor cultural, por ressaltar aspectos importantes sobre a cultura, território e seus indivíduos.

Desse modo, a certificação da indicação geográfica faz com que produtos associados à tradição, identidade e cultura possam agregar valor ao produto e para sociedade como um todo. Os potenciais benefícios gerados por uma IG alcançam os produtores, empresários, consumidores e a região, uma vez que estimula a atuação da governança local para a promoção do turismo e atividades culturais.

A produção de açaí na Microrregião de Cametá é fator essencial para o desenvolvimento territorial, isto porque, através dos canais de comercialização já consolidados pelos produtores, atravessadores e indústrias de beneficiamento, potencializará a comercialização e valorização do fruto para outros comércios e destinos. Vandecandelaere et al. (2009) destaca que o círculo virtuoso de qualidade

ligado à origem de um produto, esboça uma perspectiva das questões necessárias para a potencialização deste mercado, ampliando o seu desenvolvimento local numa perspectiva territorial.

Apesar da rica potencialidade de produção de açaí na região, esse fato não acarreta desenvolvimento para região, mediante a falta de organização, estrutura e monopolização dos bens gerados pela comercialização do fruto a grupos intermediários e grandes empresas do ramo. O registro de Indicação Geográfica surge como instrumento capaz de romper esses paradigmas, tendo em vista que a certificação colabora para valorização, proteção e agregação de valor ao produto, a todos os integrantes dentro do circuito produtivo, pois representa um bem coletivo de alcance de desenvolvimento territorial.

### **3 A PRODUÇÃO DE AÇAÍ E A SUA RELEVÂNCIA NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ/PA**

Neste capítulo, serão apresentados principais estudos sobre a temática do açaí na Amazônia, no estado do Pará e no locus de pesquisa, a Microrregião de Cametá/PA. Serão abordados aspectos econômicos, sociais e físico-químicos da espécie, assim como a relevância do fruto na região.

Ademais o capítulo propõe-se entender o processo histórico de implantação do açaí na região e o processo atual da produção com a atuação de fábricas de processamento de açaí da região demonstrando sua localização, características e enfatizando seu destaque de comercialização do produto para o mercado externo, tornando o açaí um produto extremamente globalizado, porém que não ocasionou mudança na herança extrativista e de baixa internalização da produção do território local.

#### **3.1 Conhecendo a Microrregião de Cametá**

Compreender a diversidade de um território se constitui em um desafio importante para promover uma ação pública de qualidade (PIRAUX et al., 2013). Nesse sentido, apresenta-se a Microrregião de Cametá como área rica de diversidade

produtiva, cultural e econômica, com área de 16.660 km<sup>2</sup> estando dentro da Mesorregião do Nordeste Paraense (IGBE)<sup>4</sup>.

A Microrregião de Cametá é formada por sete municípios, são esses: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Segundo a divisão estabelecida geograficamente pelo IBGE a nomenclatura dessa região elevou o nome de Cametá por considerar a localização de Cametá integradora com os demais da região e pela dinâmica de serviços. Os municípios da Microrregião compartilham de características semelhantes no que diz respeito a sua formação histórica e de biodiversidade.

Os municípios são localizados a jusante do rio Tocantins, combina-se ao seu sentido histórico, uma vez que está associado ao processo de produção social do espaço. Essa importância confere, um ordenamento dendrítico ao território, ou seja, um sentido de ordenamento e povoamento definido precipuamente pela circulação fluvial (TRINDADE JR., S. C, 2022). A região possui uma formação oriunda de povoados presentes ao redor dos rios que configurou com o passar dos tempos maior expansão para as áreas urbanas das cidades. No quadro 1 é apresentado a genealogia e dinâmica municipal da Microrregião de Cametá.

## Quadro 2 – Genealogia e dinâmica municipal da Microrregião de Cametá

| Município         | Origem e dinâmica  |
|-------------------|--|
| <b>Abaetetuba</b> | Originária do distrito de Beja.<br>Em 1880 foi desmembrado do território da capital Belém de acordo com a lei 973, de 23 de março que também constituiu o município como autônomo.<br>Em 1881, foi criado um decreto-lei 4.505, de 30 de dezembro, que instituiu o nome “Abaetetuba”.  |
| <b>Baião</b>      | Fundada à margem direita do rio Tocantins em 1691. Originária da sesmaria concedida por Antônio de Albuquerque Carvalho a Antônio Baião.<br>É elevada à categoria de freguesia em 1758;<br>Elevada à categoria de vila em 1833 com denominação de nova Vila de St. Antônio do Tocantins.<br>Em 1843 voltou a denominar-se Baião. |

<sup>4</sup> A delimitação da área de investigação da IG do açaí para Microrregião de Cametá levou em consideração a regionalização institucionalizada pelo IBGE em 1990. Segundo o Instituto “As Microrregiões” foram definidas como parte de Mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço [...] Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca” (IBGE, 1990, p.8). A Microrregião é considerada a maior produtora do fruto do estado do Pará, chegando a produzir 746.585 toneladas, equivalente a 56,6% da produção do estado no ano de 2019.

|                          |   |
|--------------------------|---|
|                          | Elevada à categoria de cidade em 1895.  |
| <b>Cametá</b>            | Originário do sítio Camutá Tapera, fundado em 1620 próximo da aldeia dos índios Camutás, pelo Frei Cristovam de S. José, à margem esquerda do rio Tocantins.<br>Em 1635 teve suas terras doadas por Francisco Coelho Carvalho, 1º Governador do Maranhão ao seu filho Feliciano Coelho que fundou a vila Viçosa de Santa. Cruz de Cametá.<br>Em 1713 adquiriu conhecimento legal de categoria de vila.<br>Em 1841 recebeu a categoria de comarca.<br>Em 1848, foi elevada à categoria de cidade.<br>Em 1930 foi confirmada sua condição de município. |
| <b>Igarapé-Miri</b>      | Em 1710 foi obtida por cessão por João Melo Gusmão, que logo foi vendida ao português Jorge Monteiro, que edificou a primeira capela de Senhora Santana.<br>Antiga paróquia, erguida em 1753.<br>Elevada à categoria de freguesia em 1758.<br>Elevada à categoria de vila em 1843, e de cidade no mesmo ano.<br>Em 1930, é extinta, anexada à Abaetetuba, recriado no mesmo ano.  |
| <b>Mocajuba</b>          | Freguesia fundada em 1853 a partir do povoada de Maxi;<br>Transferência da sede da freguesia de Maxi para o Sítio Mocajuba em 1854.<br>Elevada à categoria de vila em 1872, quando foi desmembrada de Cametá.<br>Elevada à categoria de cidade em 1895.<br>Em 1930 o município é extinto e anexado a Baião, e recriado em 1935.   |
| <b>Limoeiro do Ajuru</b> | Formação histórica datada do século XIX.<br>Em 1961 foi reconhecido como município, desmembrando de Cametá.   |
| <b>Oeiras do Pará</b>    | Originário da aldeia de Araticu veio a obter o predicado de Vila com o nome de Oeiras em 1758, quando o Governador da Província do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fez uma viagem à Barra do Rio Negro, passando em Araticu.<br>No mesmo ano, foi erigido, também, o pelourinho local.<br>Mais tarde a vila foi anexada à freguesia de São João do Curralinho.<br>Em 1868 se constituiu como autônoma.<br>Em 1943, Oeiras voltou a se chamar Araticu, e posteriormente, Oeiras do Pará.   |

Fonte: A província do Pará (1994) e IBGE disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>  
Organização: Rayanni Cabral

O elemento natural, a jusante do rio, é atrelado no seu sentido histórico, uma vez que está associado ao processo de produção social do espaço e atualmente acompanha forte ligação de trafegabilidade fluvial por - não obstante a presença de rodovias estaduais paralelas ao rio como a Transcametá, PA-151, PA-150. Nesses municípios os rios assumem novos conteúdos dinamizados, isso por que há presença de inúmeras ilhas que abrigam a população tipicamente ribeirinha que configuram a realidade da região à coexistência de uma vivência simples e de diferentes realidades.

Os espaços urbanos dos municípios possuem, em maioria, pouco crescimento vertical, com presença dos serviços básicos de infraestrutura e serviços. Os municípios Cametá, Abaetetuba assumem um papel de cidades polos da região, quanto ao oferecimento de serviços e à distribuição de determinadas mercadorias aos demais municípios integradores. Na falta de serviços, os municípios recorrem à capital Belém.

Nesses municípios a distância da sede do município com as comunidades tem um impacto sobre o nível da infraestrutura e dos serviços. Isso provoca intensas relações entre o urbano e o rural, uma vez que as cidades são constantemente visitadas por produtores rurais que procuram os centros urbanos para a comercialização de seus produtos e aquisição de bens.

Tal situação geográfica tem configurado espaços de grande convergência nas aglomerações à beira dos rios, articulando a população ribeirinha de diferentes localidades entre si, com a população urbana, ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas então peculiares a esses grupos.

Atualmente ocorre um constante crescimento da população da Microrregião de Cametá, foram levantados dados populacionais obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com ênfase a população total, e densidade demográfica dos municípios que compõem a Microrregião de Cametá. Vejamos os dados na tabela 1.

**Tabela 1 – Aspectos populacionais da Microrregião de Cametá**

| Microrregião de   | Nº de habitantes | População      |                | Densidade Demográfica     |
|-------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------------|
|                   |                  | Urbana         | Rural          |                           |
| Abaetetuba        | 160.439          | 82.998         | 58.102         | 87,61 hab/km <sup>2</sup> |
| Baião             | 49.454           | 18.555         | 18.327         | 9,81 hab/km <sup>2</sup>  |
| Cametá            | 140.814          | 52.838         | 68.058         | 39,23 hab/km <sup>2</sup> |
| Igarapé Miri      | 63.367           | 26.250         | 31.872         | 29,08 hab/km <sup>2</sup> |
| Limoeiro do Ajuru | 29.623           | 6.197          | 18.824         | 16,79 hab/km <sup>2</sup> |
| Mocajuba          | 31.917           | 18.279         | 8.452          | 30,70 hab/km <sup>2</sup> |
| Oeiras do Pará    | 33.182           | 11.432         | 17.163         | 7,42 hab/km <sup>2</sup>  |
| <b>Total</b>      | <b>508.796</b>   | <b>216.549</b> | <b>220.798</b> |                           |

Fonte: Nº de habitantes estimativa IBGE (2021), População Urbana, Rural e Densidade Demográfica IBGE (2010). Organização: Rayanni Cabral.

A Microrregião de Cametá possui uma população estimada em 508.796 habitantes, sendo o município de Abaetetuba o mais populoso dentre os demais municípios com 160.439 mil habitantes (IBGE, 2021). Outro dado característico importante refere-se ao quantitativo populacional residente rural dos municípios da Microrregião, com total de 220.798 pessoas, sendo esse quantitativo superior à zona urbana com 4.249 pessoas residentes rurais a mais (IBGE, 2010). Esse dado reflete na característica dinâmica e geográfica da região, com forte conexão com as áreas rurais.

Os resultados do PIB Municipal e PIB per capita são apresentados na tabela 2, demonstrando a comparação de valores das principais atividades econômicas dos municípios (IBGE, 2020).

**Tabela 2 – PIB Municipal por Setor para os municípios da Microrregião de Cametá**

| Microrregião de Cametá   | PIB Total (R\$) | PIB Per Capita   | PIB Agropecuária | PIB Indústria | PIB serviços | PIB impostos |
|--------------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------|--------------|--------------|
| <b>Abaetetuba</b>        | 1.521.203,71    | <b>10.413,48</b> | 234.488,21       | 66.068,92     | 573.434,15   | 135.372,70   |
| <b>Baião</b>             | 604.963,73      | <b>12.702,23</b> | 325.844,60       | 17.513,78     | 71.514,38    | 10.670,46    |
| <b>Cametá</b>            | 1.280.463,37    | <b>9.561,65</b>  | 408.314,08       | 37.140,44     | 26.818,96    | 52.086,35    |
| <b>Igarapé Miri</b>      | 595.899,31      | <b>9.957,57</b>  | 168.605,23       | 32.062,50     | 104.632,12   | 31.785,99    |
| <b>Limoeiro do Ajuru</b> | 479.749,92      | <b>16.551,60</b> | 312.016,42       | 5.396,28      | 26.818,96    | 4.913,99     |
| <b>Mocajuba</b>          | 481.712,06      | <b>15.738,68</b> | 234.008,59       | 17.791,54     | 67.143,25    | 14.528,44    |
| <b>Oeiras do Pará</b>    | 432.741,07      | <b>13.440,70</b> | 219.533,44       | 10.189,92     | 48.537,64    | 8.785,83     |
| <b>Total</b>             |                 | <b>88.365,91</b> |                  |               |              |              |

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. IBGE Cidades (2020)  
Organização: Rayanni Cabral.

Dentre os valores apresentados demonstra-se a importância do PIB agropecuário nesse cenário. Quanto a esse fator, Cametá se destaca com peso dado pela recente expressividade de culturas comercializadas no município, como cacau, buriti, açaí e pimenta do reino (CORRÊA, 2017). Outro fator compreende o setor industrial, sendo Abaetetuba superior aos demais municípios, dado pela expressividade de beneficiamento de frutas, cachaça e fábricas de cerveja. Esse

percentual deve, portanto, refletir no quantitativo de impostos também superior aos demais.

Quanto ao PIB per capita da Microrregião no ano de 2020 este girava em torno de nove às dezesseis mil reais, sendo os municípios de Igarapé-Miri e Mocajuba o menor e maior PIB per capita da região. Esse valor relaciona-se ao quantitativo populacional, pois o município de Mocajuba possui o menor número de habitantes, demonstrado na tabela 1, enquanto que Igarapé-Miri possui o dobro da quantidade.

Na tabela 3 é apresentado dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH -M) pelo atlas das nações unidas. Na Microrregião de Cametá o IDHM é caracterizado por índice médio (entre 0,500 e 0,799) no que se refere às dimensões do desenvolvimento humano, considerando aspectos ligados à longevidade, educação e renda.

**Tabela 3 – Dados de Índice de Desenvolvimento Humano da Microrregião de Cametá**

| Microrregião de Cametá | IDH-M |
|------------------------|-------|
| Abaetetuba             | 0,628 |
| Baião                  | 0,578 |
| Cametá                 | 0,577 |
| Igarapé Miri           | 0,547 |
| Limoeiro do Ajuru      | 0,507 |
| Mocajuba               | 0,575 |
| Oeiras do Pará         | 0,507 |

Fonte: Site wikipedia  
Organização: Rayanni Cabral.

Os municípios da microrregião têm a economia baseada na pesca, a agricultura e extrativismo vegetal, produzindo produtos como pimenta do reino, cacau, mandioca, buriti, e o açaí, que se encontra em abundância principalmente nas ilhas da região.

A microrregião é considerada a maior região produtora do fruto do açaí do estado do Pará, chegando a produzir 746.585 toneladas no ano de 2019 (IBGE). Dentro da região o açaí possui um amplo valor econômico e cultural que marca a população local, onde se faz presente em diversos eventos e festivais culturais locais na maioria dos municípios componentes, a exemplo do “Festival do Açaí”, “Feira

orgânica do açaí”, assim como outras manifestações culturais que enaltecem a cultura do açaí na região. Dados fornecidos pelo Núcleo de planejamento/Estatística SEDAP/PA coletados pelo IBGE expressam a potencialidade econômica da cultura do açaí nos municípios nos anos 2019. Tabela 4.

**Tabela 4 – Dados Econômicos da produção de açaí da Microrregião de Cametá - Ano 2019**

| <b>Microrregião de Cametá</b> | <b>Valores da produção de Açaí em 2019 (Mil reais)</b> |
|-------------------------------|--|
| <b>Abaetetuba</b>             | 269.104  |
| <b>Baião</b>                  | 11.779   |
| <b>Cametá</b>                 | 271.065  |
| <b>Igarapé Miri</b>           | 880.000  |
| <b>Limoeiro do Ajuru</b>      | 67.830   |
| <b>Mocajuba</b>               | 10.462   |
| <b>Oeiras do Pará</b>         | 48.315   |
| <b>Total</b>                  | <b>1.558.555</b>                                       |

Fonte: Núcleo de planejamento/Estatística SEDAP/PA coletados pelo IBGE. Organização por Rayanni Cabral.

Conforme demonstrado na tabela, o faturamento da produção de açaí na microrregião contabilizou no ano de 2019 o valor total de R\$ 1.558.555,00 (Um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais) sendo os municípios de Igarapé-Miri e Cametá os que mais contribuíram nesse quantitativo.

Na microrregião existe a participação de grupos, cooperativas e associações que incentivam o aumento de produção e manejo nas áreas. A região vem se destacando atualmente com processamento do fruto, através da atuação de fábricas de processamento que transformam o fruto em polpa e comercializam para o mercado externo. Com existência de fábricas de beneficiamento nos municípios de Abaetetuba, Cametá, Mocajuba e Igarapé-Miri.

### **3.2 A geografia do açaí na Amazônia e o lócus de pesquisa (Microrregião de Cametá/PA)**

O açazeiro (*Euterpe sp.*) é uma espécie de palmeira nativa das florestas tropicais da Amazônia, encontrado naturalmente em áreas de várzea e igapó, e mais

recentemente vem sendo cultivado em áreas de terra firme. Dessa palmeira é extraído o fruto açaí, que possui inúmeras propriedades benéficas para o organismo humano, rico em vitaminas e com sabor bem peculiar. Esse produto faz parte do consumo alimentar diário das famílias da Amazônia e nas últimas décadas o açaí fez sua entrada no mercado externo configurando o desenvolvimento de uma nova produção de renda a nível regional, nacional e até internacional (GUIMARÃES, 2004, p. 160).

O açaí é fruto da palmeira *Euterpe Oleácea*, uma das 30 espécies do gênero mencionadas pela literatura especializada, localizada na América Central e na América do Sul. A palmeira possui biótipo definido por interações entre fatores edafoclimáticos<sup>5</sup> que favorecem as áreas de terrenos úmidos em climas quentes e úmidos. A maior incidência dessa palmácea está na região de várzea do estuário amazônico, onde se encontra densa e diversificada. (OHASHI & KAGEYAMA, 2004)

No Brasil existem dez espécies de açaizeiros registradas, com ocorrência nos estados do Amapá, Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso. Do ponto de vista agroindustrial três espécies se destacam: a *Euterpe oleracea*, que se destaca atualmente no setor agroindustrial como a principal fonte de extração de seus frutos por grande parte da Amazônia brasileira, principalmente, nos estados do Pará e Amapá, a *Euterpe edulis*, que constituía principal fonte de matéria prima para a indústria de palmito no Brasil, nativa da Mata Atlântica e, por fim, a *Euterpe precatória*, que produz frutos com o mesmo uso do açaí e palmito nativa do estado do Amazonas(SOARES, 2007). Destaca-se na figura 1 o açaizeiro da espécie *Euterpe Oleracea* localizada no município de Igarapé-Miri no estado do Pará.

---

<sup>5</sup>Edafoclimática refere características definidas através de fatores do meio tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial

**Figura 1 – (A) Palmeiras de Açai (*Euterpe Oleácea*), (B) Cachos de açai**



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2022, autora: Rayanni Cabral.

O açazeiro na Amazônia pode ser encontrado em solo de várzea e terra-firme. Tendo as maiores concentrações do açazeiro em solos de várzeas e igapós, áreas inundáveis próximas aos rios, compondo ecossistemas de floresta natural ou em forma de maciços conhecidos como açazais.

Há também, a incidência do açazeiro em áreas de terra firme, principalmente quando localizadas próximas às várzeas e igapós. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida, também, de açazais nativos manejados e de cultivos implantados em áreas de várzea e de terra firme, localizadas em regiões com maior precipitação pluviométrica, em sistemas solteiros e consorciados, com e sem irrigação. Dados estatísticos comprovam que cerca de 80% da produção de frutos têm origem no extrativismo, enquanto os 20% restantes são provenientes de açazais manejados e cultivados em várzea e terra firme. (TINOCO, 2005).

O açai é um produto que vem atraindo muitos investidores diante de seu retorno financeiro. Dessa forma o açazeiro vem ganhando mais espaço em áreas de terra firme, onde muitos empreendedores investem no fruto por meio da técnica de irrigação e, em maioria, com grau de mecanização no preparo da terra e até mesmo na colheita, tendo com finalidade a obtenção de maior produtividade e, conseqüentemente, maior

oferta do produto para atendimento da demanda crescente, tanto nacional quanto internacional (BENTES, HOMMA & SANTOS, 2017). Mas mesmo diante desse crescimento nas áreas de terra firme, o açaí tem sua maior concentração em áreas de excedência natural (Várzea e Igapós) dado pela quantidade de rios que marcam o território amazônico.

O açaizeiro é uma palmeira muito valorizada na Amazônia e contribui economicamente na vida da população que vive e se sustentam dessa economia, pois oferece produtos que são essenciais na vida dos ribeirinhos, entre os produtos alimentares classificam-se os dois principais produtos: o palmito de açaí e o açaí fruto, ambos amplamente demandados pelo mercado externo atualmente.

O palmito é um produto extraído de diversas espécies de palmeiras, mas comumente encontradas são da juçara, da pupunha, e, sobretudo, do açaizeiro. É um produto utilizado pela indústria de conservas para a produção de picles, que é consumido em saladas, empadas, dentre outros, ou dado aos animais como ração. Diferentemente do açaí fruto, o palmito de açaí é um produto pouco consumido internamente na Amazônia pelas comunidades ribeirinhas, sendo produzido quase exclusivamente para comercialização externa.

O fruto do açaí, entretanto, é largamente consumido pelas comunidades ribeirinhas, e tem sua importância na produção do vinho do açaí, que, até meados da década de 70, destinava-se principalmente a um mercado local e totalmente informal e a poucas décadas, teve sua economia ampliada alcançando novos consumidores. Por tanto, hoje a economia do açaí constitui a base de renda de milhares de famílias na Amazônia.

Além dos produtos alimentares, o açaizeiro ainda oferece outros produtos, como o estipe, utilizado para a construção de pontes, cercas, lenha, dentre outros; a folhagem, para adornos artesanais e amplamente utilizados como cobertura morta na agricultura, os caroços, que após a compostagem servem como um ótimo adubo e a raiz que pode ser utilizada como antitérmico para prevenir ou reduzir a febre, diminuindo a temperatura corporal que está acima do normal. (SOARES, 2007). Desse modo, compreende-se a importância dessa palmeira e o benefício econômico e social que ela oferece para as famílias na Amazônia.

Em termos de produção do fruto, o Brasil se destaca como o maior produtor mundial, chegando a produzir um total de 1320.150 toneladas no ano de 2020. O açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), apesar de ser nativo da Amazônia brasileira, tem

o Pará como principal centro de produção e dispersão natural dessa palmácea. Dados oficiais do IBGE/PAM de 2020 demonstram a potencialidade de produção do fruto no estado do Pará equiparado com os outros estados brasileiros, conforme ilustrado na tabela 5.

**Tabela 5 – Ranking de produção do Açaí-Fruto em 2020 no Brasil – Em Toneladas**

| Ranking       | Estados brasileiros - Ano 2020 | Produção(T)      | (%)         |
|---------------|--------------------------------|------------------|-------------|
| 1º            | Pará                           | 1.389.941        | 94,03%      |
| 2º            | Amazonas                       | 73.538           | 4,97%       |
| 3º            | Bahia                          | 5.445            | 0,37%       |
| 4º            | Roraima                        | 4.271            | 0,29%       |
| 5º            | Rondônia                       | 2.260            | 0,15%       |
| 6º            | Maranhão                       | 1.370            | 0,09%       |
| 7º            | Tocantins                      | 1.015            | 0,07%       |
| 8º            | Espírito Santo                 | 190              | 0,01%       |
| 9º            | Alagoas                        | 82               | 0,01%       |
| 10º           | Mato Grosso                    | 36               | 0,00%       |
| <b>BRASIL</b> |                                | <b>1.478.168</b> | <b>100%</b> |

Fonte: IBGE (2020). Organização: Rayanni Cabral.

Conforme os dados apresentados na tabela, observa-se a importante contribuição do estado do Pará na produção do fruto do açaí com 1.389.941 toneladas do fruto, equivalente a 94,03% da produção nacional. O censo do IBGE ainda classifica o estado do Pará com maior número de estabelecimento produtivo do fruto no total de 35.374 estabelecimentos agropecuários com 50 pés a mais (IBGE, 2017).

Dentre as Microrregiões do estado do Pará, a Microrregião de Cametá, localizada ao norte do estado do Pará, destaca-se como a maior região produtora do fruto no estado do Pará, chegando a produzir 746.585 toneladas, equivalente a 56,6% da produção do estado no ano de 2019. Nessa região, ocorre um alto índice de produção e produtividade do fruto no período de safra do açaí, que corresponde aos meses de junho a novembro. Dados oficiais do IBGE/PAM de 2019 demonstram ranking de produção de açaí por Microrregião do estado do Pará, sendo a Microrregião de Cametá com maior índice de produção, conforme demonstrado abaixo.

**Tabela 6 – Ranking de produção do açaí por Microrregião no estado do Pará no ano de 2019**

| <b>Ranking</b>              | <b>Microrregião - Ano<br/>2019</b> | <b>Produção(t)</b> | <b>(%)</b> |
|-----------------------------|------------------------------------|--------------------|------------|
| 1º                          | Cametá                             | 746.585            | 56,6       |
| 2º                          | Castanhal                          | 143.868            | 10,9       |
| 3º                          | Tomé-Açu                           | 116.510            | 8,8        |
| 4º                          | Furo de Breves                     | 77.075             | 5,8        |
| 5º                          | Belém                              | 72.191             | 5,5        |
| 6º                          | Guamá                              | 49.127             | 3,7        |
| 7º                          | Portel                             | 44.640             | 3,4        |
| 8º                          | Arari                              | 30.217             | 2,3        |
| 9º                          | Bragantina                         | 10.639             | 0,8        |
| 10º                         | Santarém                           | 6.814              | 0,5        |
| <b>Total Estado do Pará</b> |                                    | <b>1320.150</b>    | <b>100</b> |

Fonte: IBGE (2019). Organização: Rayanni Cabral.

A Microrregião de Cametá é considerada a mais produtiva do ecossistema, essa eficiência da produção está relacionada aos aspectos físicos da região e também de um amplo incentivo e cooperação entre entidades públicas e privadas do estado que almejam o desenvolvimento econômico no estado do Pará (CORRÊA, 2017).

Nessa região o fruto açaí é extremamente valorizado, pois faz parte do consumo alimentício diário da população da região e ele contribui economicamente direto e indiretamente na vida de da população da região. Dentre os municípios componentes da Microrregião, destacam-se o município de Igarapé-Miri e Cametá como os principais municípios produtores da região.

Dados concedidos pelo IBGE/PAM de 2020 e divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) um Ranking Municipal (10 principais) quanto a quantidade produzida de açaí (t) no Estado do Pará, onde a grande maioria dos municípios produtores presentes são integrantes da microrregião cametaense, com exceção dos municípios Baião e Mocajuba, conforme destacado na tabela 7.

**Tabela 7 – Ranking Municipal de produção do açaí no estado do Pará no ano de 2020**

| Ranking      | Municípios                | Quantidade Produzida (t) | %          |
|--------------|---------------------------|--------------------------|------------|
| 1º           | Igarapé-Miri (PA)         | 420.000                  | 30,22      |
| 2º           | Cametá (PA)               | 159.540                  | 11,48      |
| 3º           | Abaetetuba (PA)           | 109.200                  | 7,86       |
| 4º           | Barcarena (PA)            | 81.000                   | 5,83       |
| 5º           | Bujaru (PA)               | 70.488                   | 5,07       |
| 6º           | Santa Izabel do Pará (PA) | 51.665                   | 3,72       |
| 7º           | Anajás (PA)               | 48.000                   | 3,45       |
| 8º           | Bagre (PA)                | 44.100                   | 3,17       |
| 9º           | Limoeiro do Ajuru (PA)    | 39.900                   | 2,87       |
| 10º          | Oeiras do Pará (PA)       | 32.487                   | 2,34       |
| <b>Total</b> |                           | <b>1478.168</b>          | <b>100</b> |

Fonte: IBGE (2020). Organização: Rayanni Cabral.

Diante desses dados, observa-se um extremo potencial da produção de açaí na Microrregião de Cametá, que somando com município de Mocajuba e Baião, com 1.784 toneladas e 1.345 toneladas respectivamente, chegou a produzir um total de 764.256 toneladas do fruto no ano de 2020, equivalente a 56,6% da produção do fruto no estado, ou seja, mais da metade do valor total do estado do Pará.

A Microrregião de Cametá produz uma quantidade expressiva do fruto açaí, algo crescente ao longo dos anos. Dados fornecidos pelo Núcleo de planejamento/Estatística SEDAP/PA coletados pelo IBGE do ano de 2015 a 2019 demonstram esse crescimento de área (hectares) ao longo dos anos na região, interpretado como área colhida no IBGE, que corresponde a quantidade extrativa do fruto do açaí, demonstrado na tabela 8.

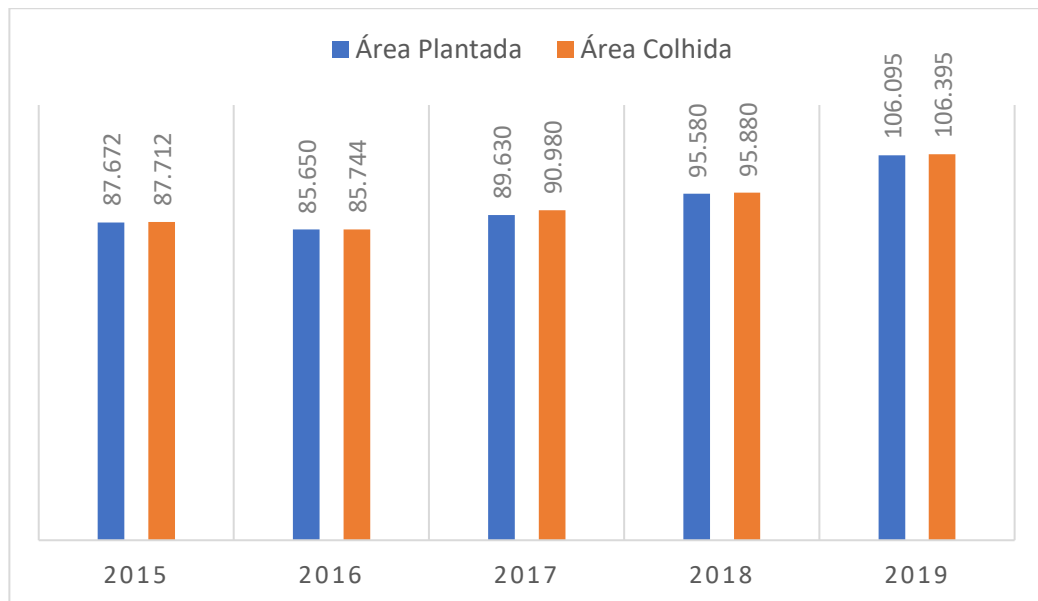
**Tabela 8 Evolução da área de produção do açaí na Microrregião de Cametá (Hectares)**

| Municípios        | Produção por ano (Hectares) |               |               |               |                |
|-------------------|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|                   | 2015                        | 2016          | 2017          | 2018          | 2019           |
| Abaetetuba        | 19500                       | 19500         | 19500         | 19500         | 20000          |
| Baião             | 120                         | 324           | 180           | 180           | 645            |
| Cametá            | 20000                       | 20000         | 20000         | 21000         | 30000          |
| Igarapé-Miri      | 35800                       | 35950         | 40000         | 45000         | 45000          |
| Limoeiro do Ajuru | 8850                        | 6650          | 6650          | 6650          | 6650           |
| Mocajuba          | 442                         | 500           | 550           | 450           | 700            |
| Oeiras do Pará    | 3000                        | 2800          | 4200          | 3100          | 3400           |
| <b>TOTAL</b>      | <b>87.712</b>               | <b>85.744</b> | <b>90.980</b> | <b>95.880</b> | <b>106.395</b> |

Fonte: Núcleo de planejamento/Estatística SEDAP/PA coletados pelo IBGE.  
Organização por Rayanni Cabral.

Diante dos dados apresentados, observa-se o crescimento significativo das áreas destinadas à colheita da produção na maioria dos municípios no período analisado entre 2015 a 2019. Destaca-se a relevância da produção nos municípios de Igarapé-Miri e Cametá comparado aos demais municípios. Nota-se ainda, que comparado aos outros municípios da Microrregião, Mocajuba e Baião, possui produção menos expressiva, contudo é visível o crescimento ao longo dos anos, onde Mocajuba obteve um percentual de aumento de 58.37% e Baião de 437.5%.

O crescimento da colheita do açaí incentivou o crescimento da plantação de açaizais nas áreas de várzeas e sobretudo nas áreas de terra firme na Microrregião. Dados do IBGE permitem fazer um comparativo da produção de área plantada e área colhida. Conforme demonstrado no gráfico 1.

**Gráfico 1 – Evolução da Produção de açaí na Microrregião de Cametá**

Fonte: Núcleo de planejamento/Estatística SEDAP/PA coletados pelo IBGE. Ano 2022. Organização por Rayanni Cabral.

O crescimento da produção do açaí na Microrregião é vinculado, sobretudo, a dois principais fatores. Primeiramente o crescimento é carecido enquanto seu aspecto natural, com excedência da abundância de áreas de várzea presentes na região, que possuem característica físico-químicos e climáticas que facilitam o crescimento do fruto. Em segundo ponto, o crescimento foi intensificado levando em consideração o processo histórico de valorização do fruto, ligado a um conjunto de iniciativas de estudos e incentivos públicos e privados destinados à produção do açaí na região.

Se tratando do primeiro aspecto, estudos como de ROGEZ (2000) Anderson et al (1985) e EMPRAPA (2019), acerca da temática de açaí no estado do Pará apontam características importantes sobre a excedência natural nas áreas de várzeas. A partir dessa percepção é possível entender a potencialidade e a localização da produção de açaí na Microrregião de Cametá.

Rogez (2000) considera que a palmeira do açaí no estado do Pará é facilitada grandemente pelo fato de o espaço ser marcado por áreas de várzea, igapó (áreas próximas aos rios) e também o aumento da produção nas áreas de terra firme, que têm contribuído significativamente para o crescimento e desenvolvimento regional e local dessa região.

Segundo Anderson et al, (1985), o açazeiro é encontrado de forma mais abundante e frequentes nas áreas de várzea, constituindo-se na espécie nativa de maior importância econômica para a região do estuário amazônico. Estudos mostram que a concentração de plantas de açazeiros pode atingir até 25% da população botânica das áreas de várzea. Calzavara (1976), relata presença de açazeiros em áreas de várzeas em distintos municípios paraenses superior as áreas de terra firme:

Em observações realizadas em áreas de várzeas dos municípios de Barcarena, Moju, Colares e São Miguel do Guamá constatou a presença de 9.303 estipes por hectare, incluindo os indivíduos em diversos estádios de crescimento. Em áreas de terra firme, a população é reduzida à metade, alcançando apenas 4.624 estipes por hectare. (CALZAVARA, 1976)

Desse modo, podemos considerar a presença de açazeiros nas áreas inundáveis, considerando aspectos fisiológicos de topografia, solo e amplitude de maré. Estudos realizados por Nogueira (1999), EMBRAPA (2019) e Lima (2000) revelam algumas características importantes a se destacar sobre os açazeiros nas regiões de várzea. Segundo Nogueira (1999) destaca acerca da formação de touceira com múltiplos estipes:

Dentre as principais características do açazeiro destacam-se a plena adaptação às áreas inundáveis e o fato de ser uma palmeira que forma touceira com múltiplos estipes, podendo emitir mais de 20 perfilhos, no entanto, a média é de sete estipes por planta. (NOGUEIRA, 1999. p.19)

Em estudos realizados pela EMBRAPA (2019) com base de estudos de Rubens Lima (2000) revela-se aspectos fisiológico ligados a amplitude de maré, segundo os estudos:

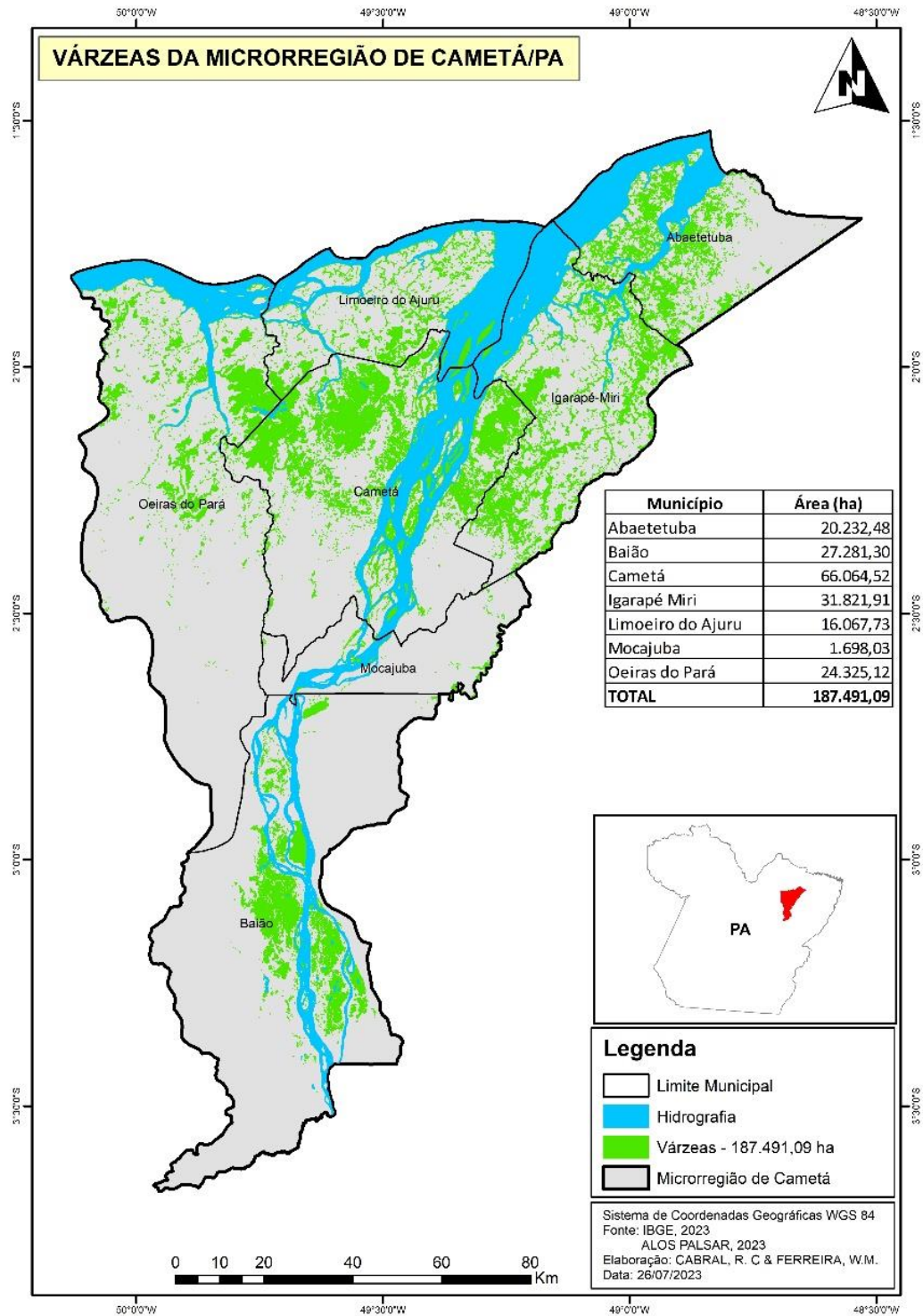
A área do Baixo Tocantins, situada no domínio das várzeas fluviomarinhas do Estuário do Rio Pará apresentam uma drenagem interna e o regime hídrico das marés, cujas correntes, no nordeste paraense, podem atingir até 1,44 m/s (5 horas após a preamar) e amplitude de 6,0 m nas marés de sizígia, (EMBRAPA, 2019, p.10)

Dados coletados sobre a tábua de marés do Rio Tocantins no OCA (Observatório Costa Amazônica) confirmam uma amplitude de maré nessas regiões de 6m metros. A cota topográfica das áreas de várzea estabelece uma margem de 2,5 a 3 m, presente às margens dos rios e igarapés (CALVACANTI, 2014).

Estudos recentes da EMBRAPA destacam sobre a produtividade média de açaí em área de várzea, que segundo a pesquisa está em torno de quatro toneladas por hectare ao ano, com o manejo de mínimo impacto desenvolvido pela Embrapa. (EMBRAPA, 2019).

Tendo em base as informações de análises fisiográfica das várzeas do Baixo Tocantins, de cota topográfica 2,5 metros a 3 m de altitude + 6 metros da amplitude de maré da região, assim como os estudos cartográficos dessas áreas já existentes e os dados coletados em campo, situadas principalmente nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba, foi possível identificar a localização das áreas de várzea na Microrregião de Cametá levando em consideração os aspectos fisiológicos de topografia, pedologia e de grande parte das ilhas que compõem a planície de inundação contabilizando um total de área 187.491,09 (ha). Conforme demonstrado no mapa 2.

**MAPA 2 – Localização das áreas de Várzeas da Microrregião de Cametá/PA**



Fonte: Pesquisa Bibliográfica e de Campo 2022.  
 Elaboração: CABRAL, R. C & FERREIRA, W. M.

Os dados obtidos configuram maior concentração das áreas de várzea no município de Cametá, isso devido a extensão territorial de 3.081,367 km<sup>2</sup> com percentual hidrográfico de 32,09% para o Rio Tocantins e 28,3 rios adjacentes, dados da plataforma de Informações contextualizadas sobre saneamento básico no Brasil (INFOSANBAS 2023).

Se tratando da produção de açaí, ainda não existe estudo específico de mapeamento nas áreas de açazeiros nas localidades da Microrregião de Cametá por completo. Contudo através desse diagnóstico pode-se compreender a possível existência natural do fruto através da análise das áreas de planícies de inundação, uma vez que, conforme cita Anderson et al, (1985), o açazeiro é encontrado de forma mais abundante e frequentes nas áreas de várzea concentração de plantas de açazeiros pode atingir até 25% da população botânica das áreas de várzea.

Vale ressaltar que essa representação cartográfica não é um dado totalmente apurado, mas a partir dele é possível visualizar a expressividade das áreas inundáveis na região, integradas principalmente pelo Rio Tocantins e seus afluentes que configuram a produção de inúmeras culturas, entre esses, o açaí nativo da região. Além disso, a partir dessa cartografia não é contabilizado as áreas de produção de açaí irrigado, forma de produção de açaí que, cada vez mais, vem crescendo na região.

Para tanto, destaca-se a relevância da Microrregião de Cametá, área de grande influência de rios, tendo como rio principal o rio Tocantins que assume um papel extremamente importante dentro dessa potencialidade do açaí na região, e contribui para maior excedência natural dessa palmeira que é considerada a mais produtiva do ecossistema.

No tópico seguinte destaca-se o processo histórico de valorização do fruto, ligado a um conjunto de iniciativas de estudos e incentivos públicos e privados destinados à produção do açaí na região, principalmente no manejo e o plantio sustentável dos açais nativos nas áreas que possibilitaram o aumento da produção.

### **3.3 Processo histórico de expansão e valorização do açaí na Microrregião de Cametá/PA**

Historicamente, a Microrregião de Cametá passou por diversos ciclos produtivos, que foram sendo substituídos na medida em que suas atividades econômicas se tornaram insustentáveis. O açaí de várzea, apesar de ter sua

abundância naturalmente dispersa sobre os rios, igapós na região, por muito tempo, não era um fruto reconhecido e valorizado no mercado, sendo utilizado somente na cultura alimentar local.

Até meados da década de 70 alguns municípios da região, como Igarapé-Miri e Abaetetuba tinham como principal atividade econômica a cana-de-açúcar para a produção de cachaça na região. Como cita Santiago (2013): “Os engenhos de cana para a fabricação de aguardente foram introduzidos no Pará a partir de XVII, mas nos anos entre 1920 e 1987 estavam concentrados em Igarapé-Miri e Abaeté” (SANTIAGO, 2013). Durante esse período os municípios apresentaram altos índices de crescimento econômico que o colocou entre os mais desenvolvidos do Estado do Pará (LOBATO, 2004).

Porém, no final dos anos 70 e início dos anos 80 ocorreu o declínio da atividade canavieira na região, segundo Santiago (2013) “o que acarretou o declínio foi o fato dos engenheiros não terem possibilidade de fazer concorrência com os produtores de outros centros, levando em conta o preço, a qualidade, o marketing e a apresentação do produto no mercado”. (2013, p. 71).

Com advento da crise da cana de açúcar na região, os produtores encontraram na produção do açaí o meio de voltar seu patamar econômico com a comercialização do palmito de açaí. Conforme cita Lobato (2004) “Aqueles que conseguiram driblar a crise, saindo com alguns recursos disponíveis, dedicaram-se a exploração dos açaizais nativos da região, sacrificando as árvores para extração de palmito para alimentar as fábricas de conserva” (2004, p. 61). A intensa exploração dos açaizais nativos para a extração de palmito na década de 80 era realizada sem nenhuma técnica, colocando-os em risco de extinção das palmeiras.

Esse processo ocorreu por toda região de várzea, e resultou em um conjunto de estudos e pesquisas voltados para a produtividade e a exploração sustentável do açaí e palmito na região. Como exemplo destaca-se o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA), no desenvolvimento de ação sobre o desenvolvimento sustentável, onde reuniu 628 plantadores de açaí, agrupados em 18 comunidades e associações com objetivo de implantar no município uma moderna indústria de pasteurização do açaí, com produção especialmente voltada para exportação. (LOBATO, 2004). Durante esse período, várias instituições e órgãos como a UFPA e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), realizaram várias pesquisas e diagnósticos a respeito sobre a produção de açaí.

Na década de 1990, o Banco da Amazônia (BASA) passou a atuar de maneira intensiva no fomento de atividades agrícolas na região norte, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o que beneficiou vários produtores de açaí da região através do financiamento em longo prazo, usados principalmente para ampliação e manutenção dos açazais, assim, modernizando e intensificando sua atividade produtiva.

Até esse momento, o açazeiro tinha como principal produto para comercialização o palmito de açaí, com a instalação de várias fábricas de palmito por toda região, sendo a maioria concentrada nos entornos dos rios dos municípios de Igarapé-Miri, Abaetetuba e Cametá.

A demanda por palmito de açaí na Amazônia, e, sobretudo, na microrregião cametaense teve seu êxito nas décadas de 1970 a 1980. Atualmente o palmito de açaí ainda é demandando para o mercado externo, mas, em menor quantidade diante da vasta concorrência de outros palmitos como o da pupunha, por exemplo.

Segundo depoimento do escritório local da EMATER em Igarapé-Miri: “O açaí antigamente era visto somente, como uma fonte produtora de palmito e não de frutos, onde se extraía as árvores para tirar o palmito e os frutos eram descartados, porém algumas pessoas aproveitavam para tirar a polpa, o suco, e consumir junto com o alimento”. (EMATER, pesquisa de campo, 2021).

A partir dos anos 80 intensificou o consumo interno do suco ou “vinho” de açaí, uma bebida feita do fruto do açaí e foi se expandindo pela região. Surgiu-se, então uma crescente demanda pelo fruto em razão de seu sabor e propriedades nutricionais, além de sua utilização pela indústria alimentícia, também foi amplamente introduzido na indústria de cosméticos e na indústria farmacológica, devido suas propriedades terapêuticas, elevando o patamar do fruto que antes era apenas de consumo local passando a ter visibilidade internacional.

Diante da crescente valorização do fruto do açaí no mercado local e internacional, a partir da década de 80 o extrativismo do açaí ampliou oportunidades do desenvolvimento econômico através de iniciativas públicas e privadas que incluíram a promoção do avanço na pesquisa, tecnologia e desenvolvimento sobre o fruto, incentivo a implantação e manejo de açazais irrigados em terra firme, manejo e enriquecimento de açazais em áreas de várzea, incremento tecnológico na cadeia de produção e atração de indústrias para verticalização, certificação e logística dos produtos extrativos. (PEREIRA, A. G. C *et al*, 2020)

O avanço da Microrregião de Cametá nesse cenário produtivo é o resultado da criação de programas de incentivo à produção intensa de açaí para equalizar a oferta do fruto. O Pró-Açaí, por exemplo, foi criado com intenção primordial de contribuir efetivamente, entre 2016 e 2020, na implantação, manejo e enriquecimento de 50 mil hectares de açaizeiros, sob as formas de sistemas agroflorestais e cultivos solteiros, nos ecossistemas de terra firme e várzea dos municípios da microrregião de Cametá. O programa Pro-Açaí inicialmente enuncia o envolvimento de mais de 90% agricultores de base familiar e como resultado esperava-se que, além de preservar os ecossistemas, haveria uma grande geração de emprego e renda, contribuindo, decisivamente, para a revitalização da economia agrícola desses municípios (OLIVEIRA; TAVARES, 2016).

Diante dessas iniciativas, os municípios que compõem a microrregião cametaense demonstram um crescimento do processo de manejo florestal. Segundo o IBGE (1996) a região do Baixo-Tocantins conserva 67% da sua área total ocupada com florestas e culturas permanentes, o que lhe confere uma posição invejável em relação ao manejo e preservação de recursos naturais.

O crescimento dessa técnica fundamenta-se no processo de valorização do fruto, com incentivo a plantação do fruto em áreas de terra-firme, assim como a ocorrência de manejo de novas áreas e a intensificação das áreas já existentes, a dedicação no trabalho dos açaizais vai se tornando maior inclusive parte do açaí da região se considerado orgânico.

Atualmente a produção orgânica de culturas vinculada a pequenos grupos de produtores está crescendo cada vez mais. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), produtores orgânicos divididos em grupos de pequenos agricultores familiares, ligados a associações, cooperativas e grupos de movimentos sociais, representam aproximadamente um 90% do total de agricultores, e de empresas (10%), ligadas a iniciativas privadas. Os agricultores familiares são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica brasileira e respondem por parte da renda gerada com esses produtos.

A internacionalização do açaí do estado do Pará para outros mercados, exportando, preferencialmente a polpa de frutas, por permitir maior tempo de conservação e facilidade no consumo, tem ocorrido maior agregação de valor ao produto, mas com pouco rebatimento territorial no que concerne ao desenvolvimento das localidades produtoras.

De acordo com dados registrados pelo MDIC, (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio) o Pará exportou, no período de 2010 a 2016, para 33 países, um total de 30.013,5 toneladas da fruta, polpa e suco da fruta, no valor de R\$ 107.947.735 (cento e sete milhões e novecentos e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e cinco reais).

Atualmente o estado possui diversas empresas que comercializam o açaí para outros estados brasileiros e países estrangeiros que demandam o produto. Tendendo a aumentar cada vez mais a comercialização para outros países, pois o número de consumidores demandantes está se expandindo principalmente para os países da Europa, América do Norte e Ásia, que já foram alcançados pelo açaí paraense. (BENTES, HOMMA & SANTOS, 2017)

Na microrregião de Cametá, além do consumo interno da fruta, alguns municípios, como o caso de Igarapé-Miri, se destacam pelo beneficiamento da fruta através de indústrias/agroindústrias de processamento que realizam o despulpamento do fruto e comercializam para outros mercados, regionais, nacionais e internacionais.

As agroindústrias que processam polpa de açaí na região possuem um papel relevante dentro do circuito produtivo, pois através da industrialização e comercialização fazem com que o produto amplie seus mercados. Segundo Silva (2006) as agroindústrias de frutas surgem como atividade estratégica para o desenvolvimento de regiões produtoras na área de fruticultura, uma vez que tem elevada capacidade de gerar emprego e renda e criar uma demanda estável para produção de frutas, já que apresenta um grande potencial de agregação de valor aos produtos primários a partir do processamento e elaboração de sucos, polpas e doces, além de promover a indução e difusão de tecnologia no meio rural.

Segundo dados do SEFA, Secretaria da Fazenda (2014) o açaí lidera o mercado da fruticultura nacional, com um total de 56.179.902 kg de polpa e mix de açaí<sup>6</sup>. Acarretando, assim, o crescimento do interesse nacional e internacional e consequentemente maior demanda de mercado.

Lauschnner (1995 apud ROSA, 2003), define agroindústria em sentido amplo como sendo “a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para utilização intermediária ou final”. Em sentido restrito o autor acrescenta, a agroindústria é “a unidade produtiva, que transforma para a utilização

---

<sup>6</sup>. Mix de açaí é uma mistura de açaí geralmente com granola, com morango e com o xarope de guaraná.

intermediária ou final, o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufacturados”.

As agroindústrias de açaí localizadas na microrregião cametaense realizam o beneficiamento do fruto, o qual chega no estabelecimento *in natura* e se transforma em polpa, para assim, ser levado pelos caminhões frigoríficos e vendido para outras empresas especializadas, localizadas, em maioria, fora do estado do Pará, que transformam o fruto, muita das vezes, em mix, sorvete, refrigerante, e outros produtos industrializados.

Segundo dados coletados em pesquisa de campo, foi constatada a presença de 14 fábricas de processamento de açaí em funcionamento na Microrregião de Cametá durante o período de pesquisa de campo, realizado no ano de 2022 até janeiro de 2023. As Indústrias de processamento de açaí da Microrregião estão distribuídas nos seguintes municípios: Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba e Mocajuba. Observe sua distribuição conforme o quadro abaixo.

**Quadro 3 – Distribuição das indústrias de processamento de açaí por municípios na Microrregião de Cametá**

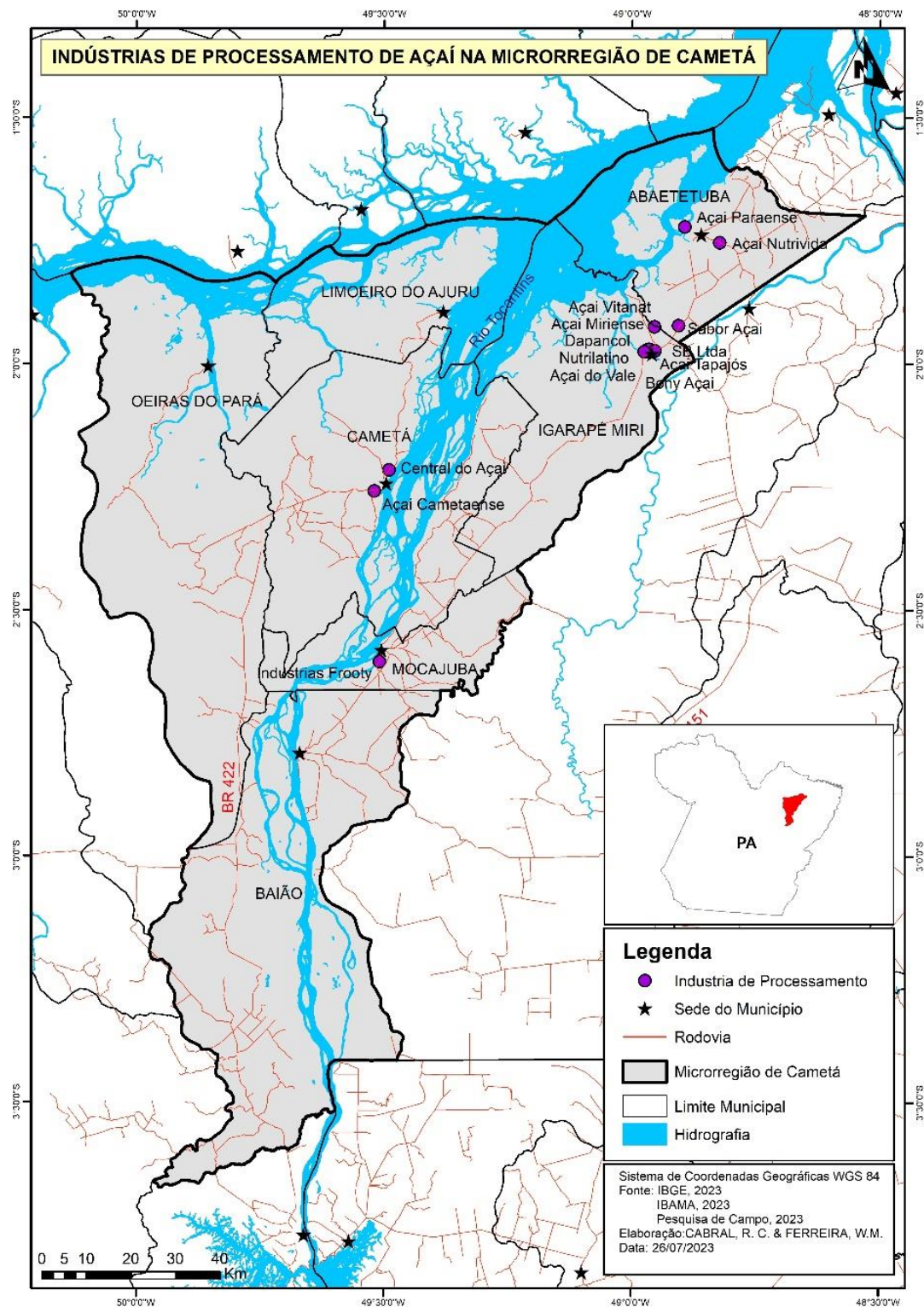
| MUNICÍPIO    | INDÚSTRIA                    | RAZÃO SOCIAL   | ENDEREÇO                     |
|--------------|------------------------------|--|------------------------------|
| Igarapé-Miri | Nutrilatino                  | Nutrilatino Industria e Comercio de Exportação e Importação de Polpas de Frutas Eireli | Rodovia PA 151, Km 01        |
|              | Bony Açaí                    | Vale do Açaí Imp. e Exp. Indústrias e Comércio Ltda                                    | Rodovia PA 151, Km 73 Nº 611 |
|              | Sb Industria E Comercio Ltda | Sb Industria e Comercio Ltda   | Rodovia PA 151, Km           |
|              | Dapancol                     | Dapancol – Dario Pantoja Industria e Comercio Eireli                                   | Rua Capitão Arcelino Lobato  |
|              | Açaí Vitanat                 | Açaí Vitanat Industria e Comercio Eireli   | Rodovia PA 151, Km 01        |
|              | Açaí Miriense                | Açaí Miriense Industria e Comercio Eireli  | Rodovia PA 151, Km 01        |
|              | Açaí Do Vale                 | Manoel Maria da Costa-Me   | Rodovia PA 151               |
|              | Açaí Tapajós                 | Açaí Tapajos Indústria E Comercio Eireli Me  | Rodovia PA 151, Km 01        |
| Abaetetuba   | Sabor Açaí                   | -  | Rodovia PA 151, Km 01        |
|              | Açaí Paraense                | -  | Travessa Evandro Chagas      |
|              | Açaí Nutrivida               | -  | Rodovia João Miranda, 20789  |

|                 |                         |   |                                  |
|-----------------|-------------------------|---|----------------------------------|
| <b>Mocajuba</b> | Indústria Frooty        | Froty Comercio E Industria De Alimentos S.A | Rodovia PA 151 M 03              |
| <b>Cametá</b>   | Central Do Açaí         | X   | Rodovia BR 422, Transcametá      |
|                 | Fábrica Açaí Cametaense | Açaí Industria e Comercio Ltda              | Rodovia BR 422, Transcametá, Sn. |

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo. Organização: Rayanni Cabral. 2022

Dentre os municípios da Microrregião de Cametá, o município de Igarapé-Miri destaca-se como o principal polo agroindustrial de açaí da Microrregião de Cametá. Isso porque segundo as entrevistas realizadas com os representantes agroindustriais, o município de Igarapé-Miri foi escolhido como ponto estratégico pela proximidade com a capital Belém (143 km de distância) e pelo tráfego de produtos poder ser dado por meio terrestre e fluvial, o que facilita o deslocamento de produção. Observe a localização das indústrias de processamento de açaí da microrregião de Cametá no mapa 3.

### MAPA 3 – Localização das indústrias de processamento de açaí na Microrregião de Cametá



Fonte: Pesquisa de Campo 2022, Elaboração: CABRAL R. C & FERREIRA, W. M.

As indústrias de processamento de açaí da região ficam situadas próximo às sedes dos municípios, em maioria em rodovias que facilitam o deslocamento da produção. No município de Igarapé-Miri, município que detém a maioria das indústrias da região, a maior parte das fábricas localizam-se na rodovia PA 151. Outro fator relaciona-se à proximidade das indústrias com as às zonas produtivas de açaí da região (ilhas, áreas de várzeas e açaí irrigado) localizadas principalmente à margem dos rios, sendo o principal afluente o Rio Tocantins. Essas indústrias realizam o despulpamento do fruto, em algumas fábricas é realizado outros produtos derivados da polpa de açaí, como Mix e sorvete de açaí.

O município de Igarapé-Miri é considerado o segundo maior polo agroindustrial de açaí do estado do Pará, atualmente com total de 8 fábricas de açaí, dados declarados pela SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Igarapé-Miri) ficando atrás somente do município de Castanhal que hoje possui mais de 40 fábricas processadoras do fruto. Entretanto, esse fato não tira o mérito do município de Igarapé-Miri que, cada vez mais, avança no setor industrial, através do consumo de produção do próprio município e região. Observe na figura 2 a vista panorâmica de algumas das agroindústrias visitadas no município.

Figura 2 – (A) Agroindústria Açai Miriense, (B) Agroindústria Dapancol, (C) Agroindústria Vitanat, (D) Agroindústria Nutrilatino, (E) Agroindústria Bony Açai, (F) Agroindústria Açai Tapajós.



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2022. Autora: Rayanni Cabral.

A maioria das fábricas de açaí do município de Igarapé-Miri ficam localizadas no perímetro urbano do município, na rodovia PA 151, onde ocorre uma circulação intensa e diária de caminhões que levam a produção *in natura* e comercializam em forma de polpa pelos caminhões frigoríficos. A presença das agroindústrias na rodovia

facilita o escoamento da produção e não interfere diretamente no movimento dentro do centro da cidade. As indústrias da Microrregião de Cametá realizam o processo de despulpamento. Para isso é realizado uma série de processos e eventos dentro do empreendimento.

Dentro do estabelecimento, primeiramente ocorre o recebimento da matéria-prima o qual é selecionado, pesado e levado para amolecimento, depois é realizado o despulpamento através do auxílio de inúmeras máquinas a motor elétrico, regionalmente conhecidas como bateadeiras, que ficam ordenadas e organizadas para o manuseio de funcionários que controlam as máquinas. Após o despulpamento, ocorre a filtragem do produto que passa pelo tanque de homogeneização para análise microbiológica físico-química, para assim, ser embalado e congelado nas câmaras frigoríficas, geralmente em sacos de 1kg, para assim, serem transportados pelos caminhões frigoríficos, que se destinam a vários estados brasileiros e países estrangeiros. Observe alguns desses processos de beneficiamento coletados na agroindústria Sabor Açaí, localizada no município de Abaetetuba, na figura 3.

**Figura 3 – (A) Lavagem e seleção do produto, (B) Despulpamento nas bateadeiras, (C) Embalagem do produto, (D) Congelamento na Câmara fria.**



Fonte: pesquisa de campo, abril de 2022. Autora: Rayanni Cabral.

A polpa do açaí comercializado pelas empresas é classificada em popular, médio e grosso, medido pelo percentual sólido conforme os parâmetros normativos fornecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para as empresas processadoras. Foi disponibilizado pela agroindústria Açaí Miriense e Sabor açaí, a tipologia de açaí, preço e percentual sólido vendido nas fábricas, demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 9 – Classificação do açaí quanto a nomenclatura, textura e preço comercializado pelas agroindústrias.**

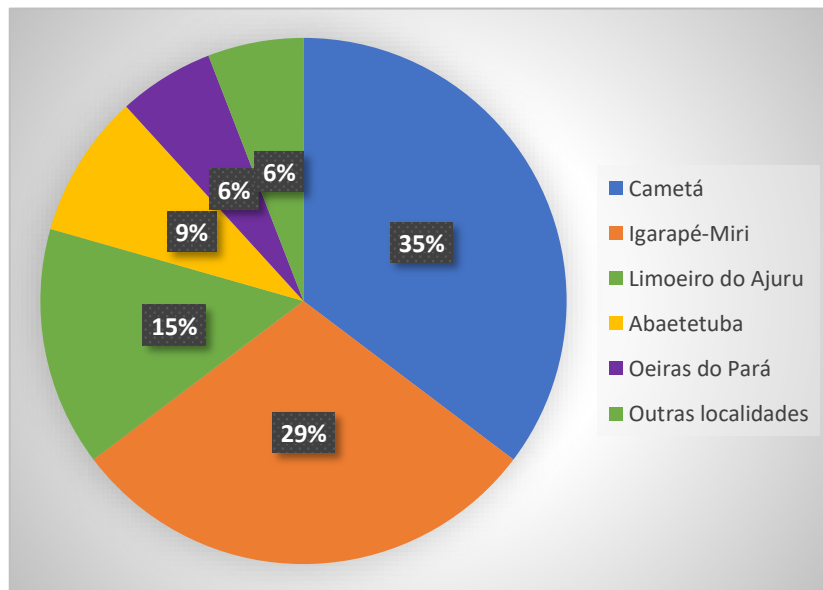
| Ord | Classificação                    | Descrição do produto  | Percentual sólido | Preço médio do kg (R\$) |
|-----|----------------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------------|
| 1   | Açaí grosso ou especial (tipo A) | Aparência muito densa | 14%               | 9,00 a 12,00            |
| 2   | Açaí médio (tipo B)              | Aparência densa       | 1 a 14%           | 6,50 a 7,50             |
| 2   | Açaí popular (tipo C)            | Aparência pouco densa | 8%                | 4,80 a 6,00             |

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo. Organização: Rayanni Cabral. 2022

O preço do produto comercializado varia de acordo com o período do ano. No período do auge da safra o produto tende a se baratear, enquanto que na entressafra, algumas empresas trabalham com estoque de produção, vendendo seu produto até 12,00 o kg do açaí grosso.

Em visitas realizadas nas fábricas de processamento de açaí da Microrregião de Cametá verificou-se que o açaí utilizado nas agroindústrias é oriundo da própria Microrregião, sobretudo, dos municípios de Igarapé-Miri, Cametá e Limoeiro do Ajuru, diante da imensa potencialidade de produção do fruto nesses municípios no período da safra. Na entressafra, diante da escassez, eles compram produção de outras localidades e até mesmo de estados como o do Maranhão. Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Açaí utilizado nas Agroindústrias da Microrregião de Cametá por município**



Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2022.  
ORG: Rayanni Cabral

Dentre as agroindústrias pesquisadas, destacam-se a utilização do açaí oriundo do município de Cametá e Igarapé-Miri, seguida pela produção de Limoeiro do Ajuru e posteriormente Abaetetuba e Oeiras do Pará. Visto essa informação, entende-se o interesse da maioria das fábricas em se instalarem no município de Igarapé-Miri, pois o município coleta a produção do seu município, e das demais localidades, os representantes das fábricas alegaram o benefício da logística, diante da proximidade com a matéria-prima.

A compra do produto pelas empresas é feita quase que exclusivamente pelo atravessador/meeiro que compra a produção dos produtores nos portos e abastece diretamente nos caminhões das agroindústrias que levam até o empreendimento. Segundo os representantes das agroindústrias a compra com o atravessador é mais vantajosa, pois agrega uma quantidade maior de produção, além de possuir o capital que, muitas das vezes, é utilizado nas fábricas.

O valor do fruto comprado para as indústrias varia, pois depende do preço estipulado por período e da capacidade de produção das indústrias. Geralmente no período da safra do açaí, é vendido em média R \$42,00 por basqueta, equivalente a 28 kg da produção.

A quantidade de massa de polpa do açaí processada nas fábricas para comercialização é medida em tonelada métrica. Na região, o fruto é comercializado em latas e quilos, a medição dada por lata é aproximadamente 14 quilos do fruto.

Conforme dados fornecidos pelas Secretarias do Meio Ambiente dos municípios e dados coletados em campo, foi possível informar a quantidade de produção declarada pelas agroindústrias em toneladas no período da safra, conforme demonstrado na tabela 10.

**Tabela 10 – Quantidade de produção declarada por agroindústria**

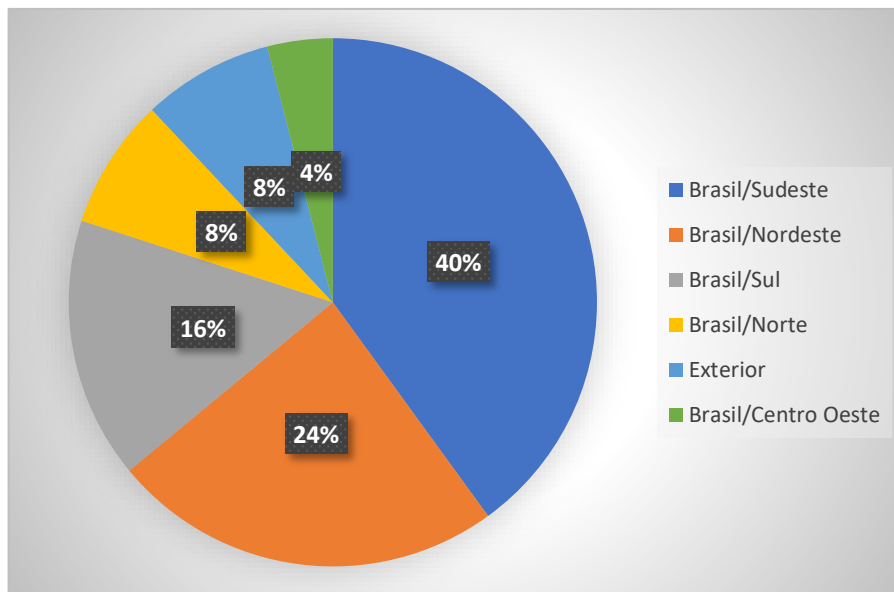
| MUNICÍPIO           | INDÚSTRIA                    | CONSUMO MEDIO DIARIO |
|---------------------|------------------------------|----------------------|
| <b>Igarapé-Miri</b> | Açaí Miriense                | 18 TN/DIA            |
|                     | Açaí do Vale                 | 26 TN/DIA            |
|                     | Dapancol                     | 30 TN/DIA            |
|                     | Açaí Vitanat                 | 50 TN/DIA            |
|                     | Açaí Tapajós                 | 50 TN/DIA            |
|                     | Nutrilatino                  | 52 TN/DIA            |
|                     | SB Indústria e Comércio LTDA | 90 TN/DIA            |
|                     | Bony Açaí                    | 100 TN/DIA           |
| <b>Abaetetuba</b>   | Açaí Paraense                | 15 TN/DIA            |
|                     | Açaí Nutrivida               | 40 TN/DIA            |
|                     | Sabor Açaí                   | 60 TN/DIA            |
| <b>Cametá</b>       | Açaí Cametaense              | 30 TN/DIA            |
|                     | Central do Açaí              | 40 TN/DIA            |
| <b>Mocajuba</b>     | Indústria Frooty             | 140 TN/DIA           |
| <b>Total</b>        |                              | <b>741 TN/DIA</b>    |

Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2022.  
ORG: Rayanni Cabral.

Diante do exposto compreende a expressividade de produção processada pelas fábricas na Microrregião de Cametá, totalizando um valor médio de 741 toneladas/dia, contabilizando um total de 22.230 toneladas no mês durante o período de safra do açaí na região.

O açaí industrializado em forma de polpa da microrregião alcançou vários destinos, nacionais, principalmente nas regiões nordeste e sudeste brasileiro, com destaque nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e estados e também áreas internacionais, com destaque nos países da Rússia e Estados Unidos, conforme demonstrado no gráfico 3.

**Gráfico 3 – Principais locais que são comercializadas a polpa de açaí das Agroindústrias da Microrregião de Cametá por regiões brasileiras.**



Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2022.  
ORG: Rayanni Cabral.

A partir do gráfico percebe-se que a maior destinação do produto processado pelas indústrias de açaí da Microrregião de Cametá vai para a região Sudeste, abrangendo os três principais estados consumidores: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses estados têm seu destaque pela quantidade de empresas que produzem mix e energéticos feitos com a polpa do fruto. Em seguida, no gráfico, destaca-se a região Nordeste, tendo como principais consumidores, os estados do Ceará, Fortaleza, Bahia e Sergipe; na região Sul destaca-se os estados do Paraná e Santa Catarina; na região Centro Oeste o estado de Brasília e na região Norte a capital Belém. Além do consumo brasileiro, a produção de polpa das agroindústrias é comercializada para fora do País, abrangendo Estados Unidos, Portugal e Rússia.

Um fato a se destacar é que a grande maioria das agroindústrias da Microrregião de Cametá não comercializam localmente sua produção, pois segundo os representantes das fábricas, não seria vantajoso vender litros individualmente.

Diante dos dados expostos, é perceptível a visibilidade que o açaí da microrregião de Cametá ganhou no cenário nacional e internacional, com maior produção no estado do Pará, é um importante fornecedor da produção no mundo globalizado.

Silva (2006) diz que a agroindústria de frutas se destaca como uma atividade estratégica para o desenvolvimento de regiões produtoras na área de fruticultura, uma

vez que tem elevada capacidade de gerar emprego e renda e criar uma demanda estável para produção de frutas, já que apresenta um grande potencial de agregação de valor aos produtos primários a partir do processamento e elaboração de sucos, polpas e doces, além de promover a indução e difusão de tecnologia no meio rural. Contudo, vale destacar os impactos que são gerados por sua inserção e que afetam diretamente a todos os agentes de direta e indiretamente que convivem com esse fruto tão valorizado na Amazônia, na região em questão.

Apesar desse fruto alcançar muitos espaços, ele chega aos locais sem identificação de origem que comprovem sua origem, podendo até ser confundido com o mesmo produto vindo de outros espaços. A certificação de uma IG proporciona além da identificação de origem, uma valorização da qualidade do produto local. Respeitando, sobretudo, o seu local, e o saber-fazer desse produto.

O açaí paraense é produzido naturalmente em várzea com os nutrientes da região que incorporam em uma qualidade única do fruto. A forma de manejo e preparo da região garante essa qualidade que deve ser respeitada. Atrelado a isso, a certificação de uma IG possibilita o desenvolvimento do territorial, à medida que agrega valor ao produto e sua valorização. Compreende-se, assim, a necessidade dessa produção na Microrregião Cametá de ter uma IG e garantir sua notoriedade e ou qualidade.

### **3.4 Açaí: uma atividade que se globaliza, mas que não consegue romper com sua herança extrativista e baixa internalização de riqueza e desenvolvimento**

A atuação das agroindústrias de açaí da Microrregião de Cametá, fez com que o produto em forma de polpa, alcançasse novos mercados, tornando-se um produto extremamente globalizado. No entanto, a globalização do produto não ocasionou mudança na herança extrativista e de baixa internalização da produção do território local.

Primeiramente deve entender que a configuração organizacional e o objetivo das empresas exportadoras de açaí da região distinguem dos desígnios de atores locais que produzem o fruto, esses atores têm no açaí não só o meio de sustento econômico, mas um produto de vivência, que possa garantir um desenvolvimento local.

Dentro dessa análise de organização e de objetivos distintos em prol da comercialização de uma mesma cultura, podemos comparar com os ideais de Ploeg

(2008) que classifica dois tipos de agricultura, sendo essas: agricultura empresarial e agricultura camponesa.

Para Ploeg (2008) a agricultura camponesa representa unidades de produção de pequenas e vulneráveis, centradas na família, e com certo distanciamento dos complexos agroindustriais, o que a torna secundária sob a perspectiva hegemônica de produção. Essa agricultura centraliza-se na construção e reprodução de circuitos curtos de circulação de mercadorias, nos mercados locais.

A agricultura empresarial ou capitalista, segundo a visão do autor, apresenta um elevado uso de insumos, grandes escalas de produção, geração de empregos e tecnologias, e pode compreender tanto unidades produtivas pequenas quanto grandes. Essa agricultura relaciona-se com escalas macros, vinculadas a empresas a nível mundial e produtos de interesses empresariais, definidos como Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008).

Segundo Ploeg (2008) essa distinção entre o padrão camponês e os padrões empresarial e capitalista de produção é essencial para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Apesar da existência dessa desigualdade na cadeia de valor, os empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, em nível regional, o progresso construído pelo camponês ainda requer da supremacia desses setores, que também geram progresso para a comunidade e para a região.

Essa diferença de forma de produção e comercialização de produção agrícola, relaciona-se com a produção de açaí na Microrregião de Cametá, diante da existência de atores locais que produzem esse fruto e comercializam para as grandes empresas de açaí. Essa disparidade reflete no rendimento dos agentes envolvidos no circuito.

O circuito de comercialização do açaí na Microrregião de Cametá ocorre de forma informal, onde a relação do produtor com a agroindústria que, em maioria, é realizada de forma indireta, onde os produtores das ilhas utilizam o chamado meeiro ou atravessador como intermediário para comercializar a sua produção para as agroindústrias. O atravessador exerce papel preponderante no processo de comercialização do fruto na região, diante da acumulação de produção que atende a necessidade das fábricas. Alguns produtores de açaí do município organizam-se associações e cooperativas a fim de comercializar sua produção para empresas e assim ter mais lucratividade.

Segundo Cruz (2007), o camponês-ribeirinho do estuário amazônico, que acessa os mercados de circuitos longos para a comercialização de seus principais produtos agroextrativistas, possui forte ligação com grupos dominantes. Para Corrêa (2017), os grupos dominantes no Baixo Tocantins são empresários, comerciantes, intermediários, cooperativas, etc., que percorrem o estuário para a compra principalmente do fruto açaí, prática mais fortemente presente a partir da década de 2000.

Os grupos dominantes ampliam o circuito produtivo, e se aproximam do tipo de agricultura empresarial, mantendo-se uma relação estreita entre os produtores-ribeirinhos com as agroindústrias. A agricultura empresarial possui insumos e preparo técnico para garantir uma comercialização de maior escala. Enquanto que a agricultura camponesa, muitas das vezes, possui pouca técnica, contudo apresenta um importante segmento de circuito produtivo, através do manejo dos produtos que alcançam alta produtividade no território.

Ploeg (2008) cita que o modo empresarial tem o seu progresso construído essencialmente pelo aumento de escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas (frequentemente as pequenas). Dessa forma, a apropriação das oportunidades de produzir valor agregado também faz parte da sua estratégia.

Rodrigues & Medeiros (2021) relatam que por meio de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, os camponeses-ribeirinhos manejam os recursos naturais a fim de alcançarem benefícios comuns e/ou coletivos. Esses conhecimentos permitem múltiplas interações com o ecossistema e uma variedade de estratégias para a produção e reprodução do núcleo familiar, construídas pela família a partir da diversidade produtiva.

A produção de açaí da Microrregião de Cametá é oriunda de uma realidade com pouca estrutura e técnica, localizada quase que totalmente em áreas rurais dos municípios. Os ribeirinhos que produzem o fruto, apesar de ser um fruto extremamente valorizado, ainda realizam os processos de manejo de coleta dos frutos de forma rústica da região. Isso se dá principalmente pela herança tradicional desse território.

Corrêa (2017) destaca que o açaí produzido em áreas de várzea é cultivado utilizando técnicas de manejo tradicional, não se utilizando de agrotóxicos e fertilizantes, a adubação é orgânica fazendo uso da própria palha do açazeiro, do caule e de outras árvores que são derrubados para manejar o açazeiro.

Corrêa (2017), ainda destaca que a dificuldade de inserção de objeto mecânicos em um açazal manejado ou nativo, haja vista a densidade do açazal e a dificuldade em realizar isso em áreas de várzea constantemente alagadas, além também do baixo recurso que os produtores têm que impossibilita a mecanização da produção.

A venda do açai feita pelos produtores é forma *in natura*, nenhum dos entrevistados, no geral, não realiza nenhum tipo de beneficiamento ou agregação de valor ao produto antes de vender. Ele é repassado em caroço no panelo direto ao comprador imediato.

A não agregação de valor ao produto limita a ampliação da renda ao produtor, principalmente porque a oferta do produto é bastante abundante na safra. Mas as comunidades ainda não conseguiram formas de agregar valor ao produto, em virtude de limitações tecnológicas, financeiras e organizacionais de beneficiar e armazenar o produto, o que é feito por empresas que atuam no ramo.

O registro de indicação geográfica possibilita uma ruptura no processo de organização e aquisição de valor ao produto no território da Microrregião de Cametá, uma vez que valorizaria o produto e traria mais suporte a esses grupos menos favorecidos no circuito produtivo. A IG traria de uma só vez a valorização do território e agregação de valor ao produto em todos os níveis da comercialização, diante da fama espontânea gerada ao produto.

A realidade vinculada ao processo produtivo do açai na Microrregião de Cametá esconde aspectos precários que precisam ser vencidos. O trabalho da colheita do açai é considerado o mais precário na cadeia de valor, além de ser considerado o trabalho mais arriscado, o nível de precariedade das atividades do trabalho do peconheiro (extrativista) algo típico, campestre, subir no açazeiro e o próprio processo de manejo dos açazais, que adentra as áreas alagadas, além de obter baixa remuneração da atividade. Além disso, no período da safra do açai muitos adolescentes e crianças realizam o processo de extração do fruto que acontece na maioria das vezes como situação análoga à escravidão, pois estes jovens deixam ir à escola gerando a evasão escolar para colherem o açai. Embora esta situação seja triste o trabalho infantil na colheita de açai no estado do Pará, ainda não existem dados oficiais sobre o quantitativo de crianças que trabalham na colheita do açai. Contudo, ao longo dessa pesquisa serão apontados dados que configuram a precariedade do processo de

qualificação do fruto na região e com isso a possível solução para essa precariedade produtiva através da IG.

## **4 RELEVÂNCIA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AÇAÍ DA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ**

O presente capítulo apresenta aspectos que demonstram a relevância da indicação geográfica do açaí na Microrregião de Cametá através da pesquisa bibliográfica e de campo que configurem ao açaí da Microrregião de Cametá uma Indicação de procedência, uma das modalidades da IG, que tem o reconhecimento pela fama do produto ou serviço em um local.

### **4.1 Reconhecimento e fama do açaí da Microrregião de Cametá**

Conforme estabelecido pela Lei da Propriedade Industrial uma das maneiras de adquirir o registro de Indicação Geográfica para um determinado produto ou serviço é através do reconhecimento que o nome geográfico de um determinado país, cidade, região ou uma localidade de seu território se tornou conhecido/famoso como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço, essa por sua vez, é definição de Indicação de procedência, uma das modalidades da IG, que tem o reconhecimento pela fama do produto ou serviço em um local.

Segundo o dicionário escolar da Língua portuguesa Aurélio (2015), define-se fama como um “conceito formado sobre algo ou alguém; reputação, renome, celebridade”, ou seja, condição do que é muito conhecido publicamente pela fama que o procede.

Para uma indicação geográfica, a fama é um requisito que considera a notoriedade. Isso porque a Indicação de procedência estabelece que a forma que determinado produto ou serviço é confeccionado gera reconhecimento do local. A maneira de produzir determinado produto de um local repassado de geração a geração denominado de saber-fazer local, compactua traços históricos desse local que enaltecem e destacam o reconhecimento do produto.

Diferentemente da Denominação de Origem, a Indicação de Procedência não está relacionada necessariamente com fatores locais que integram características

humanas, fisiológicas, ou geológicas, apenas a fama da cidade ou região como grande produtora é considerada, ou seja, a notoriedade.

No caso do açaí, ele é um produto que ao longo do tempo vem se tornando reconhecido em inúmeros espaços, o qual ganhou fama no cenário nacional e internacional, devido principalmente a pluralidade que o fruto fornece. O açaí atualmente é utilizado em diversas formas na culinária brasileira, como em sorvetes, shakes, sucos, mix, além disso, é utilizado também como corante natural de produtos, e mais recentemente vem sendo utilizado em indústrias de cosméticos, entre outros segmentos da economia.

Vale ressaltar, que além do fruto, o caroço, o óleo e as folhas do açaí são aproveitados em outros segmentos da economia recentemente, pois viram ração para animal, adubo orgânico e remédios fitoterápicos.

O Açaí atualmente é encontrado em farmácias e perfumarias como produtos para a pele, cabelo com o composto de açaí na fórmula. Muitos suplementos alimentares também aproveitam dos seus benefícios vitamínicos e vários medicamentos.

Diante dessa variabilidade de formas que o açaí é encontrado, entende-se o porquê o produto é bastante requisitado mundo afora. A fama do produto possibilita a circulação financeira que movimenta diversos setores da economia brasileira.

Dentre as várias zonas de produção do açaí na Amazônia, o açaí coletado na Microrregião de Cametá é um dos mais conhecidos, não só dentro do estado do Pará, mas em muitas outras regiões brasileiras e territórios internacionais. A sua fama é oriunda principalmente através da mídia espontânea gerada pelos acervos históricos de valorização e cultura do território com o produto, assim também, por meio de grandes empresas que utilizam o produto do açaí da região como marketing e propaganda para comercialização de seus produtos.

Na Microrregião de Cametá, o açaí é um produto que constitui a base alimentar, econômica e cultural da população, contribuindo significativamente com a economia local da região, gerando emprego e renda, direta e indiretamente a população. O açaí além de movimentar a economia local, faz parte da cultura que marca e caracteriza a população, através de músicas, arte, festivais que enaltecem principalmente a forma que é produzido e colhido o produto nas áreas ribeirinhas da região.

Para Moraes (2014) a exaltação da cultura do açaí através das artes, música, da culinária, representa a reciprocidade afetiva da comunidade, através da vivência

em comum, que oportuniza o encontro e reencontro de amigos e familiares, e estimula o turismo. Essas atrações culturais são, portanto, a oportunidade da mídia positiva na região, da produção, da comercialização e da conscientização social para a preservação da espécie.

O município de Igarapé-Miri, um dos integrantes que compõe a Microrregião de Cametá, tem sua fama no açaí sendo reconhecida como “Capital Mundial do Açaí” devido seu amplo destaque na produção, comercialização e atualmente na exportação do produto, além de fazer parte da valorização cultural do município. Segundo Lobato e Ravena (2020):

Considerada a capital mundial do açaí, a cidade apresenta esse “status” por figurar como a cidade que mais produz e exporta açaí para o restante do mundo, consoante a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do IBGE (2016b). Realizada entre 2015 e 2016, a pesquisa em questão revela a primeira aferição feita pelo IBGE sobre a cultura do açaí no escopo da agricultura. (LOBATO, Flavio Henrique Souza; RAVENA-CANETE, Voyner, 2020, p.20)

Em Igarapé-Miri, o açaí possui um amplo valor cultural no município, onde se faz presente em diversos eventos e festivais culturais locais, a exemplo do “Festival do Açaí” que ocorre na sede do município de Igarapé-Miri, e o “Festival do Açaí Orgânico” que ocorre no rio Meruú na associação Mutirão, distrito do município, dentre outras manifestações culturais que destacam e exaltam a cultura da produção do açaí na região.

O Festival do Açaí de Igarapé-Miri é a celebração da economia do açaí no auge da safra (figura 4). Festa da colheita e riqueza que o produto gera no município, nesse período ocorre grande circulação de renda principalmente nas ilhas ribeirinhas que produzem açaí. O festival é considerado um dos maiores eventos artístico-cultural e de fomento econômico do município tanto pelo aspecto da produção do fruto açaí, quanto pela demonstração do riquíssimo folclore que exalta a cultura da produção, manifestado através da dança, música, artesanato, na literatura etc. (MORAES, 2014).

**Figura 4 – (A, B, C) Festival do Açaí em Igarapé-Miri**



Fonte: Secretaria de Cultura de Igarapé-Miri -SECULT, 2022.

Outro ponto a se destacar é referente a fama do açaí na Microrregião de Cametá em seu aspecto literário, sendo destaque em revistas, livros, jornais e atualmente sendo fonte de pesquisas em universidades, institutos e demais setores científicos. Nessas fontes o açaí é mencionado associado a um nome geográfico, seja esse, lugar, região, território que se destaca na produção, seja pela técnica de colheita ou pelo amplo destaque de produção.

No estado do Pará o açaí é divulgado como grande riqueza do território, pois é extremamente consumido na região e gera circulação da economia, internamente pelo consumo local, e movimentada a economia internacional com a exportação. Diante disso, o açaí é reproduzido em revistas, livros e até mesmo em manchetes, comerciais, propagandas que fomentam o consumo do produto por turistas que visitam a região. A figura 5 ilustra a divulgação da produção e destaque no açaí do Pará e sobretudo, na Microrregião de Cametá.

Figura 5 – (A) Livro Igarapé-Miri “A capital mundial do açaí”, (B) Revista Ver-o-Pará Açaí marca registrada do Pará (C e D) Revista PAZ Igarapé-Miri do Açaí.



Fonte: livros, revistas acervo bibliográfico Secretaria da Cultura SECULT, 2022.

Através das imagens percebe-se fortemente a presença do estado do Pará açaí associado à cultura, sobretudo aos municípios da Microrregião de Cametá, entre eles Igarapé-Miri como município de amplo destaque na produção. A mídia, por meio de jornais, revistas e até mesmo comerciais são os principais meios que fomentam a fama do açaí na região. Grandes empresas da região que comercializam o produto localmente também usam dessa atribuição como estratégia de marketing, propaganda, através de comerciais, panfletagens e outdoor, conforme demonstrado em exemplo na figura 6 pelo grupo líder, um reconhecido centro de distribuição de produtos alimentícios e demais variedades do estado do Pará, com mais de 20 empresas situadas no estado.

**Figura 6 – Outdoor de divulgação de açaí empresa grupo Líder**



Fonte: pesquisa de campo, abril de 2022. Autora: Rayanni Cabral.

Com a finalidade de buscar perceber a relevância e “fama” do fruto oriundo da Microrregião de Cametá no comércio. Foram realizadas visitas nos principais centros de comercialização do fruto do açaí no estado do Pará, entre esses o mercado do Ver-o-Peso, como principal centro de comercialização do estado do Pará, localizado às margens da baía do Guajará, ao lado da Estação das Docas no município e capital do Pará Belém.

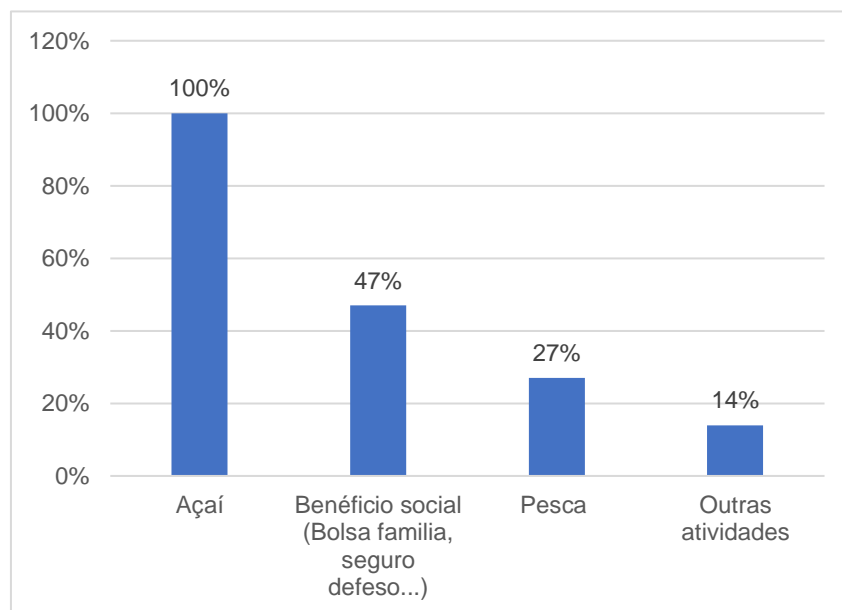
O mercado do Ver-o-Peso é conhecido ponto turístico, cultural e econômico da cidade de Belém formado Mercado de Ferro, Praça do Pescador, Doca das embarcações (1803, e feira do peixe), Pedra do Peixe e, pela feira-livre (considerado a maior da América Latina) que abastece a cidade com variados gêneros: vestuário, ervas medicinais, alimentícios (como peixe e carne) vindos das ilhas circunvizinhas (área insular) da capital e dos municípios do interior, fornecidos por via fluvial, entres esses os municípios da Microrregião de Cametá.

A pesquisa de campo realizada no mercado do Ver-o-Peso revela sobretudo, a diferenciação de qualidade do açaí nos variados municípios do estado que produzem o fruto, a partir das relações de comércio e consumo desse alimento, presente no sistema cultural alimentar amazônico a fim demonstrar a preferência de consumo,

indicando o valor que está vinculado, e conseqüentemente a fama do produto pela sua qualidade.

Os produtores/comerciantes selecionados na pesquisa desenvolvem diversas atividades produtivas, como o cultivo de cacau, pesca artesanal, e outros, contudo todos têm na extração do açaí, sua principal fonte de renda econômica. Estes comerciantes entrevistados são residentes de diferentes municípios e localidades como: Breves, Anajás, ilha do Marajó, Macapá, Cametá, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Afuá, Ilhas de Belém, Ilha da onça, e até de outros estados como Maranhão e Amapá. Observe alguns dados referente a fonte de renda dos produtores entrevistados no gráfico abaixo.

**Gráfico 4 – Fonte de renda dos produtores/comerciantes de açaí**



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2023. ORG: Rayanni Cabral.

A partir dessa análise estatística, percebe-se que a maior parte de renda dos produtores advém da produção de açaí, mas também possuem outras atividades econômicas de importância secundária, como benefício social e outras atividades abrangendo o comércio, funcionalismo público, cultivo de outros produtos, sendo essas atividades adjacentes, mas muito importante, pois sabe-se que no período de entressafra do açaí, o agricultor busca outras formas de produção para sua subsistência e fonte de renda. Essa dinâmica dispõe de uma atenção maior para se compreender que a agricultura não é simplesmente um sistema de produção de

alimentos, mas sim, um sistema complexo que envolve o ser humano, seu trabalho e ambiente (NÓBREGA; LIMA; NETO. 2013).

Durante a pesquisa de campo, foi constatado que geralmente a produção do açaí no município vem sendo produzido de forma tradicional, com mão de obra familiar, uso de pouca técnica, no geral em solos de várzea e igapós pelas comunidades ribeirinhas de diferentes localidades. A existência do plantio em terra firme pelos produtores é bem pouca, e configura como plantações em larga escala, sendo mais presente a mecanização da produção e contratação de mão de obra diária ou esporádica para a colheita e plantio do fruto. Ambas formas de produção do açaí-fruto realizam atualmente o preparo e manejo de açaizais.

A venda de açaí no Mercado do Ver-o-Peso é realizada próximo a Pedra do Peixe, a partir das 4h da manhã, horário que começa a chegar às embarcações de diversos municípios e localidades carregados de produção de açaí. O açaí comercializado no mercado é em formato *in natura*, coletados em propriedade própria e comercializado em sacas ou cestos/rasas de 14 kg, geralmente a produção vem congelada, segundo os comerciantes é um procedimento de garantir a conservação da produção durante o trajeto. Destacamos na figura 7 o processo de comercialização na Feira do Ver-o-Peso.

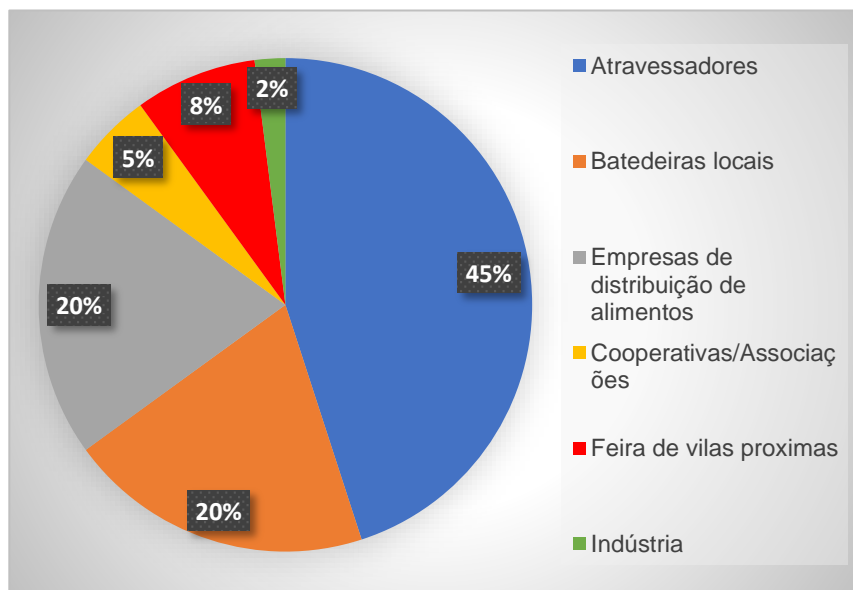
**Figura 7 – (A) Comercialização de açaí *in natura* no Mercado do Ver-o-Peso, (B) Embarcações com produção de açaí, (C) produção de açaí em cestos e (D) desembarque do açaí em sacas.**



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2023.

O açaí comercializado na feira alcança vários destinos. O produtor possui uma ampla possibilidade de comercialização, podendo comercializar sua produção com vários locais, tais como: bateadeiras locais, atravessadores/meeiros, grandes empresas de distribuição de produtos, associações/cooperativas, e até mesmo diretamente para as indústrias de processamento do fruto, porém esse realizado em poucos casos, a maioria dos comerciantes de açaí não vendem sua produção diretamente com as indústrias de processamento, geralmente se faz presente a figura do Atravessador/Meeiro como intermediário da comercialização do produtor com as indústrias. No gráfico 5 é possível identificar os principais destinos da comercialização de açaí *in natura* no mercado do Ver-o-Peso.

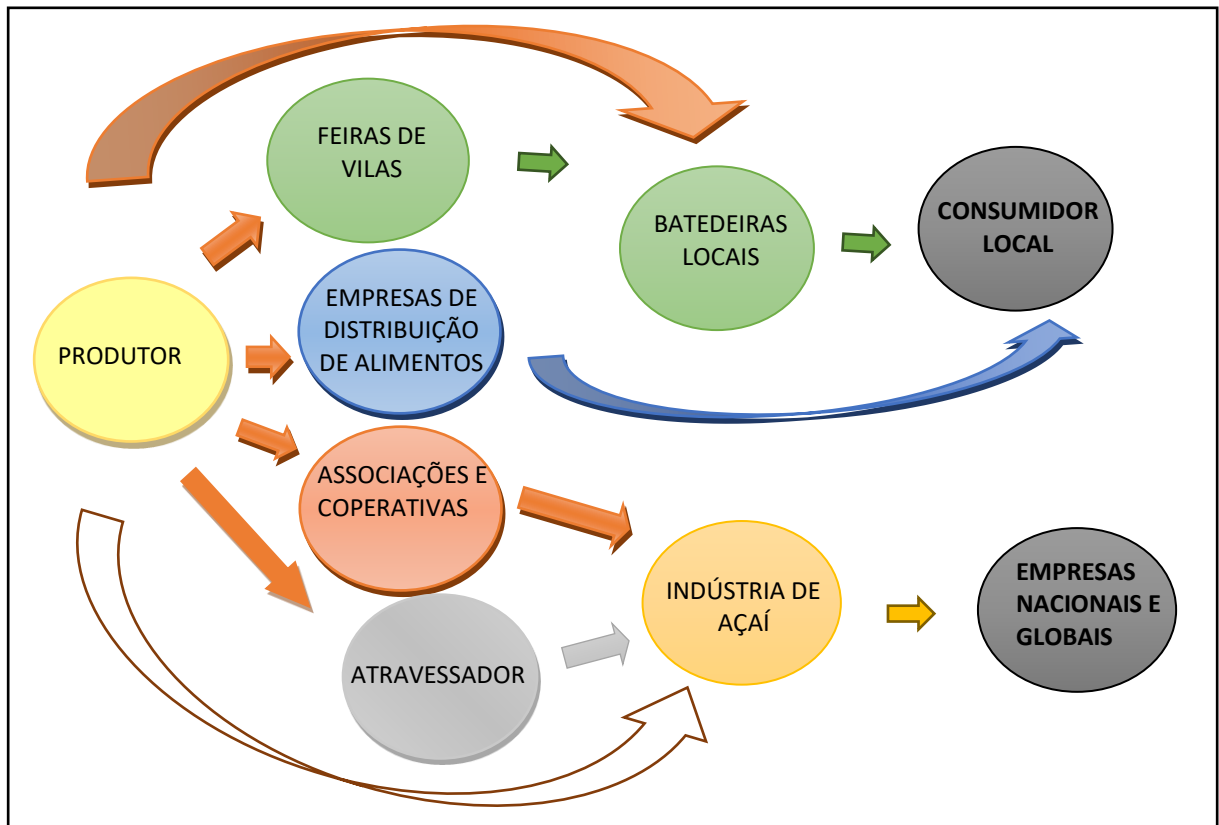
**Gráfico 5 – Principais atores envolvidos no processo de compra do açaí no Mercado do Ver-o-Peso**



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2023.  
ORG: Rayanni Cabral.

No Mercado do Ver-o-Peso o atravessador exerce o papel principal de consumidor do fruto, constatado na pesquisa que 45% dos entrevistados vendem diretamente aos atravessadores. Em segundo lugar destaca-se as bateadeiras locais e empresas de distribuição de alimentos que configuram o consumo da cidade de Belém e interiores. Na Figura 8 é representado esquematicamente o organograma de comercialização do fruto do açaí com base na pesquisa realizada in lócus, abarcando a distribuição, circulação e consumo do açaí na região.

**Figura 8 – Organograma de representação da comercialização do fruto do açaí comercializado no Mercado do Ver-o-Peso (Belém/PA).**



Organização: Rayanni Cabral, janeiro de 2023.

A partir do presente organograma é possível analisar a importância do produtor dentro do circuito produtivo, ele possui uma ampla possibilidade de comercialização, podendo comercializar sua produção com vários destinos, sendo alguns mais frequentes e outros com pouca e rara incidência como no caso de comercialização direta com as fábricas. A circulação do produto remete no que é geralmente observado, porém não anula outras possíveis relações de comercialização entre os atores.

Na região é possível afirmar que a comercialização do fruto se dá de forma dinâmica e abarca inúmeras relações comerciais e culturais que podem ser variáveis.

A comercialização do produto açaí assume novos conteúdos, não necessariamente atrelados somente à sua característica produtiva e econômica. São, portanto, novos elementos, agentes sociais e relações vinculados em uma nova dinâmica, o qual encontra novas logísticas de circulação que em relação com a sociedade modificam e transformam o espaço. Através dessas relações é observado a fragilidade de alguns setores que assumem conteúdo específicos no circuito

produtivo frente a acumulação produtiva e financeira de grandes empresas industriais que diante da sua expressividade cumulativa do produto, se tornam os principais comandantes do circuito produtivo do fruto na região e principais beneficiários financeiros dessa produção.

O açaí comercializado pelos produtores entrevistados no mercado do Ver-o-Peso varia de acordo com a localidade de origem produtiva e o período de produtividade do açaí. No período da safra, período considerado de alta produção do fruto na região que corresponde aos meses de junho a novembro é possível encontrar rasas estimado no valor de R\$40,00 a R\$ 50,00, enquanto que na entressafra, período de baixa produtividade do fruto corresponde aos meses dezembro a maio, encontram-se rasas comercializadas por R\$ 85,00 a R\$ 180,00. Essa mudança significativa no preço do açaí é devido a crescente escassez do produto na entressafra, o que acaba valorizando mais o preço do produto nesse período.

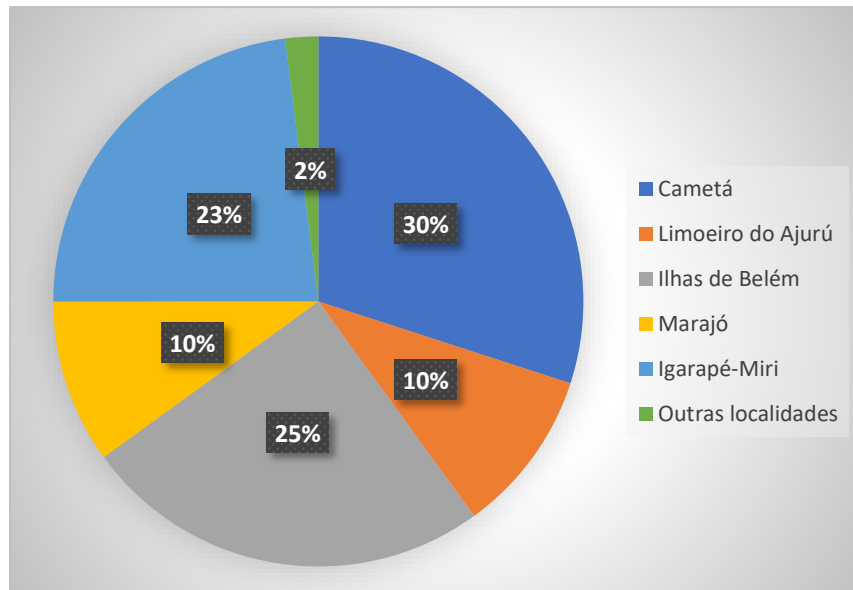
Contudo, segundo Rogez (2000) não existem até então estudos que comprovem as variações de rendimento dos açaizeiros em função do período de colheita numa mesma plantação, da proveniência de diferentes municípios durante um mesmo período, etc.

Esse fato remete que os diferentes períodos de produção de açaí nos diferentes municípios do estado do Pará acontecem de forma distinta. Não necessariamente o período da Entressafra que corresponde baixa produtividade na Microrregião de Cametá significaria a baixa produtividade nos outros demais municípios no mesmo período, pois como cita Rogez (2000) ele leva em consideração vários fatores que integram as condições do local.

O açaizeiro não tem um período único de produção (como a mangueira, a castanheira do Pará, etc.), mas ele produz em períodos distintos do ano, aparentemente segundo as condições climáticas e pedológicas locais (a umidade parecer ter um papel importante) e segundo as práticas de cultivo dos produtores. (ROGEZ, 2000, p. 66)

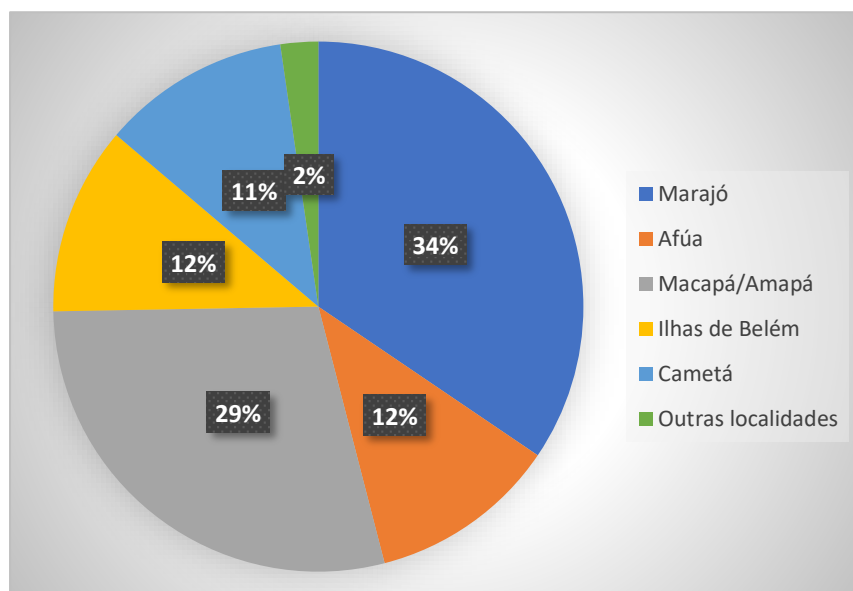
Na pesquisa foi detectado que a preferência pela qualidade do produto varia de acordo com a época de produção. Diante disso, foi investigado a preferência do açaí levando em consideração os diferentes períodos de produção de açaí na região, de safra (junho a novembro) e entressafra (dezembro a maio) de açaí na região. Nos Gráficos abaixo é representado as principais localidades que se destacam na preferência de consumo de açaí no estado, período da safra (Gráfico 6) e entressafra (Gráfico 7).

**Gráfico 6 – Preferência de açaí comercializado por localidade período da Safra (junho a novembro) no Mercado do Ver-o-Peso**



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2023.  
ORG: Rayanni Cabral.

**Gráfico 7 – Preferência de açaí comercializado por localidade período da entressafra (dezembro a maio) no Mercado do Ver-o-Peso**



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2023.  
ORG: Rayanni Cabral.

Diante dos dados expostos é perceptível a diferença da preferência do consumo de açaí pelas localidades nos diferentes períodos de produção. No gráfico 6 é visível que a preferência pela produção de açaí no período de safra é oriunda da Microrregião de Cametá, com destaque aos municípios de Cametá, Limoeiro de Ajuru

e Igarapé-Miri. Segundo relatos dos entrevistados, o município de Igarapé-Miri realiza poucas vendas de açaí nesse local, pois a produção de açaí é quase que exclusivamente trazida pela estrada.

No gráfico 7 é observado que a Microrregião de Cametá se faz pouco presente na preferência dos consumidores locais, isso devido ser considerado o período que a produtividade de açaí na região diminui dando ênfase a outras localidades produtivas como das ilhas do Marajó, Afuá, estados do Amapá.

Essa diferenciação se deve principalmente aos fatores físicos e climáticos de cada região. Pois cada região possui características diferentes de produtividade do fruto. Segundo Poulet (1997) o período de grande produção no Estado de Amapá ocorre de janeiro à junho com um pico de fevereiro à abril, em comparação ao município de Abaetetuba que segundo ele parece se estender sobre 6 meses (julho a dezembro). Diante dessa análise, compreende-se que cada localidade possui diferentes períodos produtivos levando em consideração as características pedológicas, geológicas e climáticas de sua região. Desse modo, o período de produção interfere diretamente no rendimento do fruto e por tanto na preferência de consumo do fruto em seu aspecto mercadológico.

Ainda é possível observar que em ambos períodos se destaca a presença da produção de açaí oriunda das ilhas de Belém e das ilhas do Marajó. No caso da produção das ilhas de Belém, esse fato é explicado diante da proximidade das áreas produtivas com o mercado, sendo este o principal local de comercialização do açaí da produção de Belém. No Marajó é considerado o aspecto logístico que apesar da distância média de 90 km da capital Belém, a produção é trazida exclusivamente por embarcações que já possuem uma dinâmica de comercialização intensa com a cidade de Belém. Além disso período de alta produção do fruto do açaí nas ilhas do Marajó é diferente dos da Microrregião de Cametá, nas ilhas do Marajó o alto período produtivo é concentrado nos meses de janeiro a junho (BRAGA, 2019), o que explica a crescente comercialização de açaí dessas ilhas no mercado do Ver-o-Peso no período de entressafra da região.

De forma geral a comercialização de açaí no mercado do Ver-o-Peso tem a preferência de acordo com a produtividade de cada região, não levando em consideração necessariamente seu aspecto qualitativo do fruto, mas seu rendimento, tal fato que não pode ser dado como conclusivo, uma vez que, existem consumidores que procuram produto específico para consumo nos diferentes períodos.

Nesse mesmo critério de investigação pela preferência de açaí, foram realizadas pesquisas nas principais indústrias de processamento de açaí da região, sobretudo o município de Igarapé-Miri, por ser o município com maior quantidade de fábricas de açaí que atende a produção da microrregião de Cametá. Nessa pesquisa buscou diagnosticar a qualidade do açaí da região a partir de relato da preferência do açaí processado pelas fábricas. Nessa visita, foram direcionadas entrevistas com aos gerentes e/ou representantes das fábricas com intuito de extrair maiores fontes de informações possíveis que pudessem ser utilizados na pesquisa.

No gráfico 1 deste trabalho foi apresentado que os açaís mais utilizados pelas fábricas de processamento de açaí da Microrregião no período de safra são oriundos dos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru. Contudo, se tratando de localidades específicas dotadas pela sua preferência em qualidade, foram citadas as seguintes localidades pelas fábricas:

#### **Quadro 4 – Preferência do açaí utilizado pelas Indústrias de processamento**

| <b>Localidade de preferência do açaí descritos pelas indústrias da Microrregião de Cametá</b>              | <b>Município da Localidade</b> |
|--|--------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Igarapé-Miri Velho</li> <li>● Mutirão</li> <li>● Meruú</li> </ul> | Igarapé-Miri                   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Paruru</li> <li>● Uruá</li> </ul>                                 | Abaetetuba                     |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Juaba</li> <li>● Curuçambaba</li> <li>● Cacoal</li> </ul>         | Cametá                         |

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo. Organização: Rayanni Cabral. 2022

Dentre as análises obtidas em campo nas fábricas de processamento de açaí da Microrregião de Cametá, observou-se que os locais de preferência do fruto descritos no quadro 4, configuram áreas de ilhas da região, com produção de açaí localizada em várzeas que são desenvolvidos nas planícies de inundação, sobre sedimentos depositados pelas águas dos rios. Segundo as informações coletadas a justificativa da preferência do fruto das indústrias por essas localidades são devido aos fatores referente a cor, odor, textura, sabor, e principalmente pelo rendimento de polpa, sendo esse, o fator determinante no quesito qualidade pelas indústrias, pois o

rendimento do produto ocasiona maior quantidade de açaí processado, acarretando na lucratividade das indústrias.

Das localidades informadas pelas indústrias por sua preferência, foram realizadas visitas em 4 localidades, são essas: Meruú, mais especificamente na comunidade Nazarérinho, Igarapé-Miri Velho, ambas locais do município de Igarapé-Miri, Paruru localidade município de Abaetetuba e também em Curuçambaba distrito do município de Cametá.

A visita em campo realizada nas localidades acima teve como intuito identificar o fator que determina a qualidade do açaí produzido naquele local, levando em consideração aspectos visuais de natureza e prática de cultivo. Na pesquisa foi possível observar características semelhantes nas quatro localidades visitadas. Entre as características físicas detectou-se que o plantio de açaí era localizado nas áreas inundáveis com grande movimento das marés, o que pode justificar a entrada frequente de nutrientes pelo rios que facilita a produtividade dos frutos (ROGEZ, 2000), outra característica em comum entre as localidades visitadas é o comprimento das raízes dos açaizeiros até com mais de 1 metro, estando parte sobreposta ao solo, as raízes dos açaizeiros tem essa características na para absorver os nutrientes. Na figura 9 é destacado um denso açaizal manejado em área de várzea, localidade visitada no interior do município de Igarapé-Miri, comunidade Nazarérinho a margem do Rio Meruú.

**Figura 9 - Açaizal, na comunidade Nazarérinho, Rio Meruú, Igarapé-Miri.**



Fonte: pesquisa de campo, abril de 2022. Autora: Rayanni Cabral.

Nas quatro localidades visitadas foi constatado o manejo como critério de qualidade, isso porque nas três áreas foi observado que os extratores praticam o raleamento da floresta através da eliminação das espécies de baixo valor comercial, permanecendo na área, em convivência com os açazeiros, somente aquelas com possibilidade de proporcionar renda adicional a propriedade como cacauero (*Theobroma cacao*), andirobeira<sup>7</sup> (*Carapa guianensis*), buritizeiro<sup>8</sup> (*Vauritia flexuosa*), dentre outras.

O processo de manejo e colheita é realizado com extremo cuidado pelos produtores da microrregião. Observou-se nessas áreas extrema organização dos produtores, que realizavam suas atividades em grupos, com divisão de trabalho estabelecidas, obedecendo o horário de colheita na jusante<sup>9</sup> dos rios. Os cachos do açaí são retirados dos açazeiros pelos membros residentes das próprias comunidades, debulhados e colocados em cestas/paneiros para comercialização pelos barcos da região.

O processo de produção e extração do açaí é quase que unânime por todas as áreas de produção de açaí nativo na Microrregião de Cametá. O saber-fazer local e cultural do processo de produção do açaí está ligado à realidade vivenciada nas comunidades ribeirinhas que apesar de ser considerado um patrimônio histórico-cultural-geográfico da região não existe efetivação nesse reconhecimento.

O processo de manejo realizado nas áreas de várzea pelos ribeirinhos, são classificados geralmente em duas formas: o rudimentar e o técnico. O manejo rudimentar é caracterizado pela limpeza feita nas vias de acesso aos açazeiros, incluindo o corte de árvores, quando os extrativistas eliminam as plantas daninhas, o que pouco afeta a floresta (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). O manejo técnico, implica uma intervenção maior na floresta; normalmente, é realizado com base em uma orientação técnica. A sua forma mais branda preza por uma combinação de espécies no ecossistema, a mais intervencionista altera outras espécies e padroniza a quantidade de estirpes, ou caules, por touceiras (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). Ambas formas são realizadas pela maioria dos produtores da região, sendo o manejo rudimentar o mais efetivado.

---

<sup>7</sup>Andirobeira é uma árvore da família Meliaceae. O nome deriva de *ãdi'roba*, termo tupi que significa "óleo amargo"],

<sup>8</sup>Buritizeiro: Palmeira, também chamada buriti.

<sup>9</sup>Jusante: o sentido da correnteza num curso de água (da nascente para a foz, ou seja, vazante da maré; baixa-mar.).

Deve ser ressaltar que, geralmente, a plantação de novas palmeiras pelos ribeirinhos, nas áreas de várzea, ocorre com a coleta de novas mudas na floresta e o replantio nas áreas destinadas ao cultivo, em áreas abertas da várzea ou onde açazeiros foram cortados. As mudas nascem de sementes jogadas sob as árvores ou perto da residência do ribeirinho (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012).

A produção do açaí nessas áreas é realizada de forma rústica, tradicional, com uso de pouca técnica e equipamentos, fato este caracterizado por quase toda região de produção natural. Contudo, apesar disso, foi possível observar que em todas as localidades visitadas o açaí é produzido e coletado sem utilização de insumos ou fertilizantes, produção considerada orgânica que estabelece menos riscos à saúde humana.

A colheita do fruto, é uma atividade que dependendo de como é realizada, pode ser dificultosa, nas comunidades ribeirinhas da Microrregião é um processo feito manualmente. Explica Rogez (2000) “Para subir até o cume do estipe, os apanhadores utilizam uma espécie de cinto trançado por eles mesmos, que é chamado regionalmente de peconha” (2000, p. 73). Por esse motivo, a pessoa que sobe nas árvores é regionalmente conhecida como peconheiro, é considerada uma tarefa árdua e arriscada, geralmente feita por homens e crianças e adolescentes por serem mais leves.

Depois de ser retirado da árvore, é realizado o processo chamado de debulhamento do fruto. Nessa etapa o debulhador passa seus dedos entre os ramos pressionando-os para forçar os frutos a cair no pano. Essa é tarefa é feita geralmente pelo próprio peconheiro e seus familiares, os quais retiram os frutos dos cachos e colocam em cestas para ser comercializados nos portos geralmente no mesmo dia de colheita devido ser um produto altamente perecível e, portanto, deteriora-se com extrema facilidade, tendo sua vida útil resumida a poucas horas à temperatura ambiente. Observe o processo manual de colheita e debulha do açaí na figura 10, localidade visitada no interior do município de Igarapé-Miri, comunidade Nazarézinho a margem do Rio Meruí.

**Figura 10 – Processo de colheita (A), processo de retirada dos frutos do cacho de açaí (B)**



Autora: Rayanni Cabral, pesquisa de campo, abril de 2022

Destacamos na figura 11 o desembarque da produção de açaí, oriunda do município de Igarapé-Miri no porto do rio Meruú, trazido por barcos que servem de transportes para o açaí. Geralmente são pequenas embarcações utilizadas pelos atravessadores, ou pelos próprios produtores, para transportar o açaí para as feiras ou para ser encaminhado à exportação.

**Figura 11 – Barcos de transporte de Açaí**



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2022. Autora: Rayanni Cabral.

Grande parte da produção de açaí da microrregião é desembarcado nos principais portos da região o porto do Meruú, distrito de Igarapé-Miri e porto de Carapajó, distrito de Cametá, ambas produções oriundas das diversas ilhas e arquipélagos nativos da região do Baixo Tocantins. O transporte dos frutos é feito através de pequenas embarcações, armazenados geralmente em sacos plásticos ou em basquetas<sup>10</sup> e comercializadas diretamente nos portos.

O atravessador é o principal consumidor direto da produção nos portos, e atua como intermediário da produção dos produtores com as indústrias da região. Após o desembarque do fruto nos portos, o açaí é repassado para o caminhão das empresas compradoras do fruto. Nesse local ele é retirado do paneiro e é substituído por basqueta de plástico.

Na figura 12, destaca-se o processo de abastecimento dos caminhões baú, onde o açaí é vendido do produtor ao comprador, carregado já em basquetas por trabalhadores braçais que carregam primeiramente os paneiros até a balança e posteriormente para o caminhão.

**Figura 12 – Abastecimento dos caminhões para o transporte do açaí até as agroindústrias**



Autora: Rayanni Cabral, pesquisa de campo, abril de 2022.

---

<sup>10</sup> Basquetas são caixas vazadas utilizadas principalmente para armazenamento de alimentos, pois tem as laterais e fundos vazados, tendo espaço arejado ao produto e com ombreiras arredondadas que facilitam o carregamento.

Após a produção ser armazenada nos caminhões, destina-se às indústrias da Microrregião, as quais realizam o processo de despulpamento, beneficiamento e tratamento do fruto, que comercializam para outras empresas nacionais e globais que modificam o produto em outras formas de consumo.

A forma que é realizado o processo de manejo, colheita e transporte do fruto influencia diretamente no padrão de qualidade do produto e marca todo o território da Microrregião. Esses processos assinalam experiências, vivências únicas e típicas dessa região, mas que muitas das vezes, não são reconhecidas e valorizadas.

Desse modo, a proposta de indicação geográfica estabelece o reconhecimento não só do produto, mas de seu processo produtivo para valorização do processo. Para tanto, as comunidades da região poderiam explorar seu potencial territorial e o saber-fazer local, num processo de construção coletiva, cujo resultado poderia ser a diferenciação do produto do açaí com qualidade para o mercado.

#### **4.2 Processo de qualificação da produção e agregação de valor ao produto**

O aumento da produção e o progressivo crescimento comercial do açaí na Amazônia é explícito, e levou em consideração que a dada produção não se atribui exclusivamente do aspecto econômico, mas nas cadeias de valor predominantes no meio rural (MEIRELLES FILHO, 2016).

Assim, nestes últimos anos, o modelo de desenvolvimento para a Amazônia em especial para a região do Baixo Tocantins não garante a segurança de sua população, em especial as tradicionais e do meio rural. (MEIRELLES FILHO, 2016).

A produção de açaí na Amazônia, e na Microrregião de Cametá acompanha uma série de dificuldades no que tange o seu processo produtivo. Na região o açaí ainda é produzido com pouca qualificação de maneira rudimentar, precária, que não respeita as legislações ambientais e sociais vigentes.

Atualmente, muitas empresas alimentícias buscam a transparência pela forma que é produzido os alimentos que comercializam, como estratégia de divulgação/marketing e preocupação pelas normas e legislações ambientais e sociais. Atrelado a isso, muitos consumidores também passaram a ter curiosidade acerca da origem de produção dos alimentos que consomem, dos métodos e insumos que foram utilizados na sua produção e maneira de preparo desse alimento.

Se referindo ao produto açaí, que é encontrado de forma abundante nas áreas de várzeas, este é produzido na maioria dos locais da região sem uso de insumos ou

fertilizantes, produção considerada orgânica que estabelece menos riscos à saúde humana. O manejo que geralmente é realizado na região pratica apenas retirada de árvores consideradas pouco produtivas e estimula a plantação de novos açazeiros, assim como de outros alimentos que contribuem para a nutrição dos açazeiros.

Essa forma que o açai é produzido é visto como método benéfico, mas ainda assim não é uma realidade em toda região. O registro de uma IG para o açai na região ajudaria a incentivar esse método em todo território, tornando uma produção sustentável e orgânica.

De outro modo, se tratando da forma que o açai é produzido, ainda é necessário vencer muitas barreiras. Isso porque o processo de produção e comercialização do fruto é realizado de maneira rudimentar, com pouca técnica, envolvendo muitos riscos de acidentes, além de possuir uma cadeia desigual de valor, e não obedecer a critérios fundamentais estabelecidos pelas legislações sociais e ambientais.

Ressalta-se o trabalho rural no contexto paraense em especial a cadeia de valor, tais como: batedores de açai (processadores locais), atacadistas, os atravessadores, industriais e varejistas não zelam pela categoria do trabalho do peconheiro (extrativista) e, também, o consumidor deste produto desconhece a forma precária do serviço deste profissional.

Dentre os processos de produção do fruto, o trabalho da colheita do açai é considerado o mais precário na cadeia de valor, além de ser considerado o trabalho mais arriscado, o nível de precariedade das atividades do trabalho do peconheiro (extrativista) algo típico, campestre, subir no açazeiro e o próprio processo de manejo dos açazeiros, que adentra as áreas alagadas, além de obter baixa remuneração da atividade, tais fatos resultam em um conjunto de desafios e riscos que não dimensionados e ou enfrentados, pelo poder público ou pelas famílias em que se pode afirmar que, até o momento, uma questão invisível para a maior parte da sociedade e das organizações públicas e privadas.

Por sua vez, as cadeias de valor tradicionais, relacionadas ao extrativismo e à agricultura familiar, apresentam desafios como a informalidade nas relações de trabalho e a alta insegurança para a saúde no manejo de recursos naturais. Isto ocorre especialmente em cadeias de valor que crescem rapidamente, como é o caso do açai, que emprega centenas de crianças que se arriscaram subindo e descendo dos açazeiros para apanhar o fruto, considerado uma violação de direito da criança e

adolescente (MEIRELLES FILHO, 2016).

O Estado Pará é considerado no mundo como o maior produtor do fruto do açaí, porém este título esconde a triste realidade da estatística do trabalho infantil, pois na região, muitos adolescentes e crianças, principalmente residentes da zona rural, atrever-se ariscando suas vidas para subirem e descerem das palmeiras dos açazeiros para colherem seus frutos, uma atividade extremamente ariscada, porque qualquer descuido pode ser fatal.

Vale salientar que recentemente o açaí entrou na lista do trabalho infantil do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, gerando uma imagem negativa mundialmente. O trabalho infantil é considerado crime ao responsável para quem submete adolescente ou a criança, a este tipo de trabalho, podendo chegar a quatro anos de prisão.

O município Igarapé-Miri que fica situado na Amazônia paraense na Microrregião de Cametá, foi possível observar em campo, pratica de famílias ribeirinhas que trabalham colhendo o açaí incluir crianças, muita das vezes filhos e netos de produtores, que sobem nos açazais muitas de vezes ao dia, com um facão nas costas e sem proteção e adentram as áreas alagadas das várzeas passíveis as situações perigosas.

Segundo Meirelles Filho (2016) a escolha de crianças para colheita do açaí tem a ver com fato delas serem leves, o que diminui as chances de acidentes por quebra de galhos, pois as palmeiras chegam a mais de 20 metros de altura. Este viés simbólico do açaí está ligado à dinâmica social dos ribeirinhos, em particular do município de Igarapé-Miri, sendo a principal ocupação e atividade econômica dos que vivem na região, produção esta que leva os discentes da comunidade a evadirem de estudos, a fim de um trabalho sazonal<sup>11</sup> e as crianças e adolescentes são especialmente valorizadas nesse mercado de trabalho, pelo fato de serem pequenas para subir na palmeira do açazeiro para colher o fruto.

Embora a Constituição Federal (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proibirem o trabalho antes de os 14 anos (a não ser na condição de aprendiz), entretanto o que se constata em Igarapé-Miri, nas comunidades do município a

---

<sup>11</sup> O trabalho sazonal pode ser considerado como trabalho temporário. Esse estilo de emprego costuma ocorrer em determinados períodos do ano que atingem muito a produção e o comércio de forma direta, principalmente no fim de ano, carnaval e outras datas comemorativas. Assim como em Igarapé-Miri no estado do Pará que ocorre com a safra do açaí no período de agosto a dezembro.

maioria dos alunos no período da safra do açaí abandonam a escola para irem colher o fruto. A participação de crianças e adolescentes na colheita do açaí prejudica sua vida futura, o seu desempenho escolar acarreta muitos estudantes a evasão escolar. (BRASIL/CF, 1988) (BRASIL/ECA, 1990)

Atualmente, o município de Igarapé-Miri tem a produção do açaí como sua principal fonte de renda, com isso uma parcela significativa de sua população, principalmente os ribeirinhos que fazem a produção e a extração do açaí. Assim, acaba tendo o uso de território e se materializam na área ribeirinha uma intensa correlação com a produção significativa do açaí, essa que é atividade econômica de muitas famílias ribeirinhas, que vem de uma forma intensa fortalecer a economia municipal.

No auge da safra do açaí no município de Igarapé-Miri que vai de agosto a dezembro, todos os interesses são direcionados para a colheita e a comercialização do fruto, nesse período da safra normalmente a mão de obra usada para a extração do fruto é contratada e isso interfere diretamente no âmbito escolar (inclusive os alunos deixam de estudar para trabalharem na colheita do açaí) assim surgindo uma alta evasão escolar nesse período, uma vez que a maioria dos peconheiros contratados para a extração do açaí são jovens adolescentes., período em que o trabalho infantil aumenta em Igarapé-Miri.

Conforme pesquisa realizada em três escolas de nível fundamental, que atende crianças de idade 7 a 16 anos, localizadas em áreas ribeirinhas do município de Igarapé-Miri constatou-se que no ano de 2022, o quadro estatístico de aprovação, reprovação, repetência e evasão, obtiveram um resultado preocupante. Vejamos os resultados obtidos por escola:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental “Caetano Corrêa Leão”, localizada no campo do Município de Igarapé-Miri / PA. Na PA 407 – KM 09, Vila Suspiro, Distrito Meruú-Açu. Oferece o Ensino Fundamental 1º ao 9º ano.

**Tabela 11: Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo**

| Ano | Série | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Repetência | Evadidos |
|-----|-------|--------------|-----------|------------|------------|----------|
|     | 1º    | 24           | 23        | 0          | –          | 01       |
|     | 2º    | 21           | 21        | 0          | –          | 0        |

|             |    |    |    |    |   |    |
|-------------|----|----|----|----|---|----|
| <b>2022</b> | 3º | 54 | 40 | 12 | — | 02 |
|             | 4º | 42 | 30 | 08 | — | 04 |
|             | 5º | 52 | 41 | 09 | — | 02 |
|             | 6º | 84 | 68 | 06 | — | 10 |
|             | 7º | 68 | 58 | 04 | — | 06 |
|             | 8º | 61 | 51 | 03 | — | 07 |
|             | 9º | 44 | 35 | 02 | — | 07 |

**Fonte:** secretaria da escola (2022)

- A Escola Municipal de Ensino Fundamental Eládio Correa Lobato está localizada às margens da Rodovia PA 151, km 100 na localidade do Alto Rio Meruú no Município de Igarapé-Miri /PA. Oferece o Ensino Fundamental 6º ao 9º ano.

**Tabela 12: Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo**

| Ano  | Série | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Repetência | Evadidos |
|------|-------|--------------|-----------|------------|------------|----------|
| 2022 | 6º    | 151          | 89        | 29         | -          | 33       |
|      | 7º    | 101          | 75        | 16         | -          | 10       |
|      | 8º    | 72           | 61        | 06         | -          | 05       |
|      | 9º    | 60           | 39        | 08         | -          | 13       |

**Fonte:** secretaria da escola (2022)

- A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Vitorino Pena de Moraes está localizada na comunidade do Rio Anapu no Município de Igarapé-Miri /PA. Oferece o Ensino Fundamental 1º ao 9º ano.

**Tabela 13: Estatística de aprovação, reprovação, repetência e evasão, por quantitativo**

| Anos        | Série | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Repetência | Evasão |
|-------------|-------|--------------|-----------|------------|------------|--------|
| <b>2022</b> | 1º    | 20           | 20        | --         | --         | --     |
|             | 2º    | 25           | 25        | --         | --         | --     |
|             | 3º    | 38           | 38        | --         | --         | --     |
|             | 4º    | 35           | 35        | --         | --         | --     |
|             | 5º    | 46           | 40        | --         | --         | 06     |
|             | 6º    | 49           | 34        | 09         |            | 06     |
|             | 7º    | 54           | 39        | 11         | -          | 04     |
|             | 8º    | 32           | 25        | 05         | -          | 2      |
|             | 9º    | 21           | 17        | 03         | -          | 01     |

**Fonte:** secretaria da escola pesquisada (2022)

Ao constatar nas tabelas 01, 02 e 03, observou-se um aumento quantitativo de casos de evasão escolar e reprovação nas três escolas. A gestão das escolas relatou que quando chega o segundo semestre do ano letivo alguns alunos saem para trabalhar na safra do açaí e no ano seguinte, alguns retomam outros não, assim como explicaram que no ano de 2022, não houve repetência, pelo fato de que ano de 2021, por conta de um decreto de lei municipal de número 01/2021 que aprovou todos os alunos, devido todas as escolas estarem trabalhando com a modalidade remota. Diante disso, compreende-se que o trabalho na produção do açaí é um trabalho com forte uso de exploração infantil que impacta diretamente na vida acadêmica de um educando.

Segundo Bequelle, (1993, p.44), o trabalho infantil é a entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho nas condições atuais e históricas do capitalismo no Brasil.

Para a Constituição Federal (1988, p.107) no capítulo VII, artigo 227, § 3º define que o trabalho infantil é o trabalho realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para entrar no mercado de trabalho.

O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:  
I -idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;  
II - Garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;  
III- garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;  
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Apesar do trabalho infantil ser proibido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, garante idade mínima de 14 anos de idade para a admissão ao trabalho. No Brasil ainda há muitas crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade trabalhando, (BRASIL,1988). Muitas vezes, esses trabalhos ocorrem em atividades onde as crianças passam por dificuldades e precisam praticá-las, conforme muitas famílias pensam, mas este trabalho leva ao prejuízo na saúde e até mesmo no desenvolvimento físico, psicológico e social dos menores que o praticam.

No entanto, é preciso repensar essa definição, contemplando certos aspectos de tradições culturais em diferentes lugares do mundo, e principalmente na região do Baixo Tocantins. Em algumas sociedades, a transmissão cultural realiza-se oralmente, não havendo registros escritos de sua história, técnica. Assim, em alguns lugares onde se pratica a agricultura tradicional ou produção artesanal, crianças e adolescentes realizam desde cedo trabalhos sob a supervisão dos pais como parte

integrante do processo de socialização, ou seja, um meio de transmitir, de pais para filhos, técnicas tradicionalmente adquiridas. Segundo Bequelle (1993, p.22) o trabalho pode ser também motivo de satisfação para as próprias crianças, como também servir de vetor para a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

Esse fato ocorre tanto nas áreas rurais como nas urbanas. Nas áreas rurais é comum as crianças ajudarem seus pais na atividade agrícola como, por exemplo, no nordeste do estado do Pará preferencialmente nos municípios da região tocantina os produtores rurais trabalham na produção de açaí e farinha de mandioca. Nas áreas urbanas existem menores nas ruas vendendo produtos como: chicletes, bombons, chope, salgados, etc. Esses menores normalmente são responsáveis por grande parte da renda familiar, contribuindo para a sobrevivência dos demais membros da família e em alguns casos mantendo-o. (BEQUELLE, 1993)

Por outro lado, quando termina a safra do açaí, a condição socioeconômica fica precária, porém muitas pessoas pensam que os menores começam a trabalhar para ter um futuro melhor, ledo engano se considerarmos a situação de miséria dessas famílias, assim podemos dizer que a ausência do poder público, de escolas e de atividades de lazer são alguns dos fatores relevantes que levam todos esses menores a trabalharem sem estarem preparados para ingressarem no mercado de trabalho.

Vale destacar que para a criança se desenvolver intelectualmente é preciso estudar, mas também brincar e respeitar as fases da vida, sendo assim preparar-se para o mercado de trabalho se faz necessário. Por esse motivo as Nações Unidas e a Comunidade Internacional estipulam leis e metas para garantir que as crianças completem a educação básica gratuita, sensibilizando a sociedade em geral para a eliminação do trabalho infantil.

A Constituição Federal (CF,1988), afirma que é dever do Estado Brasileiro garantir a educação, a todos, em idênticas condições de acesso e permanência na escolar, de forma gratuita, visando com isso garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Após seis anos, a lei do ECA, também em consonância com a Constituição Brasileira, surge, a lei de diretrizes e base da educação LDB (9394/96") que propõe avanços se utilizado por meio de um olhar crítico. No que tange a escola, em seu interior há diversas ações que podem aperfeiçoar a prática educativa de maneira efetiva. Entre elas a sociedade civil organizada e o poder público. (BRASIL/LDB, 1996)

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho. (BRASIL/LDB, 1996, p.05).

Deste modo compreende-se que a educação não é tão somente um direito cuja responsabilidade está imposta por apenas a um órgão ou instituição, todavia é um direito que tem sua fundamentação assegurada por lei do estado, a qual deve ser compartilhada acima de tudo por todos os cidadãos brasileiros.

Diante dos dados expostos, a problemática do trabalho infantil entre outros pontos citados configura, a precariedade no sistema atual de produção do fruto na região. Dessa forma, a indicação geográfica seria um potencial mecanismo de ruptura dessa triste realidade, uma vez que, para sua utilização do selo deve-se ser obedecido critérios de formação, e assim os cumprimentos das leis ambientais, sociais e econômicas.

A IG possibilita a ampliação da qualificação da produção por todo território. O registro de IG para o açaí na região qualificaria o processo produtivo, em melhores condições de colheitas, segurança e estaria permitindo o no enfrentamento do trabalho do infantil.

As indicações geográficas são capazes de impulsionar o desenvolvimento regional de territórios marginalizados, ou seja, daqueles territórios que não são os principais destinatários das políticas de desenvolvimento, tanto no aspecto social, quanto no econômico. São aptas a valorizar os produtos da agricultura familiar de menor escala, especificamente das comunidades tradicionais (PAZ, 2019).

Uma das vantagens da IG é que agrega valores aos produtos ou serviços, representando uma proteção do trabalho, da cultura e do território da região, o que traz benefícios para a economia local. Dessa forma, as indicações geográficas representam muito mais do que um sinal que qualifica um produto no mercado; são os valores agregados e os impactos que podem ser gerados na sociedade que possibilitam que sejam um meio para o desenvolvimento regional de forma inclusiva.

O selo de origem da IG agrega valores como tradição, cultura e características reconhecidas, beneficiando os produtores, os consumidores e toda a região, para estimular a governança local, auxiliar na promoção do turismo e de atividades culturais de promoção daquele território.

Froehlich e Vendruscolo (2008) ressaltam que as características e a potencial agregação de valor desses produtos se tornam importantes ao desenvolvimento

territorial, devido a sua autenticidade, combinados com a sua história, cultura e tradição.

Para além do reconhecimento e valorização dessa cultura uma IG para o açaí na Microrregião de Cametá possibilitaria a qualificação no processo produtivo na cadeia produtiva. Isso porque a criação de uma IG estabelece normas e critérios que devem ser obedecidos para a utilização deste selo no território. Dentre as possíveis regras que poderão estar estabelecidas no caderno de especificações técnicas de um IG para o açaí são: realização de manejo orgânico, ou seja, sem utilização de insumos e fertilizantes; utilização de EPIs para garantir a segurança dos peconheiros inseridos no território; proibir a atuação de crianças e adolescentes no processo de produção e colheita do fruto; regulamentação de valores atribuídos a cada integrante da cadeia. Entre outros fatores.

A inclusão do produto do açaí nesse modelo de comercialização realçando a sua qualidade, a história e a notoriedade são fatores que colaboram para a agregação de valor e de preço do açaí, conseqüentemente, impactam na renda do produtor, seja aquele com ou sem IG, isso porque impulsiona acesso a mercados e reputadas pelos consumidores como um mecanismo de garantia de qualidade.

Dessa forma, ao agregar valor ao produto, associando-o à tradição, à identidade e à cultura, o sinal de origem foi capaz de gerar benefícios para a sociedade como um todo. Os benefícios alcançaram os produtores, os consumidores e a região, uma vez que estimularam a atuação da governança local para a promoção do turismo e de atividades culturais (SEBRAE, 2016).

As indicações geográficas são potenciais instrumentos de desenvolvimento territorial, formalizando as técnicas de, por meio da organização dos produtores envolvidos na cadeia produtiva, e de levar ao mercado produtos tradicionais, que congregam o conhecimento adquirido ao longo do tempo.

#### **4.3 Construindo o território da IG: atores, cooperação e políticas públicas**

O registro de indicação geográfica atribuída como estratégia de desenvolvimento compreende potenciais benefícios a grupo de sujeitos que produzem e comercializam determinada cultura no território do signo adquirido. No caso do açaí da Microrregião de Cametá, os benefícios podem compreender a todos os integrantes do circuito produtivo do fruto, produtores, peconheiros, comerciantes, empresários, consumidores e a população residente local, uma vez que a IG possibilitaria a atuação

da governança local para a promoção do turismo e atividades culturais na região diante da valorização das tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens imateriais associados à identidade territorial.

Contudo a aquisição desse signo que compreende a todos esses agentes do açaí ainda é uma realidade pouco explorada pelos integrantes e pesquisadores da microrregião cametaense.

No estado do Pará vários produtos como queijo do Marajó, farinha de Bragança e outros produtos cumpriram os requisitos de comprovação e aprovação para uso do signo pelos atores locais. Entretanto, ainda é inexistente no estado o reconhecimento de uma indicação geográfica do açaí, mesmo sendo o estado do Pará o maior produtor e exportador do fruto no mundo. A temática da indicação geográfica para o açaí no estado ainda obteve pouca discussão e análise pelo Fórum de Indicação Geográfica do estado do Pará. Sendo que para garantir a aquisição da IG, faz-se necessário primeiramente o fomento e incentivo da discussão por parte da coletividade que integra a cultura no território para realização do pedido no INPI.

Estudos de Silva e Cruz (2021) identificaram a existência de mais de 45 produtos no estado do Pará com potencial para o registro de identificação geográfica, dentre estes produtos apontam fortes potenciais de IG do açaí para os municípios integrantes da Microrregião de Cametá, como Igarapé-Miri, Abaetetuba e Cametá. O estudo identificou também que os consumidores paraenses escolhem seus produtos preferidos pela origem, ou seja, existe uma correlação entre origem e qualidade do produto. Esse estudo levou em consideração a fama e o conhecimento por parte da população de consumo do açaí na região e discussão no Fórum de Indicação Geográfica.

A partir desse estudo, compreende-se fortemente a relevância do açaí nos municípios do estado do Pará, sendo a maioria os municípios integrantes da Microrregião de Cametá. Contudo, apesar desses fatores demonstrarem potencial relevância do açaí, ainda é inexistente a certificação de açaí para o estado do Pará que necessita de um levantamento de inúmeros entrepostos e requisitos para sua aprovação.

De acordo com o art. 14 da Portaria/INPI Nº04/22, podem ser requerentes de um registro de IG no Brasil: o substituto processual, o único produtor ou prestador de serviço e o requerente estrangeiro de uma IG já reconhecida no exterior. Sendo dentre esses o substituto processual o requerente que mais realiza pedidos de IG no Brasil.

De acordo com a Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD) o substituto processual é a entidade representativa da coletividade legitimada a requerer o registro de IG. Ele não é o titular do registro em si, mas o intermediário entre o INPI e os produtores ou prestadores de serviço. São considerados substitutos processuais: associações, sindicatos, federações, confederações e qualquer outra entidade representativa da coletividade que possa atuar como tal, em razão da lei específica. Ainda segundo a ACAD, para atuar como requerente o substituto processual deve obrigatoriamente estar estabelecido na área que será solicitada o registro e ser representativo da coletividade, quando social composto por membros da cadeia produtiva.

O uso do registro de uma indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, desde que cumpram as disposições do caderno de especificações técnicas e estejam sujeitos ao controle definido, tal formalização estabelecido no art. 182 da LPI e 15 da Portaria/INPI/PR Nº04/22.

Ainda é importante ressaltar que segundo o INPI o produtor ou prestador de serviço não necessariamente precisa ter vínculo com o substituto processual para fazer uso da IG, isto é, para fazer uso da IG não precisa ser associado, sindicalizado, ou membro da entidade que atua como substituto processual junto ao INPI, uma vez que o registro do signo distintivo é benefício para todos que utilizam esse produto ou serviço como produção, extração, comércio e que estejam dentro do território e cumpram com os critérios de qualidade exigidos.

Para garantir a proteção de uma IG no INPI o requerente precisa atender alguns critérios de documentações necessárias que varia de acordo com a espécie requerida (IP ou DO) e as particularidades do requerente. São os documentos necessários para o requerimento nacional:

- Requerimento: primeiro documento a ser preenchido pelo requerente, gerado eletronicamente pelo módulo e-IG no momento da solicitação.

- Caderno de especificações técnicas (CET): documento norteador da IG, ele deve refletir a realidade local e as particularidades do produto ou serviço, que o sinal visa a analisar, não devendo conter condições irreais que dificultam ou inviabilizam o uso da IG.

- Comprovante de pagamento GRU: Informação sobre valores e descontos aplicáveis.

- Comprovação da legitimidade do requerente: Conjunto de documentos que comprovem a legitimidade do requerente como estatuto social, ATA de aprovação do estatuto social, ATA de posse da diretoria, ATA de aprovação do caderno de especificações técnicas, entre outros.

- Documentação comprobatória da espécie requerida: Documentação que comprove a espécie do produto estabelecida, para IP necessita da comprovação que o nome geográfico ou seu gentílico se tornou conhecido como centro de produção, extração ou fabricação de determinado produto ou prestação de serviços, e, para DO comprovações de que o meio geográfico, incluindo fatores humanos e naturais influenciam nas características do produto ou serviço.

- Instrumento Oficial de delimitação da área: Documento que apresenta os limites geográficos para os produtores ou prestadores de serviços que utilizaram a IG.

- Representação da IG: documentação opcional, devendo ser apresentada, se for o caso, junto ao requerimento eletrônico.

Segundo o INPI, outros documentos podem ser anexados junto ao processo de acordo com os critérios estabelecidos para cada área e espécie solicitada em registro. São muitos os percursos burocráticos para aquisição de uma IG, pois faz-se necessário analisar e comprovar sua legitimidade.

Dentre os documentos acima citados, pode-se considerar o caderno de especificações técnicas um dos mais importantes. O CET é o documento elaborado pelos produtores ou prestadores de serviço, estabelecidos no local ou região, que descreve as características do produto ou serviço, a forma de obtenção do produto ou da prestação de serviço e os mecanismos de controle, como condição do uso da Indicação Geográfica (IG) a ser reconhecida pelo INPI.

O INPI elaborou em 2018 um guia de Indicação geográfica nele é estabelecido os seguintes requisitos que deverão constar no Caderno de Especificações Técnicas, são esses:

- o nome geográfico;
- a delimitação da área geográfica;
- a descrição do produto ou serviço objeto da IG;
- a descrição do processo de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço, em relação à Indicação de Procedência (IP);

- a descrição do processo de obtenção ou da prestação de serviço e das qualidades ou características do produto ou serviço que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, em relação à Denominação de Origem (DO);
- a descrição do mecanismo de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços;
- a descrição do mecanismo de controle sobre o produto ou serviço;
- as condições e proibições de uso da IG; e
- as eventuais sanções aplicáveis ao uso indevido da IG.

Todos esses requisitos devem estar presentes no CET de modo que as informações comprovem o diferencial do produto da IG.

Após apresentado e protocolado o pedido de registro de identificação geográfica, a solicitação passará pela fase de exames dividida em duas fases: exame preliminar e exame de mérito. Os artigos de 19 a 22 da portaria/INPI/PR Nº 04/22 dispõem a respeito do fluxo do pedido de registro de IG.

Art. 19. Apresentado e protocolado o pedido de registro de Indicação Geográfica, será o mesmo submetido a exame preliminar para verificação da presença dos documentos previstos no art. 16.

§1º Durante o exame preliminar poderão ser formuladas exigências para regularização do pedido de registro.

§2º As exigências deverão ser respondidas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias desde a sua publicação, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro.

§3º O INPI poderá recomendar, em sede de exigência, a alteração da espécie da Indicação Geográfica para melhor adequação ao conteúdo do pedido.

§4º Caso haja algum impedimento à continuidade do exame, o pedido poderá ser sobrestado.

Art. 20. Regularizado o pedido de registro, será considerado concluído o exame preliminar, sendo o pedido de registro publicado para manifestação de terceiros interessados.

§1º A publicação do pedido de registro para a manifestação de terceiros será acompanhada do caderno de especificações técnicas da Indicação Geográfica e do instrumento oficial de delimitação da área geográfica.

§2º O prazo para manifestação de terceiros é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação do pedido de registro.

§3º Decorrido o prazo previsto no §2º e, havendo manifestação de terceiros, a mesma será publicada, podendo o requerente apresentar resposta, caso seja de seu interesse, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação.

§4º As manifestações e as respostas serão analisadas durante o exame de mérito.

Art. 21. Encerrados os prazos fixados no art. 20, será efetuado o exame de mérito do pedido, durante o qual poderão ser formuladas exigências para esclarecimentos de questões relacionadas ao mérito.

§1º A exigência deverá ser respondida dentro do prazo de 60 (sessenta) dias desde a sua publicação, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro.

§2º O INPI poderá recomendar, em sede de exigência, a alteração da espécie da Indicação Geográfica para melhor adequação ao conteúdo do pedido.

§3º Caso haja algum impedimento à continuidade do exame, o pedido poderá ser sobrestado.

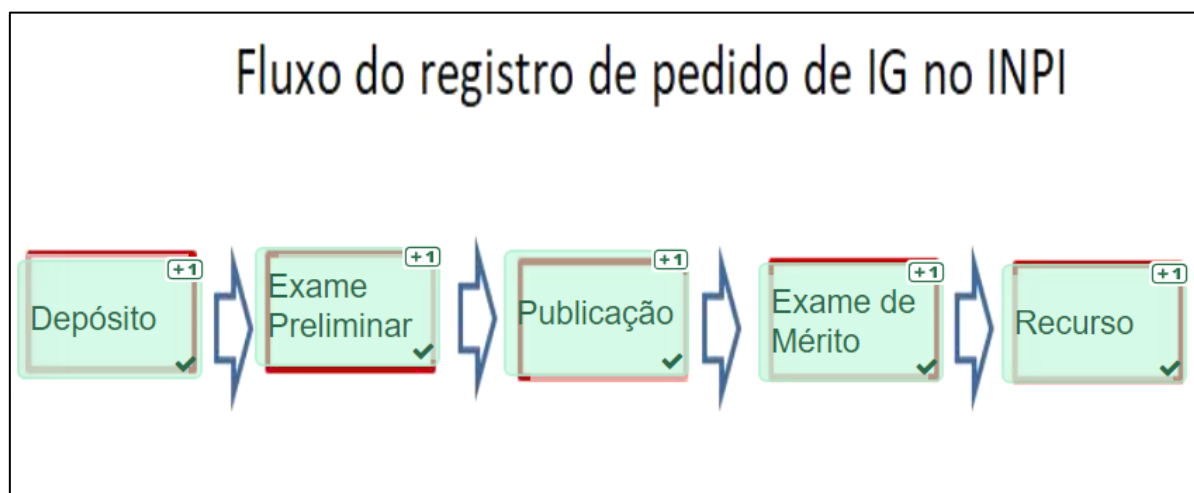
Art. 22. Realizado o exame de mérito, será proferida decisão de concessão ou indeferimento do pedido de registro da Indicação Geográfica, com a respectiva publicação.

§1º Concedido o registro, será simultaneamente expedido o respectivo certificado, que ficará disponível ao requerente no Portal do INPI, na intranet.

§2º O pedido de registro será indeferido quando não forem observadas as proibições e os requisitos previstos na Lei nº 9.279/1996, nesta Portaria e nos atos normativos relacionados a Indicações Geográficas expedidos pelo INPI. (LPI - arts de 19 a 22 da portaria/INIPI/PR Nº 04/22)

Conforme estabelecido na Lei de Propriedade Industrial, no decorrer das duas fases de exame o pedido poderá sofrer exigências, ser sobrestado ou arquivado. Observe na figura 13 o organograma de representação de fluxo de pedido de IG no INPI.

**Figura 13 – Organograma de representação de fluxo de pedido de IG no INPI**



Fonte: Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD) 2023.

Ao final do exame de mérito, como resposta definitiva do processo de registro, o pedido será considerado deferido ou indeferido, cabendo recurso contra qualquer uma das decisões. Sendo possível futura a alteração de registro após decorridos 24 meses da data do registro.

O processo de registro de uma IG demora em média um ano para obtenção do signo definitivo, isso desde que cumpra todas as etapas necessárias consecutivamente.

Diante das informações apresentadas sobre o processo de registro, compreende-se que o fator prioritário se trata do requerente do registro. Se tratando

da cultura do açaí, até o momento, não foi realizado nenhum pedido de certificação de IG para esse produto no INPI. Tal fato levanta questionamentos da possível falta de conhecimento e discussão sobre esse registro pelos produtores e comerciantes de açaí na região.

Na microrregião de Cametá é possível observar grupos fortemente articulados e organizados envolvendo a cultura de açaí na Microrregião de Cametá, são essas, associações e cooperativas que poderiam agir como intermediários no processo de pedido como substituto processual, pois são considerados entidades representativas da coletividade de produtores de açaí na região. Além do papel das indústrias locais que poderiam fomentar esse diálogo, uma vez que, o registro seria benefício a todos os integrantes da cadeia do açaí na região.

Além disso, enfatizamos também a participação dos representantes de instituições governamentais que auxiliaram na divulgação da temática tanto para os produtores dos respectivos municípios de abrangência da IG quanto para os gestores estaduais e municipais, instituição de fomento e pesquisa, meios de comunicação etc.

Para tanto, o diálogo e intenção do registro para o açaí ainda é fato inexistente nesses municípios. Foi realizado primeiramente um diagnóstico com produtores e representantes agroindustriais dos municípios da Microrregião de Cametá acerca do conhecimento do registro de IG, conforme demonstrado no quadro 04.

#### **Quadro 5 - Respostas dos entrevistados sobre o conhecimento de Indicação geográfica.**

| Pergunta: O senhor (a) conhece ou já ouviu falar sobre indicação geográfica? Se sim, descreva. |   |
|--|---|
| <b>Produtor</b>  | <b>Resposta</b>                                 |
| Produtor comunidade Igarapé-Miri Velho – Município de Igarapé-Miri                             | “Não sei o que é, mas gostaria de saber sobre”. |
| Produtor 2 comunidade Igarapé-Miri Velho - Município de Igarapé-Miri                           | “Nunca ouvi falar”.                             |
| Produtor Paruru – Município de Abaetetuba  | “Não conheço isso não”.                         |
| Produtor Curuçambaba – Município de Cametá   | “Não, isso é o que?”                            |
| Produtora 2 Curuçambaba – Município de Cametá  | “Não.”  |

|  |   |
|--|---|
| Produtor/Comerciante –<br>Mercado do Ver-o-Peso em<br>Belém              | “Não conheço”.  |
| Produtor/Comerciante 2 –<br>Mercado do Ver-o-Peso em<br>Belém            | “É aquilo igual da farinha de Bragança?”.   |
| Produtor/Comerciante 3 –<br>Mercado do Ver-o-Peso em<br>Belém            | “Sei não moça”.   |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Abaetetuba Açai<br>Paraense   | “Sim, já ouvir falar sobre, seria ótimo para identificar<br>o açai do município de Abaetetuba”.   |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Abaetetuba Sabor<br>Açai      | “Não conheço.”  |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Igarapé-Miri<br>Nutrilatino   | “Sim, é aquele selo de identificação de um produto,<br>isso seria ótimo para o açai, pois comercializamos<br>o açai daqui para muitos lugares e estados, seria<br>ótimo ter esse reconhecimento, valorizaria o açai do<br>Baixo Tocantins”. |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Igarapé-Miri<br>Vitanat       | “Sim, já ouvi falar, aqui no Pará tem alguns produtos<br>que já conseguiram a indicação geográfica, mas<br>acho que não tem para o açai.”   |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Igarapé-Miri Açai<br>Miriense | “Não, conheço o que seria?”.  |
| Representante Agroindustrial<br>Fábrica de Cametá Central do<br>Açai     | “Sim, tem vários materiais que estão falando disso<br>atualmente, seria bom ter pro açai para valorizar o<br>açai da região”.   |

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo. Organização: Rayanni Cabral. 2022

Através dos dados obtidos, pode-se observar nas respostas dos entrevistados o pouco conhecimento, principalmente dos produtores acerca de indicação geográfica. Esse fato é devido ser um assunto pouco debatido e explorado, principalmente nos interiores dos municípios que são áreas que carecem de serviços básicos entre esses educacionais. A maioria dos representantes agroindustriais da região apresentaram ter um conhecimento breve sobre o assunto de IG, e ademais demonstraram o interesse em uma IG para o açai da região, intensificadas nas palavras “identificar”, “valorizar” o açai local.

Dado o desconhecimento sobre indicação geográfica detectado nos produtores da região, foi apresentado seu significado adentrando nos benefícios que uma IG do açai traria para todos os integrantes da cadeia produtiva e residentes locais, através da visibilidade para a Microrregião de Cametá com o desenvolvimento de outros

setores como o turismo, gastronomia, cultura etc. A partir disso, percebeu-se um interesse dos produtores sobre o assunto para além dos benefícios econômicos, os produtores entendem que a IG irá trazer vantagens à região, a partir do desenvolvimento em conjunto de uma série de atividades econômicas.

Todas essas informações foram importantes para os produtores compreenderem a importância do reconhecimento da indicação geográfica e os benefícios que esse sinal distintivo poderá proporcionar para a agregação de valor ao produto, ao território, ressaltando também o papel do produtor de açaí.

No interior do município de Igarapé-Miri, mais precisamente na comunidade Nazarezinho, encontrou-se uma associação de produtores de açaí extremamente articulada e organizada com mais de 50 produtores, chamada AMPRUNAM (Associação de Moradores e Produtores Rurais de Nazarezinho do Meruí) fundada desde de 1990, que foi dada como ponto de partida para investigação e possível mobilização para aquisição de uma IG para Microrregião de Cametá.

Nessa associação observou-se um cuidado e preocupação com o produto comercializado, vendido principalmente para indústrias de processamento. Na fala do presidente da associação ele cita que “a associação AMPRUNAM se preocupa com a qualidade do produto que comercializa para as fábricas, porque sendo um produto bom, vai ganhando novos mercados e isso favorece a comunidade”. Na figura 14 é demonstrado foto da logomarca da associação e reunião entre os produtores integrantes.

**Figura 14 – (A) Logomarca AMPRUNAM, (B) Reunião dos produtores**



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, Associação AMPRUNAM.

Os produtores da associação realizam o manejo do produto como critério de qualidade, enfatizando seu produto como 100% orgânico, ou seja, sem utilização de insumos ou fertilizantes. A produção do fruto é dada exclusivamente em áreas de várzeas e a extração do fruto é realizada de forma seletiva, dando preferência aos frutos mais maduros e de aparência rentável. Realizam manejo técnico nas áreas produtivas com base orientações técnicas de cursos ofertados pelo SENAR, realizam a combinação de algumas espécies no ecossistema e altera outras espécies, permanecendo na área, somente aquelas com possibilidade de proporcionar renda adicional à propriedade e padronizar a quantidade de estirpes, ou caules, por touceiras. Depois de colhidos os produtores da associação realizam a seleção dos frutos aparentemente mais rentáveis, levando em consideração a cor e a maturidade como padrão de qualidade, para assim ser comercializado nos portos. Na figura 15 é demonstrado o processo de seleção do fruto para ser entregue aos caminhões que abastecem as indústrias de processamento em Igarapé-Miri.

**Figura 15 – (A) Seleção dos frutos, (B) Carregamento da produção e (C) Caminhões abastecidos pela produção associação AMPRUNAM**



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo. Associação AMPRUNAM.

Os caminhões utilizados para levar a produção da associação são pertencentes às indústrias de processamento consumidoras do produto, são as principais consumidoras da produção da associação, a agroindústria Petruz e Xingu, ambas localizadas no município de Castanhal. Segundo dados obtidos pela associação

referente a rentabilidade da associação anual, foi nos fornecidos os seguintes dados apresentados na tabela 14.

**Tabela 14 – Balanço Comercial Anual de entrega de açaí da associação AMPRUNAM para as Indústrias de processamento de açaí**

| Ano          | Latas          | Indústria | Valor anual Indústria | Valor anual produtor |
|--------------|----------------|-----------|-----------------------|----------------------|
| 2017         | 62.083         | Petruz    | 1.723.606,55          | 1.701.559,00         |
| 2018         | 15.820         | Xingu     | 309.369,37            | 302.100,00           |
| 2019         | 37.462         | Xingu     | 1.194.806,29          | 1.169.989,50         |
| 2020         | 13.103         | Xingu     | x                     | 279.392,50           |
| 2021         | 66.193         | Xingu     | x                     | 1.951.367,86         |
| <b>Total</b> | <b>194.661</b> |           |                       | <b>5.404.408,86</b>  |

Fonte: dados fornecidos pela associação AMPRUNAM. Trabalho de campo em 2022.

Os valores apresentados na tabela demonstram a renda obtida a partir da comercialização da produção da associação para as indústrias de processamento Xingu e Petruz, ambas localizadas no município de Castanhal/PA. Os dados obtidos demonstram um crescimento rentável da associação AMPRUNAM que durante os anos de 2017 a 2021 teve um faturamento de mais de cinco milhões de reais.

Um fato intrigante constatado na pesquisa com a associação é referente a dificuldade de comercialização da produção para as indústrias locais da Microrregião de Cametá. A comercialização da produção da associação é feita quase que exclusivamente com indústrias instaladas no município de Castanhal. Essa dificuldade relatada é considerada por vários grupos de associações e cooperativas de produtores do município de Igarapé-Miri. Contudo esses relataram que mesmo fazendo parte de organizações, são poucas essas que conseguem comercializar para as indústrias locais, a maioria vende sua produção para outras empresas de fora. Tal dado foi afirmado em pesquisa por duas organizações de produtores do município, a Associação de Produtores de Nazarezinho e a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM). Conforme podemos evidenciar na fala do presidente da Associação de produtores do Nazarezinho:

Não conseguimos vender nossa produção para as fábricas daqui, vendemos para as de Castanhal e Belém, porque o preço que eles querem aqui é muito baixo, e a nossa comunidade trabalha com açaí orgânico, tem todo um cuidado, fazemos cursos do SENAR e pelas empresas que vendemos, nos

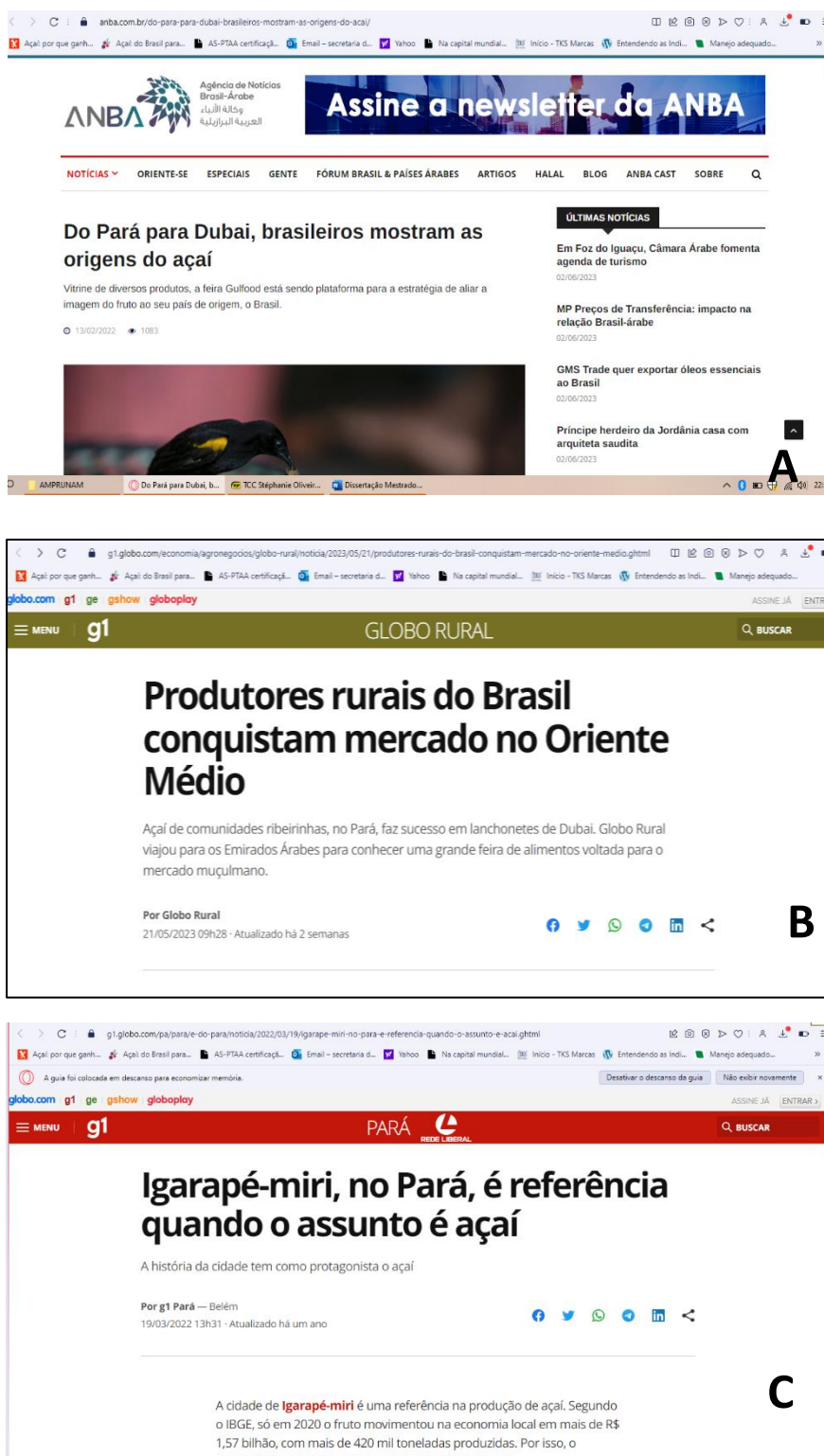
capacitamos. Nós enquanto associação buscamos o melhor para o produtor, temos uma visão social, além do lucro, buscamos melhorias pra gente, e as agroindústrias locais só querem pegar o produto e esquecer do produtor, só somos lembrados na safra. Em Castanhal vendemos pra Petruz, Xingu, nosso produto e recebemos cursos, treinamentos, técnicos, e instrumentos para a colheita do fruto. (Produtor J. presidente da associação de produtores, pesquisa de campo 2022, Igarapé-Miri)

A partir da fala do representante da associação, percebe-se que a agroindústria local não contribui diretamente com o produtor rural, a exemplo do que fazem outras indústrias fora do município. Na fala do produtor é possível observar a preocupação para além dos fatores econômicos. O presidente da Associação dos produtores de Nazarezinho entrevistado, enfatiza o papel das agroindústrias localizadas no município de Castanhal, em exercer além da compra do produto, uma função social na comunidade, através de amparo técnico, fornecimento de instrumentos, cursos, EPIs, e visitas frequentes a comunidade.

Na Microrregião de Cametá o atravessador exerce o papel principal de comercialização do fruto pelos pequenos produtores. As vendas em maioria são feitas nos portos, ou em outros casos, alguns atravessadores vão diretamente à casa dos produtores fazer a negociação. Alguns produtores se organizam em associações como o caso da AMPRUNAM como forma de obter maior expressividade e competir no mercado com os atravessadores.

Apesar da falta de interesse na produção do açaí pela associação AMPRUNAM, do Meruí pelas indústrias locais a produção de açaí dessa região vem ganhando cada vez mais destaque. Recentemente o açaí oriundo da comunidade do Meruí, obteve destaque nacional e internacional, com divulgação de sua produção comercializada no Oriente Médio através da atuação das indústrias de processamento de castanhal, divulgado por sites de notícias e programas de tv, como Globo Rural, que apresentou uma reportagem no dia 21/05/2023 acerca da comercialização do fruto oriundo dessa localidade para Oriente médio. Ver figura 16.

Figura 16 – (A, B) notícias de divulgação do açaí do Pará comercializado no Oriente Médio e (C) noticia de relevância do açaí de Igarapé-Miri



Fonte: (A) <https://anba.com.br/do-para-para-dubai-brasileiros-mostram-as-origens-do-acai/>  
 (B) <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2023/05/21/produtores-rurais-do-brasil-conquistam-mercado-no-orientemedio.ghtml>  
 (C) <https://g1.globo.com/pa/para/e-do-para/noticia/2022/03/19/igarape-miri-no-para-e-referencia-quando-o-assunto-e-acai.ghtml>

Diante dos expostos é enfatizado a visibilidade da relevância e fama do açaí oriundo dessa região. Contudo, vale salientar que esse produto chega nos mercados internacionais, mas não é reconhecido com seu local de origem. Desse modo, a Indicação geográfica traria tal reconhecimento e agregação de valor ao território. A presença de grupos extremamente organizados na região, como o caso da associação ANPRUNAM poderia agir como mobilizadores no processo de aquisição da IG do açaí para o território.

Tendo em base que o processo produtivo do açaí nativo é semelhante em sua qualidade nas diversas localidades da Microrregião de Cametá e semelhante enquanto seus aspectos naturais e de processo de produção orgânica. A ideia inicial para o território de uma IG para o açaí nos 7 municípios integrantes da microrregião cametaense.

Foi realizado diálogo com a associação a respeito de requerimento do signo para região e possível atuação da associação como intermediadora desse processo, que obteve resultados satisfatórios. Segundo a fala do presidente da associação AMPRUNAM, “A associação ficaria muito feliz em participar desse movimento, até porque queremos ver o nome da nossa região reconhecida nos vários cantos do mundo”. (Produtor J. presidente da associação de produtores, pesquisa de campo 2022, Igarapé-Miri)

Através da fala do presidente da associação ANPRUNAM, destaca-se o interesse no requerimento do processo, contudo, vale salientar que a aquisição desse signo deve ser mobilizada em conjunto com demais setores da região, indústrias, sindicatos, institutos de pesquisas, poder público entre outros atores sociais. Ploeg (2008) destaca que a agricultura camponesa, em particular, precisa de espaço para realizar seus potenciais. Se tal espaço político-econômico não estiver disponível, em razão de interações negativas entre a agricultura camponesa e a sociedade à qual ela pertence, a capacidade de concretizar esses potenciais será bloqueada.

Desse modo compreende-se o papel da sociedade como todo na mobilização desse feito. Segundo Velloso et al (2014) a implementação de uma IG é um processo coletivo e participativo, que envolve os atores locais que devem ser os protagonistas, mas além disso agrega outros atores do território, que podem auxiliar na construção e sucesso da IG.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a discussão teórica a respeito da categoria de Indicação Geográfica, apresentado, sobretudo, no primeiro capítulo da obra, entende-se que a IG é definida como um registro de proteção a um produto ou serviço que o identifica como oriundo de seu território.

Também é ressaltado ao longo da pesquisa que as IGs representam uma importante estratégia para o desenvolvimento cultural e socioeconômico nas regiões do país. Através da valorização e agregação de valor ao longo da cadeia produtiva de um determinado produto, que beneficia todos os integrantes com sua notoriedade e reconhecimento nacional com a expansão de mercado dos serviços e produtos, a geração de renda no local e a preservação das tradições locais.

O produto do açaí apesar de ser bastante reconhecido no estado do Pará, sendo esse o maior estado produtor e exportador do fruto no mundo, e sendo a Microrregião de Cametá considerada a região de maior produtividade desse fruto no estado, ainda é inexistente o registro de IG para o fruto do açaí.

Para tanto, o trabalho teve como objetivo analisar e discutir a relevância de uma Indicação Geográfica (IG) do açaí produzido na Microrregião de Cametá. Ao decorrer da pesquisa foi possível apontar resultados que comprovam a relevância da potencialidade de uma indicação geográfica do açaí por registro da indicação de procedência para Microrregião de Cametá coletados a partir de diferentes aspectos.

Primeiramente é apresentado que o processo de produção do açaí da região apresenta características de um saber-fazer tradicional semelhantes nas localidades da região, levando em consideração seu aspecto rudimentar e simples de colheita e debulha do fruto, com manejo orgânico nas áreas de várzea realizando apenas a retirada de outras culturas de pouco rentabilidade, fortificando a produção do açaí.

Outro aspecto aponta a fama e reconhecimento da do fruto na microrregião cametaense através de acervos bibliográficos e midiáticos que enaltecem a cultura do açaí na Microrregião. Além disso, dados constatados na pesquisa de campo demonstraram que o açaí da microrregião é requisitado no período da safra do açaí no mercado do Ver-o-Peso, principal centro comercial do estado do Pará, assim também como pelas indústrias de processamento da região que beneficiamento do produto destacando a preferência do açaí em localidades pertencentes aos municípios da microrregião.

A pesquisa identificou e caracterizou quatro áreas produtivas que se destacam pela notoriedade do fruto, levando em consideração os dados obtidos no comércio do Ver-o-Peso e nas indústrias para os locais de referência.

Foi demonstrado a localização das áreas que se destacam pela notoriedade do açaí processado, levando em consideração a localização das indústrias de processamento, sendo a maioria concentrada no município de Igarapé-Miri, considerado o principal pólo agroindustrial da microrregião.

Na pesquisa constatou-se ainda que o processo de qualificação de produção do açaí na região ainda é precário e precisam vencer etapas na erradicação do trabalho infantil e na informalização de extração do produto que ainda é muito arriscado. Uma Indicação Geográfica poderia auxiliar na solução dessa problemática, uma vez que, ela obedece a critérios legislativos, sociais e possibilita a ampliação da qualificação do processo produtivo por todo território.

Foi apresentado ainda a disparidade de relações existente na cadeia do açaí. Através dessas relações é observado a fragilidade de alguns setores que assumem conteúdo específicos no circuito produtivo frente a acumulação produtiva e financeira de grandes empresas industriais que diante da sua expressividade cumulativa do produto, se tornam os principais comandantes do circuito produtivo do fruto na região e principais beneficiários financeiros dessa produção.

Esse fator afeta sobretudo na agregação de valor ao produto. Diante disso, a IG é apontada como mecanismo de agregação de valor ao produto a todos os agentes envolvidos na produção do fruto, principalmente para o produtor que hoje vê-se dependente dos atravessadores e das fábricas de processamento.

A partir dessa pesquisa percebeu-se que muitos atores sociais atrelados a economia do açaí desconhecem o registro de indicação geográfica o que dificulta seu processo de mobilização. Contudo nessa pesquisa identificou a presença da associação de produtores extremamente articulados e organizados que foi estudado como ponto de partida para investigação e possível mobilização para aquisição de uma IG para Microrregião de Cametá. Através dessa pesquisa instigou-se o interesse dos produtores da associação em agir como mobilizadores no processo de aquisição da IG do açaí para o território.

As principais dificuldades apontadas neste trabalho remetem à grandiosidade de extensão dos territórios que impossibilitam o diagnóstico completo de investigação das áreas produtivas. Entretanto, utilizou-se de outros métodos para obtenção dos

resultados levando em consideração as entrevistas realizadas em campo, os diagnósticos em localidades específicas como dado amostral e dados estatísticos obtidos pelos institutos de pesquisa no Brasil.

Por fim, enfatizo a importância de mais estudos voltados para obtenção de uma IG do açaí e mobilização por parte de institutos e principalmente o poder público a fim de concretizar essa aquisição. Tais diagnósticos não devem se concentrar somente nos municípios da Microrregião de Cametá, mas se estender também para as outras cidades de abrangência da IG, em estimular essa notoriedade e promover planos de valorização conjunta com os atributos do território.

Destaca-se a importância dessa pesquisa como ponto inicial para uma possível aquisição de uma IG do açaí para o estado do Pará através dos dados coletados por meio de investigação e diagnóstico que apontam a sua relevância do registro na região. A pesquisa identificou a presença da associação de produtores extremamente articulados e organizados que foi estudado como ponto de partida para investigação e possível mobilização para aquisição de uma IG para Microrregião de Cametá. Através dessa pesquisa instigou-se o interesse dos produtores da associação em agir como mobilizadores no processo de aquisição da IG do açaí para o território.

A partir dessa pesquisa, serão realizados reuniões e encontros mais aprofundados com o poder público local, lideranças e os grupos de associações organizadas que demonstraram ter os atributos necessários para aquisição de uma indicação geográfica do açaí por registro da indicação de procedência para região.

A obtenção do registro de uma IG para o açaí da MRG de Cametá e/ou Pará poderia acarretar no desenvolvimento econômico e social aos envolvidos no processo produtivo e de integração. O futuro desta atividade, para que não aconteça o que aconteceu com outros produtos, perpassa pela qualificação e diferenciação da produção, e nesse aspecto um signo de IG pode ser um grande divisor de “água”. Estimular essa aquisição é um dever de todos, principalmente do setor público que tem como papel ser o grande indutor dos processos de desenvolvimento.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília: IPEA, 1998. 25p.

ANDERSON, A.B.; GELY, A.; STRUDWICK, J.; SOBEL, G.L.; PINTO, M.C. **Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico (Ilha das Onças, município de Barcarena, Estado do Par2).** Acta Amazônica, v. 15, n. 1-2, p. 195-224, 1985. Suplemento.

AMARO, R. R. **Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos [online], 4. 2003

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Benko, G. & Pecqueur, B. (2001). **Os recursos de territórios e os territórios de recursos.** Geosul 16(32). 31-50. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.phd/geosul/article/view/14006>

BRASIL. **Decreto nº 1355, de 30 de dezembro de 1994.** Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília: Presidência da República, [1994]. Disponível em: <http://w.w.w.inipi.gov.br/legislação-1/27-trips-portugues1.pdf>. Acesso em 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm). Acesso em: 10 maio 2022.

BENTES, HOMMA & SANTOS. **Exportações de polpa de açaí do estado do Pará: situação atual e perspectivas.** Revista SOBER. Santa Maria. 2017

BRUNET, R. **Territoiredansêsturbulences.** Paris: Reclus, 224 p. 1990.

CALDAS, A. S. et al. **As indicações geográficas (IGS) como estratégia de desenvolvimento territorial: desafios e potencialidades no distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 3 - N. Salvador, BA – p. 81 – 108. 38 - Dezembro de 2017.

CALDAS, A. S. **Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial.** In: CALDAS, A. S.; BRITO, C.; FONSECA, A. A. M.; PERTILE, Noeli. (Org.). Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências. Salvador: JM, v. 1, p. 127-152, 2013.

CALZAVARA, B, B.G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PLANTAS DE INTERES ECONÓMICO DE LA

FLORA AMAZÓNICA, 1972, Belém, PA. [Anais]. Turrialba: IICA. ' Trópicos, 1976, p. 165-207. (IICA. Informes de Conferencias, Cursos y Reuniones, 93)

CALVACANTI, C. S. **Ecosistema de várzea: Etnobotânica e Ecofisiologia.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. 2014.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Território e Desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantins (PA).** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente. São Paulo. 2017.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** 274 p. São Paulo, 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Faculdade de Geografia-USP, 2007.

DALLABRIDA, V. R. **A gestão territorial através do diálogo e da participação.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, vol. XI, núm. 245 (20), 1 de agosto de 2007. DALLABRIDA, V. R. et al. Indicação Geográfica da Erva Mate no Território do Contestado: reflexões e projeções. Desenvolvimento Regional em debate, v. 4, n. 2, p. 44-77, jul./dez. 2014.

FEATHERSTONE, M. **Global and local cultures.** In: BIRD, J. et al. *Mapping the futures: local cultures, global change.* London: Routledge, 1993.

FROELICH, J. M.; ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. **As indicações geográficas como instrumento de desenvolvimento territorial.** Agropecuária Catarinense, v. 22, p. 16-20, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOES, Chayenne Aparecida; Varenhold, Marcelo; Medeiros, Mirna Lima. **Consumo Turístico e Indicações Geográficas: Potencial da Indicação De Procedência Witmarsum,** 2018.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

GUIMARÃES, L. **Produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, Pará,** 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Abordagem Territorial e fomento ao desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal.** Anais do XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Natal, 2014.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências – DGC. Departamento de Geografia – DEGEO. Rio de Janeiro. Volume 1. 1990.

INPI. **Indicações Geográficas**. Rio de Janeiro: INPI, 2018<sup>a</sup>. Disponível em: <http://w.w.w.inipi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal: 1974-2019**. Disponível em: Acesso em: 13.mai. 2020.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação** – guia metodológico. 1. ed. Florianópolis: Epagri, 2020. 147 p.

JEAN, B. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais**. In: VIEIRA, P. F. et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.

KAGEYAMA, P. OHASHI, T. **Variabilidade genética entre populações de açaizeiro (Euterpe Oleracea) do Estuário Amazônico**, 2004.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L.; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. **Indicações Geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: Sebrae/RS. 2006.

LAGE, Celso Luiz Sagueiro; WINTER, Eduardo; BARBOSA, Patrícia Maria da Silva. **As diversas faces da propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LOBATO, Eládio. **Cidade das Palmeiras Imperiais**. Copyright. Belém. 2004.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; RAVENA-CAÑETE, Voyner. **Igarapé-Miri, “A Capital Mundial do Açaí”**: entre a produção, o consumo e a cultura do açaí [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

NÓBREGA, J. A.; LIMA, E. P.; NETO, D. J. **Diagnóstico sócio econômico dos produtores de açaí in natura, dos municípios de Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí– AP**. Rev. Verde, MossoróRN, Vol. 7, n. 4, p 23-29. 2013.

NOGUEIRA, O, L, **Estrutura e dinâmica populacional de açazais nativos de várzea na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 1999. 21 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa, 15)

MORAES, Patrícia Depailler Ferreira. **O Feitiço Caboclo de Dona Onete: Um olhar Etnomusicológico sobre a trajetória do Carimbó Chamegado, de Igarapé-Miri a Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências das Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes, 2014.

OSTROM, E. **Constituting social capital and collective action**. In: KEOHANE, R.O. e OSTROM, E (eds). *Local commons and global interdependence*. London: Sage Publications, 1995. p.125-160.

PAESANI, Liliana Minardi. **Manual da Propriedade intelectual: direito do autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais sui generis**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAZ, MELISSA MIKA KIMURA. **Indicação Geográfica E Etnodesenvolvimento: um meio para a valorização do açaí das Ilhas de Belém**. 2019.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. In: Raízes, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22,2005.

PECQUEUR, B. **Qualite et développement – L’hypothese d’un panier de biens**. In: *Symposiumsurlédéveloppement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

PECQUEUR, B., 1987. De *l’espace fonctionnel à l’espace-territoire: essai sur le développement local*. Grenoble, Université des Sciences Sociales, Thèse de doctorat, 475 p.

PEREIRA, M. E. B. G. **Coordenação na agricultura familiar e desenvolvimento territorial: o caso das indicações geográficas para o café**. 2016. Dissertação (Mestrado em agronegócio e desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140283>. Acesso em: 10 out. 2018.

PLOEG, J. D. Van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. AS-PTA. Rio de Janeiro, p. 17-31. 2008.

POULET, D., L’açaí (Euterpe oleracea, Mart.) dans l’état d’Amapá (Brésil): Etude des filières fruits et cœurs de palmier, Mémoire d’Ingénieur en Agronomie Tropicale, Centre National d’Etudes Agronomiques en Régions Chaudes, Montpellier, France, 1997, 86 p. + annexes.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani César de Freitas. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo, SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

ROGEZ, Hervé. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação**, Belém- PA, Brasil, Ed. Universidade Federal do Pará, 2000.

RODRIGUES, MEDEIROS. **A globalização do açaí e sua influência nas práticas agrícolas de camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins**. Revista Raízes. 2021. v41.732.

ROSA, L. A. B. **Comercialização na Agroindústria de pequeno porte: a experiência de agricultores agroindustriais familiares do município de Londrina – PR**. Dissertação

(Mestrado em Gestão de Negócios), Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, 2003.

SANTANA, Antônio Cordeiro; PESSOA, José Dalton C.; SANTANA, Ádina Lima. O mercado de açaí e os desafios tecnológicos da Amazônia. In: PESSOA, José Dalton C.;

SANTIAGO. J. **Igarapé-Miri, a verdadeira Terra da Cachaça**: Ascensão e Declínio dos Engenhos de Cana-de-açúcar no Município de Igarapé-Miri. Belém – Pará. FCPTN. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, M. C. N. **Competitividade das Agroindústrias de polpa de frutas das mesorregiões Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense** (1996 a 2003). Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade da Amazônia, 2006.

SILVA, S. O; CRUZ, B. E.V. **Produtos Potenciais À Indicação Geográfica no Estado do Pará**: Estudo de caso das feiras na cidade de Belém / PA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 08, n. 01, p. 249– 270, jan.-jun. / 2021.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software**, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes. 5 ed. Barueri: Manole, 2014.

SOARES, Derlana Karina. **O processo de industrialização do açaí e seu impacto sócio ambiental no município de Igarapé-Miri**. UFPA. 2007 (TCC pedagogia/Campus Cametá)

SOUSA, Fernando de. **A Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro**: (1756-1978). População e sociedade. Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, n. ° 10, 2003, p. 9-58, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia e trabalho de Campo**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TINOCO, A. C. **Açaí amazônico: novas perspectivas de negócio**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 1 CD-ROM. Trabalho apresentado no Workshop Regional do Açaizeiro: pesquisa, produção e comercialização, Belém, PA, 2005.

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. **Territoires, produits et acteurs locaux: des liens de qualité** - Guide pour promouvoir la qualité liée à l'origine et des indications géographiques durables, 2009.

VELLOSO, C. Q. et al. **Identificação dos produtos potenciais e organização dos produtores**. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual e Inovação no Agronegócio: Indicação geográfica. Florianópolis: FUNJAB, 2014, p. 98-117.

ZAHUR, Mahua. ***The geographical indication act*** 2013: protection of traditional knowledge in Bangladesh with special reference to jamdani. In: CALBOLI, Irene; LOON, Ng-Loy Wee. *Geographical Indications at the Crossroads of Trade, Development, and Culture: focus on asia-pacific*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO 1- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM PRODUTOR/COMERCIANTE DE AÇAÍ

| DADOS DO ENTREVISTADOR         |  |            |                   |
|--------------------------------|--|------------|-------------------|
| ENTREVISTADOR:                 |  | MUNICÍPIO: |                   |
| ESCOLARIDADE                   |  | DATA:      |                   |
| DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO |  |            |                   |
| ENTREVISTADO (A)               |  |            |                   |
| COMUNIDADE:                    |  | IDADE:     | SEXO: ( ) M ( ) F |
| Ord.                           | RELAÇÃO SOCIOECONÔMICA COM A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ DA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ  |            |                   |
| 1.                             | Há quanto tempo o senhor (a) trabalha com o açaí?  |            |                   |
| 2.                             | De que localidade é oriunda sua produção de açaí?  |            |                   |
| 3.                             | Qual tipo de trabalho o senhor (a) realiza com o açaí?<br><input type="checkbox"/> Produção<br><input type="checkbox"/> Colheita<br><input type="checkbox"/> Comercialização<br><input type="checkbox"/> Atravessador/Meeiro<br><input type="checkbox"/> Outros: _____   |            |                   |
| 4.                             | Vocês usam somente mão de obra familiar ou contratam pessoas de fora da família?<br><input type="checkbox"/> apenas familiar<br><input type="checkbox"/> contratação de diaristas esporadicamente<br><input type="checkbox"/> contratação de diaristas regularmente<br><input type="checkbox"/> trabalhadores meiros |            |                   |
| 5.                             | O senhor (a) planta o açaí? Ou somente faz o manejo (preparo) do açaizal? Fale um pouco sobre esse processo.<br><input type="checkbox"/> apenas extrativismo<br><input type="checkbox"/> manejo<br><input type="checkbox"/> manejo e extrativismo<br><input type="checkbox"/> plantio e manejo                       |            |                   |
| 6.                             | E o como se dá o processo de produção do açaí? (manualmente ou já existem outras formas)<br><input type="checkbox"/> manual<br><input type="checkbox"/> com auxílio de outros instrumentos (roçadeira, motosserra)<br><input type="checkbox"/> mecanizada<br><input type="checkbox"/> outras                         |            |                   |
| 7.                             | Fale um pouco dos instrumentos usados para a produção do açaí?   |            |                   |
| 8.                             | Fale um pouco sobre o tipo ou classificação do açaí que você colhe:<br><input type="checkbox"/> preto e branco<br><input type="checkbox"/> preto e tuíra<br><input type="checkbox"/> preto somente<br><input type="checkbox"/> preto e paraú<br><input type="checkbox"/> tinga                                       |            |                   |
| 9.                             | Qual o tamanho aproximado da área (terra) onde o senhor (a) e sua família trabalham?   |            |                   |

|     |  |
|-----|--|
| 10. | Qual a quantidade estimada de açaí (fruto) que o Sr. (a) produz semana/mensal/anualmente?  |
| 11. | O Senhor (a) pratica a retirada de palmito?<br>( ) sim ( ) não   |
| 12. | Como é que o Sr. (a) procede a comercialização? (Destino)<br>( ) atravessadores<br>( ) cooperativas<br>( ) feira da cidade / batedeiras locais<br>( ) feira de vilas próximas<br>( ) Agroindústrias<br>Outros: _____                                   |
| 13. | O açaí recebe algum tipo de beneficiamento ou é vendido em caroço ( <i>in natura</i> )?<br>( ) vendido <i>in natura</i><br>( ) vendido em polpa  |
| 14. | Em torno de quanto (R\$) é vendido a lata ou kg de açaí? (R\$ safra e entressafra)<br>Safra: _____ Entressafra: _____  |
| 15. | Considerando seus conhecimentos no comércio do açaí, informe se existe preferência por açaí de determinada localidade? Se sim qual?<br><br>Na Safra: _____ Na entressafra: _____   |
| 16. | O Sr(a) tem vínculo com alguma associação, cooperativa, sindicato de produtores de açaí?<br>( ) sim ( ) não<br><br>Qual? _____   |
| 17. | Se participa de alguma associação, cooperativa e sindicato, descreva a forma que o açaí é preparado pelo grupo? É realizado manejo? Possui algum diferencial?  |
| 18. | Você considera que o açaí que é produzido em sua localidade é diferente na qualidade dos demais comercializados na região? Explique o porquê.  |
| 19. | Além da produção do açaí, o Sr (a) possui outra fonte de renda?<br>( ) sim ( ) não   |
| 20. | Se possui, qual? Enumere por ordem de importância.<br>( ) Produção do açaí<br>( ) comércio<br>( ) pesca<br>( ) serviço público<br>( ) cultivo de _____<br>( ) aposentadoria<br>( ) bolsa família<br>( ) seguro defeso<br>( ) transporte<br>( ) outros: |
| 21. | O Açaí se constitui como atividade principal para sua renda econômica?<br>( ) sim ( ) não.   |
| 22. | O Sr (a) utiliza algum meio de transporte para comercializar sua produção? Se sim, qual?   |

|     |   |
|-----|---|
| 23. | Fale um pouco sobre o processo de transporte da comercialização de sua produção?  |
| 24. | O senhor (a) conhece ou já ouviu falar sobre indicação geográfica? Se sim, descreva.  |
| 25. | O senhor (a) acredita que a criação de um selo de identificação de origem do açaí na região poderia agregar valor ao produto e garantir benefícios ao produtor? Explique o porquê.  |
| 26. | Deixe uma mensagem final para o nosso trabalho principalmente destacando o qual o seu posicionamento referente a criação de uma indicação geográfica para a Microrregião de Cametá? |

APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA-REPRESENTANTE AGROINDUSTRIAL

| DADOS DO ENTREVISTADOR                  |  |                               |
|---|--|-------------------------------|
| ENTREVISTADOR:                          |  | MUNICÍPIO:                    |
| ESCOLARIDADE                            |  | DATA:                         |
| DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO          |  |                               |
| ENTREVISTADO (A)                        |  |                               |
| LOCAL DE ORIGEM:                        | IDADE:   | SEXO: ( ) M ( ) F             |
| HÁ QUANTOS ANOS O SENHOR (A) MORA NESTA |  | ANO DE FUNDAÇÃO DA INDÚSTRIA: |
| QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE?       |  |                               |
| AGROINDÚSTRIA:                          |  |                               |
| Ord.                                    | DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS AGROINDÚSTRIAS DE AÇAÍ  |                               |
| 1.                                      | Há quanto tempo o senhor (a) trabalha com o açaí?  |                               |
| 2.                                      | O Açaí se constitui como atividade principal para sua renda econômica?<br>( ) sim ( ) não. _____   |                               |
| 3.                                      | Fale um pouco sobre o tipo ou classificação do açaí utilizado pela indústria<br>( ) preto e branco ( ) preto e tuíra<br>( ) preto somente ( ) preto e paraú<br>( ) tinga |                               |
| 4.                                      | Qual a quantidade de açaí comprada? (tipo diariamente e por período)   |                               |
| 5.                                      | Como ocorre o processo de transporte do açaí/fruto até chegar na agroindústria?  |                               |
| 6.                                      | Demora quanto tempo pra chegar até a planta da empresa?  |                               |
| 7.                                      | Que tipo de beneficiamento é realizado com o açaí nessa indústria? (apenas o despulpamento ou realizam outro produto derivado)   |                               |
| 8.                                      | Quais instrumentos/técnicas são utilizados na empresa para o beneficiamento do açaí?   |                               |
| 9.                                      | O açaí utilizado nesse empreendimento é oriundo de qual localidade?  |                               |
| 10.                                     | Existe alguma preferência da indústria pelo açaí de determinada localidade? Se sim, qual localidade e o porquê?  |                               |
| 11.                                     | O senhor (a) percebe alguma diferenciação na qualidade de açaí? De qual região específica?   |                               |
| 12.                                     | Qual a quantidade de açaí processados na empresa semanal/mensal/anual?   |                               |
| 13.                                     | Qual o faturamento semanal/mensal/anual da comercialização do produto?   |                               |
| 14.                                     | Em torno de quanto (R\$) é vendido o açaí? (R\$ safra e entressafra)<br>a) safra: _____ Entressafra: _____   |                               |
| 15.                                     | Qual a quantidade de açaí processados na empresa semanal/mensal/anual?   |                               |

|     |  |
|-----|--|
| 16. | Para onde é comercializada essa produção? (principais clientes/ destinos)  |
| 17. | O senhor (a) conhece ou já ouviu falar sobre indicação geográfica? Se sim, descreva.   |
| 18. | O senhor (a) acredita que a criação de um selo de identificação de origem do açaí na região poderia agregar valor ao produto e garantir benefícios às indústrias de açaí? Explique o porquê. |
| 19. | O funcionamento da empresa ocorre anualmente ou somente no período da safra do açaí? Explique? (instigar as principais dificuldades de conseguir matéria prima o ano todo)                   |
| 20. | O que motivou escolher esse município para se instalar essa empresa?   |
| 21. | A empresa realiza algum projeto social do município que está inserida ou na região?  |
| 22. | O Sr(a) considera que com a chegada das agroindústrias de açaí no município de Igarapé-Miri, houve um avanço na região? Explique o porquê?   |
| 23. | Deixe uma mensagem final para o nosso trabalho principalmente destacando o qual o seu posicionamento referente a criação de uma indicação geográfica para a Microrregião de Cametá?          |

APÊNDICE II- Termo de consentimento

Prezado (a) participante.

Sou discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará e estou desenvolvendo a Dissertação de Mestrado intitulada PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, sob orientação do Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz. Sua contribuição envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. Ela é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas por Rayanni Corrêa Cabral ou por Benedito Ely Valente da Cruz.

Atenciosamente,  
Rayanni Corrêa Cabral  
Benedito Ely Valente da Cruz

**Consinto em participar deste estudo.**

---

Nome e assinatura do Participante

---

Local e data



**Universidade do Estado do Pará**  
**Centro de Ciências Sociais e Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**  
**Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo**  
**66113-200 – Belém-PA**

